

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
João Charlesdan Amorim Silva

**O CRESCIMENTO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS
NA MICRORREGIÃO DO SUDOESTE DE GOIÁS E SEUS
REFLEXOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Taubaté – SP
2015

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
João Charlesdan Amorim Silva

**O CRESCIMENTO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS
NA MICRORREGIÃO DO SUDOESTE DE GOIÁS E SEUS
REFLEXOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Dissertação apresentada para obtenção do
Título de Mestre em Planejamento e
Desenvolvimento Regional, pelo Curso:
Mestrado em Administração do Departamento
de Pós-Graduação da Universidade de
Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e
Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. Edson Trajano Vieira.

Taubaté – SP
2015

João Charlesdan Amorim Silva

O CRESCIMENTO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS NA MICRORREGIÃO DO SUDOESTE DE GOIÁS E SEUS REFLEXOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Dissertação apresentada para obtenção do
Título de Mestre em Planejamento e
Desenvolvimento Regional, pelo Curso: Pós-
Graduação em Administração do
Departamento de Pós-Graduação da
Universidade de Taubaté.
Área de Concentração: Planejamento e
Desenvolvimento Regional

Data: 29/05/2015.

Resultado:_____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Edson Trajano Vieira

Universidade de Taubaté.

Assinatura_____

Prof. Dr. Moacir José dos Santos

Universidade de Taubaté.

Assinatura_____

Profa. Dra. Adriana Leônidas de Oliveira

Universidade de Taubaté.

Assinatura_____

Prof. Dr. André Ferreira

Univ. Federal Fluminense.

Assinatura_____

Dedico este trabalho à minha esposa Cleideneusa, pela compreensão e incentivo, e aos meus filhos Gabriel e Guilherme, pelo apoio dado na realização deste estudo.

AGRADECIMENTOS

À UNIFIMES, pelo financiamento parcial deste estudo.

Ao professor Dr. Edson Trajano Vieira, pela orientação e auxílio na realização desta dissertação.

Ao professor Dr. Edson Aparecida de Araújo Querido, coordenador do Programa de Pós-Graduação, e aos demais professores do Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da UNITAU, pela presença e contribuição dada no decorrer do curso.

Aos professores Dra. Adriana Leônidas de Oliveira, Dr. Moacir José dos Santos e Dr. André Ferreira, membros da banca, no auxílio na correção e conclusão desta pesquisa.

Aos colegas de mestrado. Juntos sofremos as angústias da caminhada.

RESUMO

Goiás, com a tecnificação e a modernização da agricultura, passou por transformações na sua estrutura econômica a partir da década de 1970, quando o Estado instituiu uma agenda de políticas de investimentos para o campo, buscando conciliar os interesses do setor agrário, dos grandes e médios produtores e do setor industrial, formado pelo capital nacional e internacional. A integração do interior e o equipamento do território com o crescimento e espalhamento de infraestrutura é que permitiram a constituição de um complexo agroindustrial e integraram a agricultura à indústria, articulando a expansão das fronteiras agrícolas. A microrregião do sudoeste de Goiás foi uma das regiões que mais se beneficiaram com a agenda de investimentos, conseguindo atrair agroindústrias de diversos setores, dando um salto em seu desenvolvimento socioeconômico. Nesse cenário ganham destaque as culturas de exportação, e a microrregião se transforma com a expansão e surgimento de novos complexos agroindustriais. Este estudo tem como objetivo identificar o crescimento dos complexos agroindustriais na microrregião do sudoeste de Goiás e seus reflexos no desenvolvimento regional, com destaque para os municípios de Jataí, Mineiros e Rio Verde, que são os mais populosos e juntos perfazem 45% da área da Região em estudo. Foram analisados o desenvolvimento agrícola e o crescimento da microrregião do sudoeste de Goiás após a década de 1970, com ênfase na década de 2000. O estudo se desenvolve a partir de revisão bibliográfica e análise de documentos e trabalhos acadêmicos, procurando mostrar os efeitos da industrialização na economia da Região e os indicadores sociais da população. Conclui-se que a modernização e a tecnificação agrícola ainda não alcançaram as condições necessárias para o desenvolvimento social, ambiental e economicamente sustentável, mas poderão ser ainda alcançadas com políticas públicas voltadas para tal fim.

Palavras-chave: Planejamento e Desenvolvimento Regional. Complexos Agroindustriais. Microrregião do Sudoeste de Goiás.

ABSTRACT

GROWTH OF AGRO INDUSTRIAL COMPLEX IN GOIÁS SOUTHWEST MICROREGION AND REFLECTIONS IN ITS REGIONAL DEVELOPMENT

In Goiás the technification and the modernization of agriculture undergoes changes in its economic structure from the 1970s, when the state establishes an agenda of investment policies to the field that reconcile the interests of the agrarian sector, the large and medium producers and industrial, trained by national and international capital. The integration of the interior, the equipment of the territory with the growth and spread of infrastructure that allowed the establishment of the Agroindustrial Complex and integrated agriculture industry who articulated the expansion of the agricultural frontier. Goiás micro-region of the Southwest was one of the regions most benefited from these projects, managing to attract agricultural industries from various sectors and taking a leap in its socioeconomic development and in this scenario is highlighted export crops, where the micro turns with the expansion and emergence of new agro-industrial complex. This study aimed to identify the growth of Agroindustrial Complex in the micro-region of the Southwest of Goiás and its effects on regional development, especially in the municipalities of Jataí, Miners and Rio Verde, which are the most populated and together make up 45% of the area the study area. Were analyzed agricultural development and growth of Southwest Goiás micro-region from the decade de1970 with emphasis in the 2000s, from a literature review, analysis of documents and scholarly works, trying to show the effects of industrialization on the economy region and social indicators of the population. However, it is understood that modernization and agricultural technification not yet reached the necessary conditions for a socially, environmentally and economically sustainable development and may still be achieved with public policies aimed at this purpose.

Keyword: Planning and Regional Development. Agroindustrial Complex. Microregion of Southwest Goiás.

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADM	Archer Daniels Midland Company
BACEN	Banco Central
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAI	Complexo Agroindustrial
CBOT	Bolsa de Chicago (<i>Chicago Board of Trade</i>)
COMIGO	Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência e Extensão Rural
EMGOPA	Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento para o Centro Oeste
FOMENTAR	Programa de Fomentação, Implantação e a Expansão da Agroindústria em Goiás
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMB	Instituto Mauro Borges
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA	Ministério da Agricultura da Pesca e Meio Ambiente
PIB	Produto Interno Bruto
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODUZIR	Programa Cooperativo para Promoção e Industrialização dos Cerrados
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
SEGPLAN/SEPLAN/SEPIN	Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crescimento da Produção Agrícola e do Crédito Total para a Agricultura 1970 a 1979 – Brasil.....	30
Gráfico 2 - Índices de utilização de insumos básicos pela agricultura 1967-1975, Brasil. Tratores em números, fertilizantes em toneladas e defensivos em toneladas.....	31
Gráfico 3 - Produção agrícola e consumo de insumos nas lavouras no Brasil de 2002 a 2011.....	33
Gráfico 4 - Produtores mundiais de soja até o ano 2007.....	35
Gráfico 5 - Produção de soja no Brasil, com destaque aos estados do Centro Oeste até 2007.....	36
Gráfico 6 - Produção de açúcar no Brasil: 2002 – 2012.....	42
Gráfico 7 - Área plantada de cana de açúcar no sudoeste de Goiás entre 2000 e 2010, em hectare.....	73
Gráfico 8 - Índice de Gini do Produto Interno Bruto e o Valor Adicionado da Agropecuária, Indústria e dos Serviços no sudoeste de Goiás de 2002 a 2012.....	94
Gráfico 9 - Metas quanto ao ODM do município de Jataí.....	97
Gráfico 10 - Metas quanto ao ODM do município de Mineiros.....	98
Gráfico 11 - Metas quanto ao ODM do município de Rio Verde.....	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Crédito rural por categoria -1965 - 2000.....	34
Tabela 2 - Produção Brasileira de soja, 2011/2012(milhões/ton.).....	37
Tabela 3 - Área e a produção Brasileira da cana de açúcar a partir de 1975.....	41
Tabela 4 - Área plantada, área colhida e produção cana de açúcar no Brasil e principais regiões produtoras.....	43
Tabela 5 - Produção de açúcar em toneladas.	44
Tabela 6 - Produção Brasileira de Etanol.....	44
Tabela 7 - Evolução dos indicadores de modernização nos estabelecimentos agrícolas em Goiás nos anos de 1975 e 1985.	55
Tabela 8 - Goiás: Estrutura, Taxas de Crescimento e Impactos na Taxa Global – 2009 – 2010 (%).	57
Tabela 9 - Goiás: Taxas de Crescimento do Valor Adicionado – 2000 – 2010 (%) ..	58
Tabela 10 - Produção Agrícola 2000 – 2010 (ton.) ..	58
Tabela 11 - Microrregião do Sudoeste de Goiás - Principais Produtores de Soja 2011/2012.	63
Tabela 12 - Comparativo da produção, rendimento e valor da produção. Brasil, Centro-Oeste, Estado de Goiás e Municípios: área plantada, área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção de Soja – 2011.	63
Tabela 13 - População residente e taxa média geométrica de crescimento anual - 1991, 2000, 2010 dos municípios mais populosos da microrregião do sudoeste de Goiás	68
Tabela 14 - Área colhida de soja em Goiás e na microrregião do sudoeste de Goiás de 2000 a 2010, em hectares.....	70
Tabela 15 - Produção de cana de açúcar nos principais municípios da microrregião do sudoeste de Goiás (ton.).....	75
Tabela 16 - Evolução área colhida em milhares de hectares.....	76
Tabela 17 - Área colhida, produção e rendimento médio 2000 – 2010.....	77
Tabela 18 - Produção, produtividade, área e preço da cana em Goiás de 2004 a 2013.	78

Tabela 19 - Os dez maiores municípios em relação ao Valor Adicionado (VA) da Agropecuária – Goiás – 2002/2012.....	82
Tabela 20 - Valor bruto da produção agropecuária total e para produtos selecionados no estado de Goiás e Brasil em 2012, em milhões de reais (R\$).....	83
Tabela 21 - Distribuição dos estabelecimentos de leite de acordo com a capacidade instalada.....	85
Tabela 22 - PIB nos municípios da microrregião do sudoeste de Goiás selecionados, comparada com a situação regional, estadual e nacional e a variação de 2000 a 2010 a preços de 2.000.....	86
Tabela 23 - Flutuação do nível de emprego em 2000, 2010, 2012 na microrregião do sudoeste de Goiás.	87
Tabela 24 - Empregos e Estabelecimentos por Setores de Atividades na Microrregião do sudoeste de Goiás em 2012	88
Tabela 25 - Distribuição dos Empregos Formais(em Salários Mínimo) na microrregião do sudoeste de Goiás por Faixa de Remuneração (%) entre 2005 e 2011.	88
Tabela 26 - Renda média no Brasil, em Goiás e na microrregião do sudoeste de Goiás por faixa etária 2011 (S/M).....	89
Tabela 27 - Índice de Desenvolvimento Humano nos municípios selecionados Microrregião do sudoeste de Goiás e do Estado em 2000 e 2010.....	94
Tabela 28 - Índice de Desenvolvimento Humano nos três municípios mais populosos da microrregião do sudoeste de Goiás e do Estado em 2000 e 2010 por dimensões em 2000 e 2010.	94
Tabela 29 - População residente por gênero e situação do domicílio – 2010.....	96
Tabela 30 - Distribuição/Participação da população no sudoeste de Goiás entre 2000 e 2010 (%).	96
Tabela 31 - População atendida com água, esgoto e destino do lixo: 2010 – 2013.	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Área, lei de criação, município de origem e densidade demográfica.....67

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Demonstrativo da evolução da produção de soja no Brasil até 2007.....	38
Figura 2 – Microrregião do sudoeste de Goiás.....	60
Figura 3 – Região produtora de cana de açúcar.	64
Figura 4 – Logística de transportes na microrregião do sudoeste Goiano.	66
Figura 5 – Usinas em operação em 2009.....	74
Figura 6 – Área plantada de cana de açúcar em 1990 no sudoeste do Estado	74
Figura 7 – Área plantada de cana de açúcar em 2007 no sudoeste do Estado	75
Figura 8 – Sistema dutoviário.....	79
Figura 9 – Malha da rede ferroviária na microrregião do sudoeste de Goiás.....	79
Figura 10 – PIB Municipal por classe 2010.	91

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	PROBLEMA	19
1.2	OBJETIVOS	19
1.2.1	Objetivo Geral	19
1.2.2	Objetivos Específicos	20
1.3	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	20
1.4	RELEVÂNCIA DO ESTUDO	20
1.5	ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	22
2	REVISÃO DA LITERATURA	23
2.1	DEBATE TEÓRICO SOBRE O CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	23
2.2	COMPLEXO AGROINDUSTRIAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO	27
2.3	AGROINDÚSTRIA NO BRASIL	29
2.4	AGROINDÚSTRIA NO CENTRO OESTE	32
2.4.1	Complexo da Soja no Brasil e em Goiás	34
2.4.2	O complexo da cana de açúcar na produção de combustíveis	40
3	MÉTODO	46
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	46
3.2	FONTES DE COLETA DOCUMENTAIS, PLANO PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS	47
4	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	49
4.1	OCUPAÇÃO E CRESCIMENTO DE GOIÁS	49
4.2	AGROINDÚSTRIA EM GOIÁS	53
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	60
5.1	OCUPAÇÃO E CRESCIMENTO DA MICRORREGIÃO DO SUDOESTE DE GOIÁS	60
5.2	CONTRIBUIÇÕES DA LOGÍSTICA PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO DA MICRORREGIÃO DO SUDOESTE DE GOIÁS	65
5.3	OS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS DA MICRORREGIÃO DO SUDOESTE DE GOIÁS	69
5.3.1	O complexo agroindustrial da soja no Sudoeste de Goiás	69
5.3.2	O complexo agroindustrial da cana de açúcar no Sudoeste de Goiás	72

5.3.3	O complexo da agropecuária na microrregião do sudoeste de Goiás.....	81
5.4	INDICADORES DE CRESCIMENTO DA MICRORREGIÃO DO SUDOESTE DE GOIÁS	85
5.5	INDICADORES SOCIAIS DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SUDOESTE DE GOIÁS.....	92
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
	REFERÊNCIAS	105

1 INTRODUÇÃO

Na história de Goiás, uma proposta de mudanças teve início a partir do governo Getúlio Vargas, que tinha como propósito povoar o Centro-Oeste do País com a Marcha para o Oeste, em 1930. Já em 1940 a capital do Estado mudou-se para o planalto central, e em 1960 foi feita a mudança da capital federal. Com a transferência dessa capital foram construídas rodovias, ferrovias e infraestrutura energética, com o intuito de facilitar o transporte de bens e a geração de empregos para os imigrantes.

Com a Revolução Verde, programa de investimentos do governo federal no campo, via BNDES, FCO, SNCR, que propunha o aumento da produção e produtividade agrícola, a partir de 1960, e com a fertilização do solo, utilização de máquinas, pesquisa com sementes que se adaptam ao solo e ao clima dos cerrados, o governo federal implantou no Centro-Oeste uma agricultura mecanizada.

Foram introduzidas, então, novas tecnologias para uma produção em grande escala, já que o intuito dos governos federal e estadual era de produzir em escala culturas que suprissem os mercados interno e externo, para elevar o PIB do Brasil com as exportações e promover o desenvolvimento econômico regional (IMB/SEGPLAN, 2010).

Juscelino Kubitschek, com seu Plano de Metas, que envolvia um conjunto de 30 objetivos a serem alcançados em cinco anos de governo, com investimentos nacional e internacional em infraestrutura de estradas (BR 153, 364 e 060); energia elétrica e telecomunicações, tentou fazer a integração da economia, estimulando o povoamento do interior do País.

Com o fluxo migratório para ao Centro-Oeste de agricultores de outras regiões, como paulistas, paranaenses e gaúchos, na década de 1960 ocorreu a entrada de novas culturas, como a soja e a cana de açúcar, em substituição ao arroz, o feijão e o milho, surgindo assim um novo modelo produtivo (IMB/SEGPLAN, 2010).

Ocorreu uma transformação regional e territorial em função da grande mecanização na produção agropecuária, aumentando as exportações de grãos e carnes que ainda eram incipientes nas décadas de 1970 e 1980. Segundo Pires (2008), foi um incentivo à modernização conservadora e à expansão do capitalismo e da mecanização para o campo, sem extinção dos latifúndios já existentes.

Para Borges (2013), a modernização agrícola do estado de Goiás se deu pela microrregião sudoeste de Goiás, e se intensificou a partir da década de 1970 com o aumento do uso de maquinário na atividade agrícola, principalmente de tratores e colheitadeiras, segundo a EMBRAPA (1982). O Estado investiu fortemente na agroindústria da Região, com políticas agrícolas, incentivos fiscais, financeiros, política de preço mínimo, estocagem e acesso ao crédito (ARRAIS, 2002).

Como consequência, com a agroindústria houve na microrregião do sudoeste de Goiás a expansão da construção civil, surgimento de cursos técnicos para satisfazer a demanda do mercado, aumento no efetivo bovino, suíno e de aves, diversificação na produção agropecuária, e atração de empresas prestadoras de serviço, aumentando a produtividade local (IMB/SEGPLAN, 2010).

A microrregião é formada por 18 municípios e uma população de 494.619 habitantes em 2014. Desses, 356.386 (72,05%) residentes nos três municípios mais populosos da região, Jataí, Mineiros e Rio Verde, para onde a maior boa parte dos investimentos foi direcionada (IBGE, 2015).

Ainda segundo a EMBRAPA, iniciou-se o cultivo de grãos com a produção de milho e algodão. A partir de 1970 é que se efetivou a plantação de soja na Região, primeiramente em Rio Verde e Mineiros, expandindo em seguida para todo o sudoeste do Estado, e após 1975 como produto de exportação.

Com o processo de modernização e inserção do cultivo da soja na microrregião do Sudoeste de Goiás, dentro da nova fronteira agrícola nacional, várias agroindústrias começaram a atuar na microrregião. Algumas implantaram unidades de armazenagem e/ou processamento e outras, escritório de compra e venda de produtos, fundamentalmente a soja. Neste grupo, pode-se destacar a atuação de três grandes agroindústrias de inserção nacional e internacional, Caramuru Alimentos S/A, Cargill Agrícola S/A e Coinbra S/A e a Comigo (Cooperativa Mista de Produtores do Sudoeste Goiano Ltda.), cooperativa que surgiu por iniciativa de atores locais e contribui para a transformação do espaço microrregional (BORGES, 2013, p. 153).

A partir de 1994 surgiu o Complexo Agroindustrial (CAI) de carne, com a Perdigão, em Rio Verde. Com incentivos fiscais dados pelo estado de Goiás e pelo Município, com o Projeto Buriti, foi instalada uma fábrica de ração em 1999. O abate de frangos ocorreu no início de 2000, visando à exportação do produto para o Oriente Médio (PERDIGÃO, 2005).

A constituição e a expansão do complexo agroindustrial da soja se dão a partir de 1958, segundo Muller (1989), com as mudanças do mercado mundial de grãos e a demanda mundial, principalmente na Europa.

Em 1958, surge no Rio Grande do Sul o maior parque industrial integrado de processamento da soja da América Latina, capaz de produzir um sem número de produtos. Pois bem, este conjunto industrial sozinho alterou por completo a estrutura do setor industrial brasileiro (MULLER, 1989, p.111).

O complexo agroindustrial da soja se consolidou no final da década de 1970 e início da década de 1980, tornando-se o símbolo da modernização agroindustrial no Brasil com a implantação de sistemas de produção com novos componentes tecnológicos e novas relações, que surgiram entre a agricultura e a indústria.

O fator que atraiu o interesse das agroindústrias para expandir sua produção para o Centro-Oeste foi o diferencial dos custos de produção em relação às regiões tradicionais (MULLER, 1989). Foram consideradas as seguintes vantagens que resultaram no deslocamento de agroindústrias para as regiões produtoras:

- maior produtividade da soja no cerrado em relação à região Sul do País e sua melhor qualidade;
- economias de escala obtidas nas unidades agroindustriais que se instalaram próximas às regiões produtoras;
- menor custo de movimentação de cargas associadas à operação industrial entre a fábrica e a área produtora; e
- menor custo comercial, pois os agricultores passaram a negociar diretamente com a indústria.

Para Castro e Fonseca (1995), o complexo agroindustrial na microrregião sudoeste de Goiás em muitos casos está ligado à presença de cooperativas que servem como promotoras do plantio, receptoras, produtoras de insumos e financiadoras do produto.

Esse crescimento econômico na Região foi acompanhado pelo crescimento populacional, aumentando as demandas sociais e gerando impactos ambientais que nem sempre fizeram parte dos debates e das ações políticas implantadas em Goiás.

1.1 PROBLEMA

Em função da expansão dos complexos agroindustriais ocorreu o crescimento econômico da microrregião do sudoeste de Goiás, impulsionado pelos investimentos feitos tanto pelo governo federal quanto pelo governo estadual, na agropecuária e agroindústria.

Houve crescimento ao longo das últimas três décadas, voltado principalmente à exportação de *commodities*. Em função dos estímulos governamentais novas tecnologias foram implantadas na Região e o preço baixo das terras promoveu o crescimento acelerado.

A atividade econômica predominante é a agricultura, voltada para o plantio de monoculturas como a soja, milho e a cana de açúcar. Destacam-se também a pecuária de corte e de leite, e desde a década de 2000 a avicultura, com a instalação de um polo da Perdigão (BRF Foods).

Logo, a dinâmica do crescimento regional em função do crescimento dos complexos agroindustriais confere à microrregião do sudoeste de Goiás um importante papel no crescimento do Estado e do Brasil, visto que há uma intensa dinâmica produtiva e econômica muito em função de sua proximidade com os grandes centros consumidores e exportadores, como o Sul e o Sudeste.

Dado esse contexto, esta pesquisa buscou analisar o crescimento dos complexos agroindustriais na microrregião do sudoeste de Goiás e seus reflexos no desenvolvimento da Região.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo é analisar o crescimento dos complexos agroindustriais na microrregião do sudoeste de Goiás e seus reflexos no desenvolvimento regional.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Investigar o histórico do crescimento do centro-oeste de Goiás e da microrregião do sudoeste de Goiás e suas características socioeconômicas.
- Analisar o processo de ocupação e crescimento econômico do sudoeste do Estado incentivado pelas políticas de agro industrialização.
- Verificar as mudanças nos indicadores de desenvolvimento da Região em função do crescimento do Complexo Agroindustrial.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A fim de atingir os objetivos, a pesquisa buscou contextualizar os conceitos de crescimento e desenvolvimento regional, por meio de investimentos governamentais, da região objeto de estudo, a microrregião sudoeste de Goiás, localizada na mesorregião sul - goiano.

Sua população foi estimada pelo IBGE, em 2014, em 494.619 habitantes e está dividida em 18 municípios. Possui uma área total de 56.111.000 km². Os principais municípios dessa microrregião são: Rio Verde, Jataí e Mineiros, que juntos têm uma população de 356.386, o que representa 72,05% da população da microrregião (IBGE, 2015).

Quanto ao recorte temporal, buscou-se fazer um estudo a partir da década de 1970, no entanto a ênfase das séries históricas estadísticas são da década de 2000 nos municípios de Rio Verde, Jataí e Mineiros, quando houve maiores investimentos em inovações tecnológicas de estrutura e de financiamento pelos programas governamentais. A Região se desenvolveu produzindo grãos, carnes e etanol.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A microrregião do sudoeste de Goiás desde meados de 1970 tem apresentado um forte processo de crescimento econômico, alavancado por uma série de transformações técnicas, como:

- uso de tecnologias de ponta: máquinas e equipamentos modernos que elevaram o aumento na produção;
- diminuição do desperdício: novos fertilizantes e agrotóxicos próprios para o tipo de solo dos cerrados;
- novos padrões de organização da produção: investimentos de capital, parcerias;
- integração entre a agricultura e a indústria;
- mudanças sociais: produtor-empresário, expulsão do pequeno agricultor; e
- mudança espacial: novas paisagens agrícolas e crescimento urbano, que contribuíram para o aumento da produção, melhoria da renda e da qualidade de vida dos agricultores.

O crescimento decorreu, portanto, de fatores como a implantação ou ampliação de empresas de grande porte, aumento da arrecadação de impostos, energia industrial, estradas, empregos e exportação com o aumento da produção, e comercialização e diversificação econômicas verificadas na Região (IMB/SEGPLAN, 2012).

Houve uma mudança do perfil econômico do estado de Goiás, que segundo a IMB/SEGPLAN foi ocasionada pelo processo de industrialização, surgimento e/ou crescimento do agronegócio, beneficiando alguns municípios que receberam um maior volume de investimentos, com impacto no seu crescimento econômico.

Ocorreu também migrações para a Região, que a princípio foram de paulistas, mineiros e baianos, e mais tarde, a partir da década de 1970, catarinenses e principalmente rio-grandenses. O Estado capitalizou a produção rural com subsídios, inovações tecnológicas e o aumento da produtividade, que transformou o latifúndio em uma grande empresa agrícola, integrando a esse espaço os complexos agroindustriais, industrializando a agricultura (IMB/SEGPLAN, 2012).

Na década de 2000 houve uma expansão dos complexos agroindustriais, com destaque para os complexos da cana, de carnes e da soja, provocando o aumento das atividades urbanas industriais e o crescimento das cidades com o aumento das demandas sociais.

1.5 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está estruturada em quatro seções. A primeira apresenta a introdução, o problema, os objetivos, a delimitação e a relevância do estudo. A segunda seção, revisão de literatura, aborda os conceitos referentes aos principais temas focados no trabalho, como as definições de desenvolvimento e crescimento regional e crescimento e desenvolvimento da microrregião do sudoeste de Goiás, relativos ao surgimento ou ampliação do complexo agroindustrial, conceituando também CAI e sua evolução.

A terceira seção descreve a metodologia aplicada ao estudo em questão, a coleta de dados e a análise referente ao crescimento e desenvolvimento econômico da microrregião do sudoeste de Goiás em função da sua agroindustrialização.

A quarta seção caracteriza a área de estudo, a ocupação de Goiás e seu crescimento, a agroindústria na região e o seu desenvolvimento.

quinta seção traz os resultados e a discussão relativos à agroindústria e ao crescimento econômico na microrregião, às cadeias produtivas da soja, da cana de açúcar e da agropecuária, além da transformação na estrutura e atividades agropecuárias que são substituídas pela empresarial, capitalista, e pelas inovações tecnológicas, que fizeram surgir os Complexos Industriais.

E a última seção encerra o trabalho com as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Debate Teórico sobre o crescimento e desenvolvimento econômico

A busca pelo desenvolvimento econômico sempre esteve associada à industrialização. Os países que fizeram a primeira e a segunda Revolução Industrial são considerados desenvolvidos, e o caminho para industrialização passa ser a busca dos países em desenvolvimento. Com a internacionalização da produção e a inovação tecnológica mais intensa, após a Segunda Guerra Mundial, a industrialização não resolveu o problema do desenvolvimento (VIEIRA, 2009).

Os teóricos clássicos, como Adam Smith, Thomas Malthus e David Ricardo, que comungam a defesa da economia de mercado, predominaram como referencial nas investigações referentes ao desenvolvimento econômico, que se concentravam em aspectos relativos a fatores básicos de produção como terra, capital e trabalho, com ênfase na produção, e ao resultado da organização produtiva.

Para Smith (1996), a divisão do trabalho gera riquezas, e quanto maior for a produtividade do trabalho, maior será o produto social e sua acumulação. A demanda em crescimento eleva os investimentos, os lucros, propiciando maior nível de desenvolvimento e, conseqüentemente, de riqueza.

Uma vez plenamente estabelecida a divisão do trabalho, é muito reduzida a parcela de necessidades humanas que pode ser atendida pela produção individual do próprio trabalhador. A grande maioria de suas necessidades, ele a satisfaz permutando aquela parcela do produto de seu trabalho que ultrapassa o seu próprio consumo, por aquelas parcelas da produção alheia de que tiver necessidade. Assim sendo, todo homem subsiste por meio da troca, tornando-se de certo modo comerciante; e assim é que a própria sociedade se transforma naquilo que adequadamente se denomina sociedade comercial (SMITH, 1996, p.81).

Já para Ricardo (1996), os capitalistas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento e na produção de riquezas ao arrendar terras para a produção de alimentos e contratar trabalhadores, pois as condições de produção na agricultura são fundamentais para a regulação salarial no resto da economia com o acúmulo de capital que gera desenvolvimento.

Ao referir à renda do proprietário da terra, nós a consideramos mais uma proporção do produto obtido com determinado capital numa propriedade agrícola determinada, sem nenhuma referência a seu valor de troca. Mas, uma vez que a mesma causa — a dificuldade de produção— eleva o valor

de troca do produto agrícola, aumentando também a proporção desse produto paga ao proprietário da terra como renda, é evidente que este último é duplamente beneficiado pela dificuldade da produção. Em primeiro lugar, ele obtém uma parcela maior; em segundo, a mercadoria com que ele é pago tem maior valor (RICARDO, 1996, pp.59 e 60).

Smith (1996) defende que o desenvolvimento de um determinado país só seria possível quando os agentes econômicos fossem capazes de satisfazer seus interesses individuais de forma espontânea. O autor partia do princípio de que todo homem vive para a troca, ou se torna, em algum momento, um mercador, e a sociedade se transforma no que é, ou seja, uma sociedade mercantil.

Para Smith, o homem movido pelo desejo do lucro passaria a produzir mais e o excedente da produção passaria a ser um benefício para toda a sociedade. A ordem do sistema econômico seria estabelecida quando atingisse o ponto de equilíbrio das forças aparentemente antagônicas do mercado: a oferta e a demanda.

Para Ricardo (1996), a riqueza de uma nação depende do lucro e da renda da terra e a distribuição da riqueza deveria ser rateada entre o salário, o lucro e a renda fundiária, já que, para ele, os salários são despesas e quem deveria ficar com a maior parte da riqueza seriam os detentores do capital. A riqueza de uma nação estaria centrada na produção gerada pela terra e não pelo ganho do trabalhador.

Essas hipóteses são suficientes para garantir resultados bons para os defensores da economia de mercado, que não só garantem a existência de equilíbrio, mas também favorecem a ideia de que, na ausência de casuísmos e arbitrariedades governamentais, por exemplo, as rendas *per capita* dos países tenderão a convergir naturalmente, em longo prazo (SANTOS *et. al.*, 2012, p. 48).

Vieira (2009) afirma que nos países em desenvolvimento a industrialização promoveu o crescimento da atividade econômica, mas acompanhado por uma forte concentração espacial da renda. O desenvolvimento econômico brasileiro, com destaque para o período de 1956 a 1979, foi resultado desse processo de crescimento.

A partir dos modelos ditos desenvolvimentistas, esperava-se que o efeito multiplicador da indústria fosse a mola propulsora do desenvolvimento, inclusive em escala regional. Para alcançar isso, seria de grande importância, para os investimentos, a participação ativa das políticas governamentais, determinando as áreas prioritárias para sua aplicação.

Para Santos *et. al.* (2012), após as crises de 1929 e a Segunda Guerra Mundial houve uma alteração na realidade do mundo, que criou uma nova estrutura de poder e introduziu nova ordem econômica e política: surgiu uma ciência do conhecimento com a finalidade de observar, descrever e explicar o fenômeno do desenvolvimento. Trata-se da economia do desenvolvimento, que não conseguiu explicar na totalidade as contradições do mundo capitalista.

Para explicar melhor o conceito de desenvolvimento pode ser usado o termo produtividade social. Vieira (2009) defende que contribuem para o bem-estar das pessoas, e como eles são distribuídos no grupo, os bens e serviços produzidos, e não apenas a quantidade e a qualidade da produção de bens e serviços em uma determinada comunidade num certo período.

Desenvolvimento econômico significa aquilo que os agentes econômicos usufruem a partir de suas posses, e não necessariamente ter mais posses: uma atuação mais direta dos indivíduos contribui para a formação de um capital social, resultante do clima de confiança estabelecido entre os membros de uma comunidade.

Os contatos sociais entre os membros de uma determinada sociedade facilitam, além das questões econômicas, a disponibilidade dos sujeitos para atender às necessidades da coletividade.

Desenvolvimento como produto do Mundo Ocidental, ser moderno significa dizer que o destino das pessoas se encontra no homem, na razão, na produtividade e no desenvolvimento, onde uma sociedade desenvolvida é aquela capaz de garantir o crescimento da produção, do consumo e da renda, sendo a meta ter uma sociedade industrial urbana. (SANTOS *et. al.*, 2012, pp. .51, 52).

Ainda para Santos *et al.* (2012) e pensadores como Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, o subdesenvolvimento seria uma condição criada para integração no sistema global de trocas associada a uma falha de difusão tecnológica, de capital, e de valores ocidentais, e não isolamento geográfico.

Esse debate introduz o estado de bem-estar social no conceito de desenvolvimento, que deveria ir além do crescimento econômico e de seus indicativos. Era preciso valorizar o indivíduo, o cidadão, mediante uma oferta de serviços como alimentação, educação, habitação, saúde e previdência.

Para Sen (1999), o desenvolvimento de um país está ligado às oportunidades que ele oferece à população para fazer suas escolhas e exercer sua cidadania, como a educação, participação política e direitos sociais. O desenvolvimento amplia as escolhas e as oportunidades do indivíduo.

No Brasil, o pensamento econômico e a discussão do desenvolvimento ganham força a partir da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), que foi criada logo após a Segunda Guerra Mundial, tendo como objetivo central o debate sobre o desenvolvimento econômico da região.

A industrialização da América Latina seria feita pelo processo de substituição de importações. Para isso, seria fundamental a expansão do incentivo à entrada de capital externo sob a forma de empréstimos estatais para a infraestrutura básica. Além disso, a adoção de uma política protecionista, com a elevação das tarifas de importação, restringiria a entrada de produtos externos, criando uma reserva de mercado para os produtos nacionais.

O crescimento econômico dos países periféricos dependeria, então, das cotações dos produtos agrícolas (dependência comercial); das importações de máquinas e equipamentos (dependência tecnológica); e do volume das importações para obter o saldo na balança comercial (dependência financeira). Todos esses fatores dependem dos países desenvolvidos (VIEIRA, 2009).

Segundo Furtado (1967), o desenvolvimento não é uma simples etapa histórica pela qual todos os países deverão passar, mas é resultado das relações de troca iniciadas na Revolução Industrial, que resultou numa periferia subdesenvolvida e dependente.

Haveria, portanto, necessidade de capital externo que, diferente das correntes liberais, deveria ser via empréstimos governamentais e não via entrada direta de capital estrangeiro privado. Furtado ainda condiciona o processo de desenvolvimento econômico ao aumento da produção e da produtividade acompanhado pela melhoria da distribuição de renda.

De acordo com Souza (1997), desenvolvimento é a existência de crescimento econômico superior ao crescimento demográfico por um determinado período, com mudanças estruturais e melhoria de indicadores econômicos e sociais *per capita*. É o aumento contínuo dos níveis de vida: maior consumo de produtos e serviços básicos para uma determinada população, melhor atendimento médico e

odontológico, educação qualificada, maior nível de segurança e melhor qualidade do meio ambiente.

Trata-se de um estágio do processo de mudanças estruturais compreendido por uma sociedade organizada em seu território e sustentado na potencialização do capital tangível ou intangível existente no local, isto é, um espaço construído histórica e socialmente.

Desenvolvimento econômico é o crescimento econômico acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura econômica social. O desenvolvimento depende dos valores de cada sociedade, de certo modo pode até se opor a ideia de progresso econômico, pois seu objetivo é mais que a oferta de bens e serviços resultante do aumento da produtividade (VIEIRA, 2009, pp. 18 e 19).

Crescimento e desenvolvimento estão atrelados, segundo afirmações dos autores citados, mesmo que um necessariamente pode acontecer e outro não.

2.2 COMPLEXO AGROINDUSTRIAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Igliori (2010) afirma que o interesse por essa forma de organização de atividades econômicas, CAI, deve-se principalmente à existência de casos de sucesso em diversos países desenvolvidos.

Para Muller (1989), a modernização da agricultura no Brasil a partir da década de 1960, com o surgimento do CAI, produz modificações nas relações da indústria com a agricultura. O Estado atuou com os subsídios ao crédito, incentivos fiscais e políticas com incentivos à exportação, o que promoveu a expansão do mercado agroindustrial no Brasil.

Na agricultura, a despeito do modo de produzir, abarcar, em 1980, tão somente cerca de 20% dos estabelecimentos – que respondem por algo como 80% do valor da produção – também aí proliferaram as empresas e grupos econômicos. O processo de integração indústria-agricultura que pode ser designado de complexo agroindustrial, onde a produção agrária passa a ter uma interdependência, além das solicitações do comércio, mas um conjunto de indústrias que tem nas atividades agrárias seus mercados, onde ocorre uma mudança de padrão agrário devido às exigências do novo mercado que surge (MULLER, 1989, pp.18 e 19).

Segundo o autor, surgiu um novo padrão que produziu um crescimento negativo da população rural, ao contrário da população urbana que registrou

substancial crescimento. Esse fato está ligado ao processo de ocupação das fronteiras, que foram ampliadas, o que implicou no crescimento diferenciado de algumas aglomerações urbanas, tanto nas capitais como também em cidades pequenas e médias.

O processo de urbanização mostrou a importância que os centros urbanos passaram a ter como áreas de circulação da força de trabalho, resultante das mudanças nas relações de trabalho no campo com o surgimento dos complexos agroindustriais.

Em 1940, quase 70% da população residia no campo, em 1980 o índice pouco ultrapassou a 30%; o crescimento negativo da população rural nos anos 70 aponta para uma importante inflexão na história da distribuição espacial da distribuição da população brasileira. No entanto, indicador mais incisivo da urbanização do campo é o que constata que mais de 25% do pessoal ocupado na agropecuária, em 1980, residia fora dos estabelecimentos rurais. (MULLER, 1989, p. 18).

Ainda segundo Muller (1989), quanto ao tamanho do estabelecimento, naqueles com até 50 hectares de área total cerca de 20% de seus responsáveis moram em núcleos rurais, já em estabelecimentos com mais de 200 hectares, contingente superior a 30%, os responsáveis residem em núcleos urbanos.

Muller (1989) cita que se for levado em conta que houve uma drástica transformação na estrutura de gastos correntes da população rural, então se pode ter uma noção mais clara de como se impôs o padrão urbano de vida para essa gente.

Segundo o Instituto Mauro Borges (IMB/SEGPLAN, 2010), na microrregião do sudoeste de Goiás também ocorre o mesmo fenômeno: importantes polos agroindustriais se instalaram e empurraram os pequenos agricultores para as cidades: “ A modernização da agricultura integra a agricultura no sistema capitalista industrial, por meio de mudanças tecnológicas, de ruptura das relações de produção arcaicas, do domínio do capital comercial, que se acentua após a década de 1960” (SILVA, 1998, p. 30).

A constituição dos CAIs só se torna possível a partir da intensificação da produção de máquinas e insumos para a agricultura. Para Silva (1998), a estrutura e a evolução do CAI refletem de forma clara a nova dinâmica agrícola do período, que não pode mais ser apreendida só a partir dos mecanismos internos da própria

atividade agrícola (terra, técnica de produção, fronteira), nem a partir da segmentação do mercado interno *versus* externo.

A transformação da agricultura e a constituição do CAI na economia brasileira são processos diferenciados e temporalmente separados. Após 1945, a modernização da agricultura se restringe à transformação da base técnica, genericamente, pela elevação dos índices no uso de tratores e consumo de NPK, estimulado pelo governo e empresas norte americanas, que introduzem um novo padrão tecnológico para a produção rural, com base na importação de meios de produção e insumos industriais. Esse processo permitiu a fusão ou a integração de capitais interssetoriais. O período compreendido entre meados dos anos de 1960 até o final de 1970 é considerado um marco de constituição do Complexo Agroindustrial Brasileiro (DELGADO, 1985, p. 80).

Igliori (2010) destaca que devem ser avaliadas as potencialidades de estratégias de desenvolvimento local que priorizam a formação de polos tecnológicos, com financiamento para os grupos de empresas e formação de instituições relacionadas com o seu desempenho econômico, articuladas com uma política industrial de âmbito nacional, em que a constituição de polos tecnológicos faz parte de estratégia nacional de inserção externa.

Com a formação desses polos, algumas barreiras seriam facilmente derrubadas, tais como insumos e componentes, e crédito e mercados, com maior poder de barganha com o poder público.

2.3 AGROINDÚSTRIA NO BRASIL

A modernização da agricultura passou por inúmeras fases no Brasil. O processo teve início na década de 1960 e foi até meados da década de 1980, com elevadas taxas de crescimento na produção de grãos, processo que se mantém até hoje, porém sem o mesmo dinamismo. Houve um salto dado pela agricultura, nessa fase, em parâmetros como produção, produtividade, incorporação do capital, de programa técnico, de avanço e modificação da base técnica (RICCI, 1994).

Segundo Delgado (1985), para que a agricultura se tornasse consumidora de insumos modernos, produzidos pelo setor industrial, foi necessária a introdução de incentivos, que teve na política nacional de crédito rural o carro chefe de todo o processo. A política agrícola da década de 1970 refletiu-se na estrutura agrária, porque o projeto de modernização da agricultura brasileira procurou alterar a base técnica sem alterar mudanças na estrutura agrária, quando um pequeno número de

proprietários agrícolas, médios e grandes proprietários, receberam 60% do crédito distribuído (DELGADO, 1985).

O crescimento da produtividade agrícola (Gráfico1) foi alcançado como fora previsto pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), mas não correspondeu ao crescimento do volume de crédito distribuído. No demonstrativo verifica-se que há um valor crescente do crédito ao longo dos anos, porém o mesmo não ocorreu com a produção agrícola, que sofreu variações na década de 70 não correspondendo ao valor do crédito cedido.

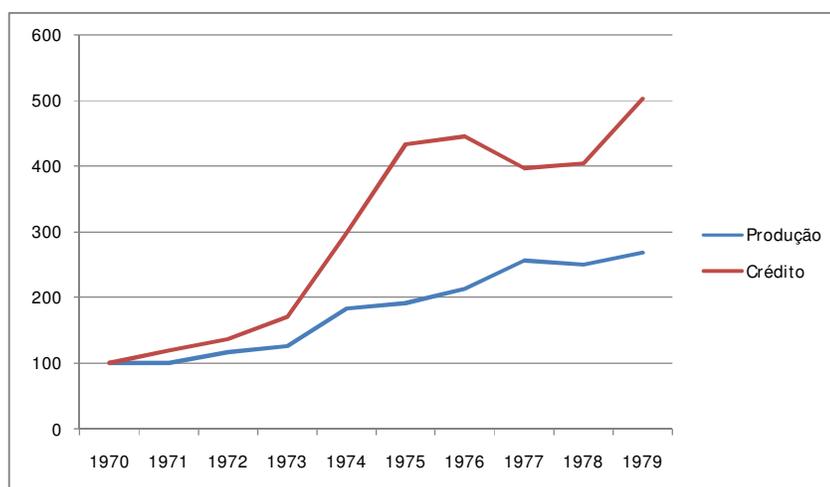


Gráfico 1 - Crescimento da Produção Agrícola e do Crédito Total para a Agricultura 1970 a 1979 – Brasil.

Fonte: IBGE (1980).

Com a expansão da agricultura ocorreu, ao mesmo tempo, uma alteração nas formas de produção agrícola e uma ampliação e transformação dos complexos agroindustriais, com efeitos sobre o meio ambiente. As transformações no campo ocorreram desigualmente, pois as políticas de desenvolvimento rural dão privilégios ao mesmo tempo em que inserem uma classe da sociedade no que há de mais moderno na agricultura e pecuária, deixando a maioria dos agricultores rurais distante de tais inovações e desenvolvimento:

A modernização da agricultura a partir da década de 1960 com a Revolução Verde (o uso intensivo de insumos agrícolas, sementes modificadas geneticamente, da irrigação e da mecanização) trazem transformações no campo com uma modificação na estrutura local da produção, social e

econômica e suas conseqüências como a produção da monocultura com a destruição das florestas e da biodiversidade, a erosão dos solos com a contaminação dos recursos naturais e dos alimentos e os impactos socioeconômicos, causados pela rápida transformação da produção agrícola implantada nos campos (BALSAN, 2006, pp. 124 e 125).

Para Silva (1998), a modernização ocorreu de forma parcial, beneficiando alguns produtos, algumas regiões e algumas fases do ciclo produtivo. Esse novo padrão de desenvolvimento econômico exclui o homem do campo da geração de emprego com diminuição da renda, causando uma desordem no espaço rural: a propriedade da terra foi subordinada ao capital.

Conforme Balsan (2006), com as alterações no modo de produção e organização da produção agrícola houve uma reorganização do espaço geográfico, adequando-o às novas condições de produção determinadas, em geral, pelos interesses do Estado e dos grupos econômicos capitalistas.

O Gráfico 2 apresenta um demonstrativo do crescimento da dependência de sistemas econômicos não rurais, como os insumos agrícolas e produtos industriais.

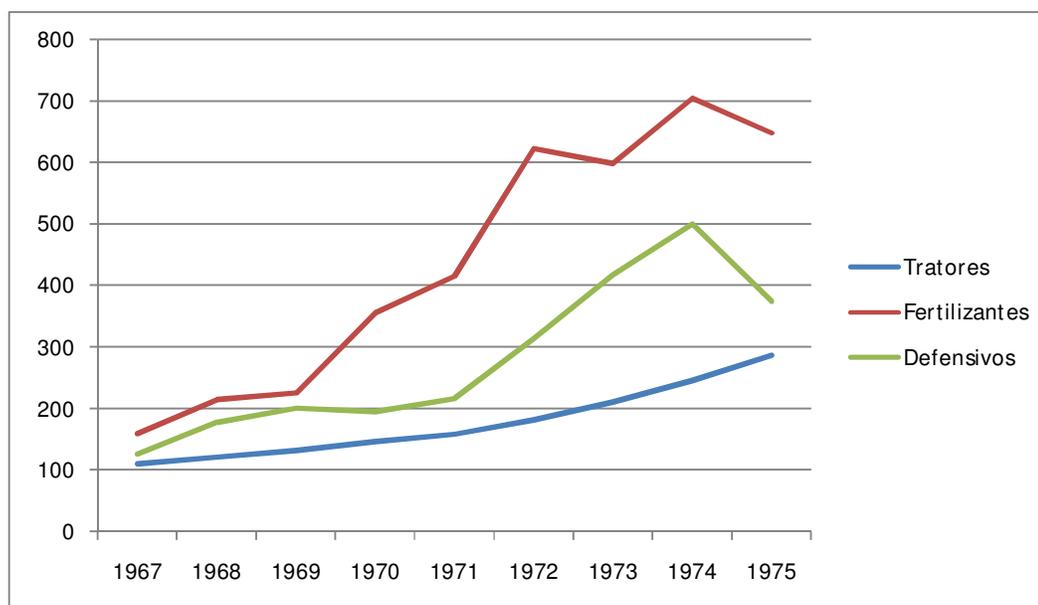


Gráfico 2 - Índices de utilização de insumos básicos pela agricultura 1967-1975, Brasil. (Tratores em números, fertilizantes em toneladas e defensivos em toneladas).

Fonte: adaptado de Silva (1998).

O Gráfico 2 mostra que até 1974 houve crescimento no consumo de insumos, fertilizantes e defensivos. A partir daí ocorreu uma queda no seu uso, enquanto que o número de tratores continua crescente no número de unidades utilizadas na

agricultura. O crescimento de insumos, máquinas e químicos ocorre em um ritmo acelerado, levando à dependência do setor agrícola para sua manutenção.

Em função da integração à dinâmica industrial de produção, de incentivo à constituição do CAI, a agricultura brasileira passou por um processo radical de transformação. Essa transformação significou uma alteração na produção industrial com maior consumo de insumos modernos, produzidos pelo setor industrial (RICCI, 1994).

O modelo, voltado para o consumo do capital e tecnologia, com grupos que passaram a fornecer insumos como máquinas, sementes, adubos, fertilizantes e agrotóxicos, aumenta a dependência da agricultura em relações a outros setores da economia, como o industrial e o financeiro, com um alto grau de desequilíbrio social e ambiental.

2.4 AGROINDÚSTRIA NO CENTRO-OESTE

O Centro-Oeste é a segunda macrorregião brasileira em extensão, com 1.604.850 Km², 18,9% do território nacional, e é formada por Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal (IBGE, 2013).

Na Região, a indústria está vinculada ao beneficiamento e à transformação de matérias-primas, principalmente da agricultura nas atividades de base primária. A atual situação do Brasil em relação ao seu dinamismo quanto a agropecuária está relacionada com o dinamismo da Região (CASTRO, 2014).

Os investimentos no Centro-Oeste têm na agricultura o seu principal setor, com polos de crescimento espalhados pela região. O estado de Goiás é o maior produtor de grãos, soja e milho, e o Mato Grosso é o maior produtor de soja. O crescimento da Região, que até a década de 1970 era tida como o celeiro do Brasil, se deve ao fato de ser produtora de matéria-prima e de produtos de necessidade básica para o restante do País. Isso se modifica com a agroindústria de grãos (FERREIRA & FERNANDES, 1996).

Com a introdução da agroindustrialização na Região surgem, segundo Haddad (1999), algumas peculiaridades históricas importantes como: a) a exclusão dos trabalhadores rurais do acesso à terra; b) a urbanização recente; e c) introdução na agricultura de agrotóxico e fertilizante, que são usados como estratégias para o

crescimento industrial e para a agropecuária, de forma intensiva como instrumentos de desenvolvimento tecnológicos e científico, para o aumento da produtividade onde o setor agrícola teria prioridade.

No Gráfico 3 pode-se observar que o uso de agrotóxicos e fertilizantes é de alto consumo, já que o propósito é produzir cada vez mais e aumentar a produtividade por hectare.

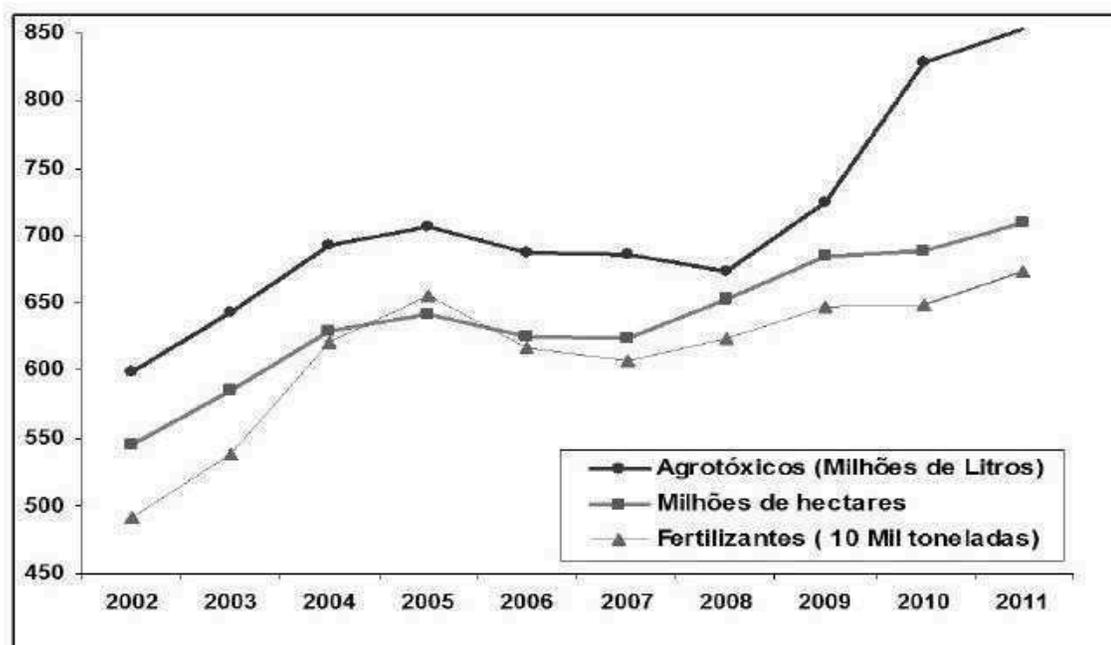


Gráfico 3 - Produção agrícola e consumo de insumos nas lavouras no Brasil de 2002 a 2011.
Fonte: IBGE (2012).

No Gráfico 3 destaca-se o uso, em grande escala, principalmente de agrotóxicos na agricultura na década de 2000, bem mais que fertilizantes, no intuito de aumentar a produção, já que era essa a intenção ao modernizar a agricultura na região para a produção de excedentes.

As políticas públicas de ocupação do Centro-Oeste pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) viabilizaram o crescimento econômico da agricultura de insumos, implementos e as indústrias processadoras entre 1970 e 1980, quando o custeio era quatro ou seis vezes maior que os investimentos, isto é, um alto subsídio por parte do Governo Federal.

A ocupação do Centro-Oeste foi assegurada pela entrada do capital patrocinada pelo Estado, via SNCR, principalmente em Goiás a partir de 1970, com grande impacto na organização social (FERREIRA & FERNANDES, 1996).

O comparativo entre custeio, investimentos e comercialização pode ser visualizado na Tabela 1, no período entre 1965 e 2000.

Tabela 1 - Crédito rural por categoria - 1965 - 2000.

Natureza do Crédito	Anos				
	1965	1970	1980	1990	2000
Custeio	562,40	2.112,00	12.261,20	6.546,50	4.878,58
Investimentos	156,60	666,50	2.799,20	588,20	1.263,55
Comercialização	54,30	1.112,90	4.447,90	1.310,00	1.372,80
Total em (US\$ Milhões)	773,30	3.891,40	19.508,30	8.444,70	6.514,97

Fonte: Mendonça (2004).

Pela Tabela 1 nota-se que em 1980 houve maior volume das aplicações de recursos em custeio e investimentos por parte do governo, e em função disso ocorreu também maior comercialização dos produtos oriundos da agricultura (MENDONÇA, 2004).

Os custeios também são em maior volume em 1980, em função de a agricultura estar no auge da produção e o mercado externo aberto à recepção do produto brasileiro. Apesar de haver alto volume de custeio, a produtividade não correspondeu ao montante comercializado. Nesse ano houve um volume maior de crédito, tanto no custeio quanto no investimento e comercialização.

Silva (1998) cita que com o processo de industrialização a agricultura brasileira foi se convertendo num setor subordinado à indústria, e por ela foi sendo transformada. Essa indústria se consolidou a partir da constituição dos CAIs, que surgiram no Centro-Oeste, onde a agricultura deixou de ser um mercado de bens de consumo para ser o meio industrial da produção, denominada modernização conservadora da agricultura. O crescimento dos complexos agroindustriais está estruturado em três produtos básicos: soja, carne e cana de açúcar.

2.4.1 Complexo da Soja no Brasil e em Goiás

A soja tem sua origem na China. Foi explorada há mais de cinco mil anos e cultivada até meados do século XX apenas como forrageira, e depois como grão pelos Estados Unidos, onde até 1940 já havia mais de dois milhões de hectares cultivadas para tal fim. A partir de 1941 a área cultivada para grãos superou a de forrageira (EMPRAPA, 2004).

A soja chegou ao Brasil em 1882, via Estados Unidos, pela Bahia. Em 1891 foi introduzida no estado de São Paulo também como forrageira. Na década de 1950, a cultura da soja foi incentivada como melhor alternativa de verão para substituir o trigo como cultura de inverno (EMBRAPA, 2004).

A partir da década de 1960, com incentivos subsidiados pelo governo federal, a soja se estabeleceu como cultura economicamente de importância para o Brasil (MAPA, 2014). Com uma produção de 206 mil toneladas em 1960, passou a produzir 1,056 toneladas em 1969, produzida nos três estados do Sul, com 98% do total produzido no País.

Na década de 1970 é que a soja se consolidou como principal produto do agronegócio brasileiro: a produção passou de 1,5 milhões de toneladas em 1970 para mais de 15 milhões em 1979. Segundo ainda a Embrapa, o crescimento se deu tanto no aumento da área de plantio, de 1,3 para 8,8 milhões de hectares, como também na produtividade, que passou de 1,14 para 1,73 t/ha, graças às novas tecnologias implantadas no campo.

No Gráfico 4 há um demonstrativo dos maiores produtores mundiais de soja da safra 2013/2014. O Brasil, segundo maior produtor do grão, perdeu apenas para os Estados Unidos, o maior produtor até então, em milhões de toneladas.

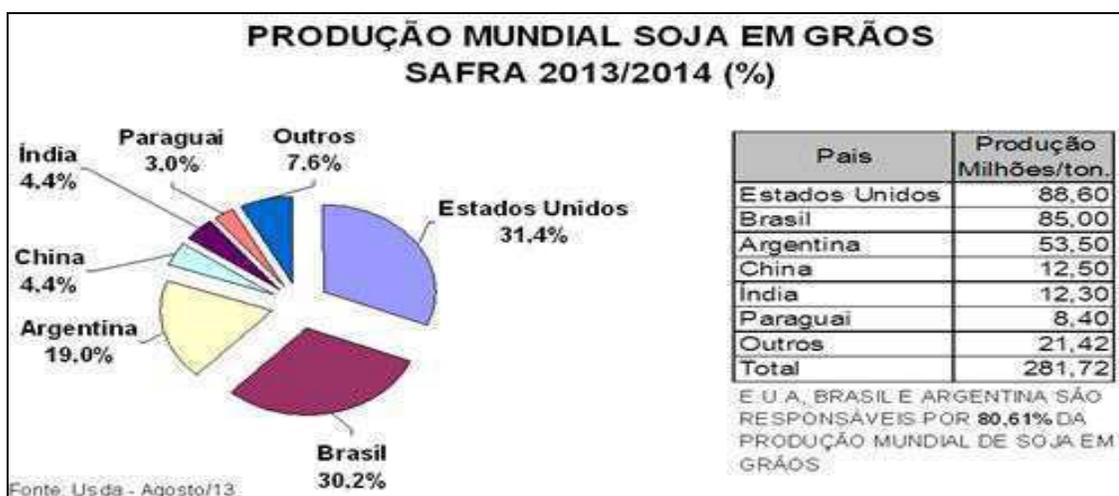


Gráfico 4 – Maiores produtores mundiais de soja safra 2013/2014
Fonte: EMPRAPA (2014).

A ordem dos maiores produtores de grão não se altera depois de uma década, já que na safra 2001/2002 a ordem era a mesma em relação aos maiores produtores mundiais do grão, segundo a EMBRAPA. Os Estados Unidos aumentam

sua produção, e no Brasil e na Argentina ocorre o mesmo fator (EMBRAPA, 2014) em função de novas tecnologias utilizadas no campo.

A oleaginosa cresce a uma taxa de 3,4% ao ano, com o cultivo concentrado principalmente nos Estados Unidos, Brasil e Argentina, com 80,6% da produção mundial. Dois importantes fatores que contribuíram para a evolução da produção de soja foram o aumento da área e a produtividade com a área plantada, que mundialmente cresce constantemente.

Com uma cadeia produtiva bem estruturada, a soja propicia a geração e a transferência de pacotes tecnológicos, propiciando uma melhor exploração do potencial produtivo da sua cultura e a garantia do mercado de fácil liquidez (EMPRAPA, 2014).

No Gráfico 5 está o demonstrativo do crescimento da produção de soja nos estados que compõem o Centro-Oeste, como o Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul, que estão entre os maiores produtores no Brasil até 2003. Pode-se observar que o estado que mais cresceu em produção na Região até esse ano foi o Mato Grosso, depois Goiás, seguido pelo Mato Grosso do Sul, isso por causa das grandes áreas não exploradas pela agricultura e outras de pastagem que foram substituídas pelo grão.

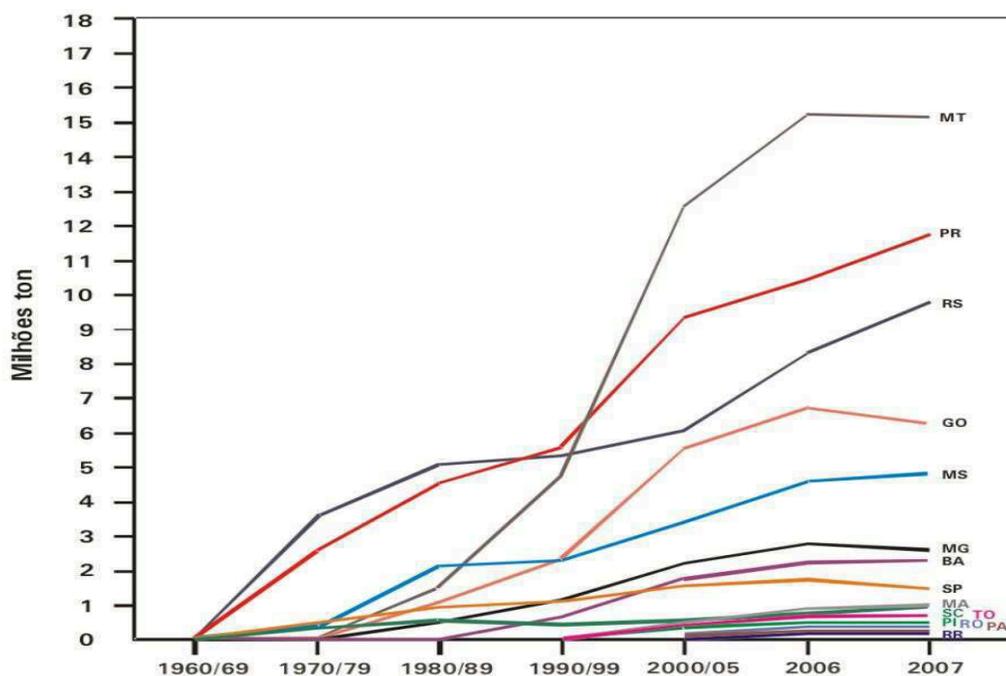


Gráfico 5 – Produção de soja no Brasil, com destaque aos estados do Centro-Oeste até 2007.
Fonte: CONAB (2008).

Considerada a média da década de 1970 com a produção final de 2007, enquanto a produção do Sul cresceu 3,0 vezes, a região central do Brasil cresceu 73 vezes, conforme o Gráfico 5. Essa transformação consolida o estado do Mato Grosso como o maior produtor de soja (CONAB, 2008).

Em 1970, apenas 2% da soja produzida no Brasil eram colhidas no Centro-Oeste. Em 1980, o percentual passou de 20% em 1990, superou os 40%, e em 2007 aproximadamente 60% da produção nacional eram provenientes dessa Região. (EMPRAPA, 2004).

Fatores demonstrados no Gráfico 5 são confirmados pela Tabela 2. Os estados do Centro-Oeste estão entre os maiores produtores de soja nas safras de 2011/2012.

Tabela 2 – Produção Brasileira de soja, 2011/2012(milhões/ton.).

Estados	Produção Soja
MS	4.608
GO	8.126
RS	8.269
PR	10.916
MT	22.037

Fonte: Conab (2011). (Estimativa) (Organizado pelo autor a partir de dados CONAB).

Pela Tabela 2, o maior produtor do grão, Mato Grosso, tem uma produção em dobro quando se compara com o segundo produtor, o Paraná. Esse fato ocorre em função de o Mato Grosso ter uma área agricultável maior e de melhor produtividade por hectare e de novas cultivares que se adaptam aos cerrados.

Alguns fatores foram preponderantes para que a soja se tornasse o principal produto de exportação do Centro-Oeste e do Brasil, tendo o Mato Grosso como o principal exportador da região nos últimos anos, e o Brasil o segundo maior exportado do grão atrás apenas dos Estados Unidos.

São fatores como a construção de Brasília, melhoria na infraestrutura das vias de acesso, comunicação e urbanização, incentivos fiscais, construção de silos e armazéns, instalação do complexo agroindustrial, baixo valor das terras da Região, topografia favorável à utilização de máquinas, pacotes tecnológicos introduzidos pelas pesquisas (Embrapa), e de novas cultivares de soja adaptadas à Região e um regime pluviométrico favorável ao cultivo de verão (CONAB, 2008).

Na Figura 1 há um demonstrativo da evolução da produção de soja no Brasil até 2007.



Figura 1 – Demonstrativo da evolução da produção de soja no Brasil até 2007.
Fonte: CONAB (2008).

Na Figura 1 há um comparativo da produção do grão com a quantidade de hectares plantados e a quantidade, em toneladas, de soja produzida até 2007, segundo a Conab (2008). A produção de soja cresceu na última década, principalmente em 2000 a 2007, ocorrendo o mesmo com a produção por hectare, mas não na área plantada, demonstrando que a Região é propícia ao cultivo de grãos, aos incentivos fiscais, e às espécies de cultivares do grão adaptadas aos cerrados.

Segundo a CONAB, até o final da década de 1970, 80% da soja era produzida na região Sul do País. Em 1970 apenas 2% foram colhidos no Centro-Oeste. Em 1980 passou para 20% da produção; em 1990 já havia uma produção de 40%; que em 2007 superou a produção de mais de 60% da soja produzida no Brasil.

Com a produção mundial de soja crescendo a uma taxa de 3,7% ao ano houve também o aumento da produção de seus derivados, como o óleo e o farelo, para abastecer o mercado em função do aumento populacional.

Com o aumento do consumo, a demanda pela oleaginosa vem aumentando, principalmente na China. Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados

Unidos (USDA) a produção mundial de soja em 2014 foi de 283,5 milhões de toneladas, 6% superior à safra 2013.

Segundo as estimativas da USDA (2015), os Estados Unidos foram os maiores produtores mundiais de soja em 2014, com 88,66 toneladas produzidas com 5% a menos do previsto em função da seca que causou quebra na produção.

O Brasil é o segundo maior produtor com 88 milhões de toneladas, com um aumento de 7% na produção em função do aumento da área cultivada, seguido da Argentina com 53,5 milhões e da China com 12,2 milhões de toneladas. As importações mundiais também cresceram em 9% em relação a 2013, e a China é o maior importador com 66% do total.

A produção agrícola mundial da soja foi impulsionada pelo aumento da população e da renda, do agronegócio representando 40% das exportações do País e da soja com 14% desse total, o que a torna a principal *commoditie* do Brasil. É um produto de grande competitividade no mercado mundial pelo baixo custo de produção e pela grande aceitação no mercado mundial. Nos últimos anos têm crescido uma média de 8% na área plantada e um consumo em nível mundial na média de 4,5%.

A China é o principal importador de soja com 64% da demanda mundial, e em 2012/2013 ocorreu um aumento de 3% da importação do grão em relação à safra 2011/2012 (USDA, 2015). No Brasil, a safra 2011/2012 tinha uma estimativa de 73 milhões de toneladas, mas produziu 66 milhões (CONAB). Houve uma redução de 11,8%.

Na Argentina, no mesmo período, houve uma queda de 18%. De 49 milhões de toneladas para 40 milhões, segundo o Departamento de Agricultura da Argentina (MINAGRI), já que Estados Unidos, Brasil e Argentina juntos são responsáveis por 70% da soja produzida no mundo.

A quebra da safra no período 2011/2012 afetou a balança comercial mundial com decréscimo aproximado de 11% na safra e com uma estimativa de aumento de 10% na safra 2012/2013 em nível mundial, segundo a USDA, com uma produção de 260 milhões de toneladas (CONAB, 2012).

Em relação aos preços da soja, até o final de 2011 na Bolsa de Chicago (CBOT) foi de 645,73 dólares a tonelada, isso em julho de 2008, na maior alta em razão da crise nos EUA. Já em 2012, dada a pouca oferta e a grande demanda do produto, os preços no mercado internacional foram os maiores já praticados.

Em janeiro de 2012 os preços praticados na Bolsa de Chicago eram de 440,92 dólares a tonelada, com as perdas no Brasil e na Argentina, e em abril chegou aos 628,10 dólares a tonelada. Com as perdas nos EUA na safra 2012/2013 nos principais estados produtores americanos, os preços voltaram a subir e em julho de 2012 chegaram a 645,73 dólares a tonelada.

Os preços praticados na safra 2012/2013 ficaram abaixo dos patamares praticados na safra 2011/2012, chegando aos 551,16 dólares a tonelada. Houve queda por causa de uma super safra nos países da América Latina com o aumento de áreas e produtividade (CONAB, 2012).

2.4.2 Complexo da cana de açúcar na produção de combustíveis

A cana de açúcar foi introduzida no Brasil em Pernambuco, e por volta de 1550 o Estado já era o maior produtor mundial. O produto era o mais importante nos séculos XVI e XVII, produzidos principalmente na Zona da Mata Nordestina e no Recôncavo Baiano.

Em 1877 inaugurou-se o Engenho Central de Quissamã, no Rio de Janeiro. Em 1888, os engenhos brasileiros já tinham incorporados todas as inovações tecnológicas necessárias à produção e exportação. Foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1933, por Getúlio Vargas, que centralizava as operações de exportação, compra interna e cedente das concessões e subsídios aos produtores brasileiros (VIEIRA *et al*, 2007).

Com a crise mundial do petróleo em 1973 (VIEIRA *et al*, 2007), o governo criou três programas - eletrificação rural, biocombustível e Proálcool - que iriam substituir o óleo diesel e a gasolina por outras fontes de energia interna. Em 1975 foi lançado o Programa Nacional do Alcool (Proálcool) para fazer a regulamentação do uso do álcool anidro misturado à gasolina para diminuir a importação do óleo cru.

Das culturas produzidas no Brasil, em relação à área plantada, a cana de açúcar ocupa o terceiro lugar; a soja a primeira cultura; e o milho a segunda. A cada safra a área plantada vem aumentando. A maior produção de cana se concentra no Centro-Sul e o maior produtor é São Paulo, o segundo é Minas Gerais, o terceiro é o Paraná e Goiás, e o quarto maior produtor do Brasil é o Centro-Sul, que possui o

maior polo industrial para a produção do açúcar e do álcool, com 279 do total de 411 em todo o País (CONAB, 2011).

O crescimento do complexo agroindustrial da cana se deu a partir de 2002 e suas principais commodities, como o açúcar e o álcool, tem um papel privilegiado na dinâmica do agronegócio brasileiro por fatores como:

- comércio interno e internacional, tanto para o açúcar como para o álcool;
- fim de algumas barreiras na Europa ao açúcar brasileiro;
- elevação internacional do preço do petróleo;
- crescimento da demanda interna do álcool hidratado por causa do sucesso dos novos modelos de automóveis flex;
- o maior produtor de álcool de milho, os Estados Unidos, não têm como atender sua demanda interna futura por álcool;
- baixo custo de suas *commodities* açúcar e álcool, já que os custos de produção no Brasil são os mais baixos do mundo; e
- o crescimento da produtividade do trabalho (WWF, 2008).

Na Tabela 3 estão apresentadas área e produção da cana de açúcar no Sudeste e Sul do Brasil de 1975 a 2009. A evolução da produção da cana de açúcar a partir de 1975, muito em função dos baixos custos de produção da cana, é visualizada na Tabela 3, em um comparativo entre área plantada, produção e produtividade. A partir daí há uma crescente produção da cana, isso em função do crescimento da área plantada, conforme o Ministério da Agricultura.

Tabela 3 – Área e a produção Brasileira da cana de açúcar a partir de 1975.

Anos	Área plantada (milhões de hectares).	%	Produção (milhões de toneladas).	%
1975	1,90		88,92	
1980	2,61		146,23	
1985	3,90		246,54	
1990	4,29		262,60	
1995	4,62		303,56	
2000	4,82		325,33	
2005	5,62		419,56	
2009	9,67		689,90	
2013	8,52		596,63	
Total	171,990		47.285,54	

Fonte: MAPA, (Ministério da Agricultura, 2014).

Conforme indica a Tabela 3, houve um crescimento contínuo na área plantada, mas na década de 1990 a 2000 foi mantida a área cultivada em função dos poucos investimentos governamentais via FCO, SNCR e BNDES. Da década de 2000 em diante duplicou-se a área, pois houve liberação do custeio via Banco do Brasil.

Ocorreu, então, o aumento da produção, da área, e o aumento do consumo do álcool combustível em função da quantidade de carros que foram negociados, dada a facilidade de financiamento e juros baixos. Quanto à produção, esteve sempre crescente na década, considerada em função das altas tecnologias utilizadas no campo, tanto em relação ao maquinário, quanto aos fertilizantes e corretivos de solo (EMBRAPA, 2014).

No Gráfico 6 está estampada a produção de açúcar, em toneladas, de 2002 a 2012 no Brasil

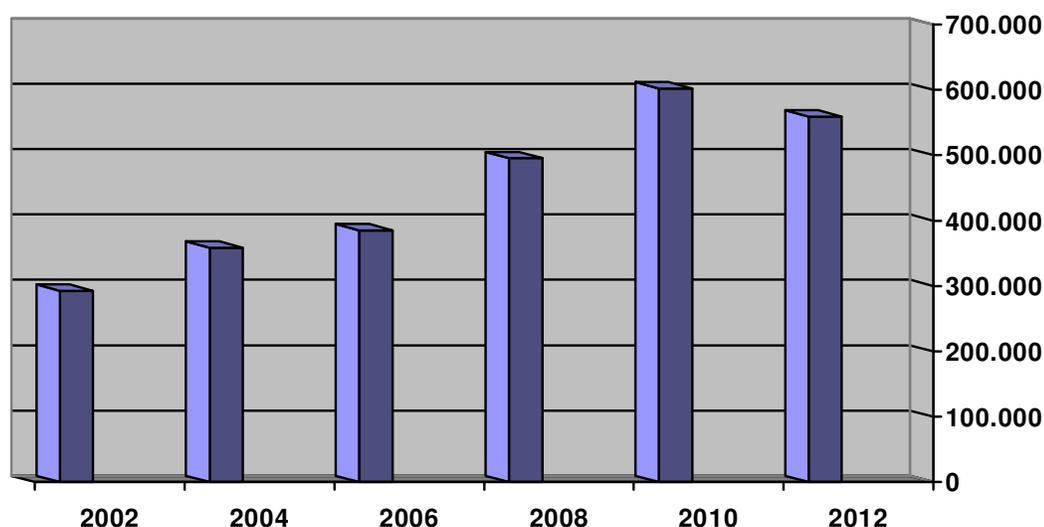


Gráfico 6 - Produção de açúcar no Brasil: 2002 – 2012.

Fonte: MAPA (Ministério da Agricultura, 2013).

Pelos dados do Gráfico 6, segundo o Ministério da Agricultura, MAPA, observa-se um aumento na produção de açúcar no Brasil na década de 2000 em função da alta produtividade que ocorreu por hectare, década que em ocorre, também, maior quantidade de financiamentos. A Região com maior crescimento da produção no Brasil foi Goiás, mais precisamente a microrregião do sudoeste goiano (SEGPLAN, 2012).

Na Tabela 4 pode-se observar um comparativo entre a área plantada, área colhida e a produção de cana de açúcar safra 2013 no Brasil. Em 1987 a produção de álcool anidro havia atingido 12 bilhões de litros; em 1989, 4,5 milhões de carros eram movidos a álcool com substituição de 60% da gasolina, o que permitiu uma economia entre 1976 a 2005 de US\$ 195,5 de bilhões.

O Brasil, em 2007, era o maior cultivador de cana de açúcar do mundo com 31,2% do total em área, também o maior produtor de açúcar com 18,5%, e o maior produtor de etanol com 36,4%. Sua produção se concentra no Centro-Sul do País (VIEIRA *et. al*, 2007).

Tabela 4 – Área plantada, área colhida e produção cana de açúcar no Brasil e principais regiões produtoras.

Brasil e Regiões	Safra 2013/dezembro		
	Área Plantada (ha)	Área Colhida (ha)	Produção (ton.)
Brasil	10.923.709	9.823.290	737.859.346
Sudeste	6.934.160	6.120.970	48.480.946
Sul	692.665	691.845	50.758.946
Centro-Oeste	1.930.970	1.771.639	129.938.985

Fonte: UDOP 2014.

Pela Tabela 4 nota-se que a região que mais plantou, mais colheu e produziu foi o Centro-Oeste, em função da alta produtividade por hectare. Na safra de 2004/2005 foram produzidas aproximadamente 383,2 milhões de toneladas de cana de açúcar.

Segundo a Conab, a safra 2005/2006 para a produção da cana de açúcar teve um acréscimo de 14% em relação à safra anterior, com uma área plantada de 5,9 milhões de hectares. A Região Centro-Sul produziu 85,7%, ou 374,4 milhões de toneladas, e a Região Norte-Nordeste 14,3%, isto é, 62,4 milhões de toneladas (CONAB, 2013).

Ainda segundo a Conab, a área plantada na safra 2010/2011 para a atividade sucroalcooleira foi de aproximadamente 8 milhões de hectares, com uma produção de 623, 905 milhões de toneladas. A safra 2012/2013 teve um aumento de 6,5% em relação à safra 2010/2011: 50,42% foram destinados à produção do açúcar e 49,58% ao etanol, com o aumento da produção dos carros flex (CONAB, 2013).

A Tabela 5 apresenta uma comparação da produção de açúcar, entre 2008 e 2013, das regiões Norte e Centro-Sul com a produção no Brasil na mesma época.

Tabela 5 – Produção de açúcar em toneladas.

Regiões	Ano/Safra			
	08/09	09/10	11/12	12/13
Norte	4.299.387	4.311.525	4.620.804	1.263.730
Centro Sul	27.207.472	28.721.954	31.394.593	32.732.147
Brasil	31.506.859	33.033.479	35.970.397	33.995.877

Fonte: MAPA (Ministério da Agricultura, 2013).

Verifica-se, pela Tabela 5, que enquanto a produção de cana do Centro-Sul aumenta, no Norte há uma estagnação da produção com uma diminuição considerável na safra 2012/2013. Esse fenômeno ocorre com a migração da cana de açúcar para o Centro-Sul em função do direcionamento dos financiamentos para essa Região, maior produtividade e proximidade dos centros consumidores e exportadores.

Segundo a Conab (2013), com a tendência de novas usinas no Centro-Sul, as áreas de expansão dessas usinas totalizariam cerca de 676 mil hectares com 642 milhões de toneladas a serem colhidas na safra 2013/2014, com uma produção de 42 milhões de toneladas de açúcar e 25,3 bilhões de litros de etanol, um aumento de 7,45% para o açúcar e 8,55% para o etanol.

A produção brasileira de etanol (Tabela 6), no período 2008 a 2012/13, como ocorreu com o açúcar, diminuiu na região Norte do País em função das dificuldades que o setor passa em termos de financiamentos, que foram direcionados para outras regiões, migrando a produção de açúcar e etanol para o Centro-Sul, onde surgem novas áreas plantadas, como em Goiás e Mato Grosso (IMB/SEGPLAN, 2010).

Tabela 6 - Produção Brasileira de Etanol.

Regiões	Ano/Safra			
	08/09	09/10	11/12	12/13
Norte	2.410.999	2.005.164	2.139.206	1.864.442
Centro Sul	25.270.240	23.773.511	20.597.334	24.454.354
Brasil	27.681.239	25.738.675	22.736.540	25.643.634

Fonte: MAPA (Ministério da Agricultura, 2013).

O aumento da produtividade no Centro-Sul em cana de açúcar e etanol trouxe impactos sociais e ambientais para a Região, como a depredação do cerrado e a concentração da propriedade da terra.

A expansão das indústrias canavieiras, no Brasil e em Goiás, nesta primeira década do século XXI, marca, além da terceira “marcha para o oeste brasileiro” com a mudança da paisagem na região do bioma Cerrado,

a grande contradição que o país vive nas suas relações sócio-econômica-ambiental. De um lado, esse processo desenvolve relações produtivas de avanços tecnológicos, ambientais de ganho de produtividade somente atingíveis nesse período. Por outro lado cria relações humanas dignas do século XIX, em que trabalhadores migram de um Estado para outro do Brasil, em busca de recursos, alimentos e melhores condições de vida, encontram trabalho degradante, escravidão e empobrecimento (PIETRAFESA, SAUER e SANTOS, 2011, p. 118).

O atual modelo de expansão da produção da cana de açúcar poderá prejudicar a sociedade como um todo, pois é uma cadeia que tem um forte passivo ambiental e social, segundo Pietrafesa e Silva (2011). No campo ambiental, com a poluição do ar e efeito estufa, motivado pelas grandes queimadas, e por ser monocultura, a lavoura perde parte de sua biodiversidade.

Ainda segundo os mesmos autores, no social encontram-se os constantes conflitos trabalhistas por manter trabalhadores em situação de escravatura. Argumenta-se que a cadeia produtiva gera novos empregos, diretos e indiretos, mas é importante analisar de onde vem essa mão de obra. Em Goiás ela é sazonal, há um aumento esporádico de contratações no ano.

Para Pietrafesa e Silva, em alguns municípios em que a cana teve forte penetração, agricultores familiares arrendaram suas terras para essa lavoura abandonando sua tradicional ocupação, e migraram para os centros urbanos (PIETRAFESA & SILVA 2011).

Com a evolução dos complexos agroindustriais, a Região Centro-Oeste, Goiás, e a microrregião do sudoeste de Goiás tornaram-se área de produção agroindustrial e não mais fornecedoras de matéria-prima e se integraram na nova dinâmica econômica do País.

Surgiram polos que sustentam tal crescimento e crescem espalhados pela Região, que tem entre as suas principais atividades agropecuárias a produção de soja, algodão, milho, carne bovina, suína, frango etanol e açúcar (IMB/SEGPLAN, 2010).

3 MÉTODO

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O presente estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa exploratória, que busca investigar, caracterizar e descrever como ocorreu o crescimento dos complexos agroindustriais na microrregião do sudoeste de Goiás e seus reflexos no desenvolvimento regional.

Ao se observar o objetivo desta pesquisa, que é analisar o crescimento e o desenvolvimento da microrregião do sudoeste de Goiás em função do crescimento dos complexos agroindustriais, pode-se classificá-la, segundo Marconi e Lakatos (2003), como exploratória, pois o tema proporciona um melhor entendimento acerca do problema levantado, sua apresentação e seus objetivos, tornando-o mais claro.

Para Richardson (1999), os dados da pesquisa que fundamentam e esclarecem o problema proposto devem ser produzidos e tratados de acordo com a proposição da pesquisa. No estudo em questão, os dados foram produzidos com base documental, pois seu objetivo está voltado para entender o crescimento e o desenvolvimento de uma região ou local. Logo, as informações coletadas serviram para dar sustentação à pesquisa realizada, observando seu caráter documental.

O trabalho está fundamentado em uma revisão bibliográfica de autores que tratam do assunto, e foram selecionados dados que visam atender ao assunto em pauta quando do planejamento e da escolha do tema da pesquisa: os CAIs, seu crescimento na microrregião do sudoeste de Goiás e suas implicações.

Descreve-se a realidade encontrada, pois o objetivo é o entendimento do crescimento econômico regional e seu desenvolvimento em função de um fator, o surgimento ou crescimento do complexo agroindustrial, utilizando-se do levantamento de dados em fontes secundárias, como revistas, artigos e periódicos, para analisar as características socioeconômicas e o desenvolvimento regional.

Para Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa está fundamentada por uma revisão bibliográfica, em material já elaborado, como livros, artigos científicos e em sítios na internet de autores reconhecidos e de pesquisadores que abordam o processo de ocupação da microrregião e a evolução e crescimento dos complexos agroindustriais.

A mensuração dos aspectos relacionados aos indicadores sociais e econômicos foram realizados a partir de instituições que acompanham os indicadores regionais, como IBGE, IPEA, Ministério da Agricultura (MAPA), IMB/SEGPLAN/SEPIN, e Instituto Mauro Borges, bases que alocam e consolidam em seus *sites* dados referentes à região em estudo, como tabelas, gráficos, dados estatísticos, instituições de cunho nacional e regional que pesquisam e fornecem informações confiáveis a uma pesquisa documental.

3.2 FONTES DE COLETA DOCUMENTAL, PLANO PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica que deu sustentação aos conceitos de desenvolvimento e crescimento regional. Depois foram fundamentadas e coletadas informações referentes à região tema da pesquisa: a microrregião do sudoeste de Goiás e os complexos agroindustriais.

Com o levantamento de dados sobre essa microrregião foram analisadas as principais culturas cultivadas, modelo de produção, investimentos, incentivos e as políticas voltadas para o seu desenvolvimento em decorrência do crescimento da indústria agropecuária, CAI, e os impactos sociais e ambientais que possam ter ocorridos.

No planejamento da coleta de dados para a pesquisa foi antes estabelecidos a metodologia e em seguida elaborados um cronograma, a organização e a execução do processo de leitura, além da coleta das informações. Logo após foi elaborado o texto e sua redação com os relatos, discussão e resultados que dão sustentação à pesquisa.

O objetivo dos dados coletados foi o de interpretar e analisar as informações e os indicadores de crescimento e desenvolvimento regional. O estudo dos dados documentais contribui para apresentar a participação dos complexos agroindustriais para esse desenvolvimento.

O tratamento dos dados, índices e gráficos que fundamentam os resultados e a discussão relativos à pesquisa foram manipulados por meio da técnica da análise documental quanto à produção, interpretação, comparação e análise de informações

bibliográficas e estatísticas, para gerar e elucidar os conceitos e indicadores pertinentes à pesquisa.

Inicialmente buscou-se identificar e analisar o crescimento e o desenvolvimento para logo após definir o que é desenvolvimento regional. Em uma segunda etapa foi feita a caracterização regional e a do complexo agroindustrial goiano.

Definiu-se, então, a agroindustrialização no Brasil, no Centro-Oeste e na microrregião do sudoeste de Goiás, e, por fim, a interpretação e discussão dos resultados relativos ao crescimento e desenvolvimento da microrregião em função dos CAIs nos três municípios, Rio Verde, Jataí e Mineiros, por serem os mais populosos, com 72% da população da microrregião e 45% da área de estudo (IBGE, 2015).

Os indicadores de crescimento, como saúde, educação e emprego foram apresentados e analisados a partir dos dados do IBGE e dos indicadores de desenvolvimento para os três municípios em destaque no trabalho, além do relatório dos objetivos do desenvolvimento do milênio publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), possibilidade que atende os objetivos propostos na pesquisa.

4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

4.1 OCUPAÇÃO E CRESCIMENTO DE GOIÁS

Ainda no início do século XX, Goiás se caracterizava por latifúndios, oligarquias, baixa densidade populacional, pecuária extensiva, agricultura de subsistência e dificuldades de comunicação com as outras regiões do País, além de precariedade nos meios de transportes, o que tornava onerosa a exportação de excedente na produção.

Com o avanço da industrialização no sudeste do Brasil, houve a necessidade de abertura de frentes de produção de alimentos: o Centro-Oeste. A abertura da Estrada de Ferro Goiás, em 1930, permitiu a diversificação da agricultura e também a abertura comercial, com o abastecimento de grandes centros, como Minas e São Paulo (BORGES, 2005).

A melhoria dos meios de transportes e comunicação, na década de 1970, elevou o potencial de Goiás e afastou o isolamento físico e econômico em que se encontrava. Com a Estrada de Ferro, em 1930, a economia regional deixou uma situação de estagnação e começou a se expandir. Ao lado da pecuária, a agricultura começou a se organizar com a atividade mercantil.

Com a construção de Brasília também mudou a capital de Goiás para o Planalto Central, e com a construção da Estrada de Ferro houve um efeito social e econômico em todo o Centro-Oeste, principalmente em Goiás, que sofreu um aumento populacional de 57,8% no censo de 1950 a 1960, enquanto que no País foi de 34,9%.

Houve também uma queda, entre 1950 e 1970, da população rural do estado de Goiás, de 79,8% para 57,9%, enquanto as cidades tiveram um aumento populacional de 152,1%. A zona rural perdeu 12,2% de sua população (FALEIRO, 2010).

Segundo Borges (2005), o estado de Goiás possuía em 1950 apenas 86 tratores, número que ampliou para 1.349 em 1960. Segundo o Censo Agropecuário de 1960, havia 111.015 estabelecimentos rurais cadastrados no Estado, dos quais 102.970 (92,75%) utilizavam força humana nas funções agrárias; 6.910 (6,22%) utilizavam da força animal; 654 (0,59%) utilizavam da força animal e mecânica; e

481 (0,43%) utilizavam apenas a força mecânica. Goiás tinha uma representatividade econômica incipiente, mas que ao longo das décadas se tornava representativa em função da atividade agrária que era desenvolvida.

Na década de 1950 havia apenas 37 agências bancárias no Estado, na década de 1960 eram 75, na década de 1970 eram em torno de 168. A economia do Estado passa a demandar um volume maior na área financeira, e a maior parte dos recursos era destinada às atividades rurais (FALEIRO, 2010).

O programa PRODUZIR, do governo de Goiás, incentivou a implantação, expansão ou revitalização de indústrias, e estimulou a realização de investimentos, renovação tecnológica e aumento da competitividade dentro do Estado. Foi criado no ano 2000 para substituir o FOMENTAR, instituído pelo governo de Goiás em 1984.

O FOMENTAR tinha como objetivo incrementar a implantação e a expansão de indústrias em Goiás para a promoção do desenvolvimento do Estado. Era financiado pelo Banco do Brasil e tinha como orientação desenvolver três grandes grupos de segmentos industriais, segundo Castro *et al* (2009):

- processamento de matérias-primas naturais e indústrias acessórias, como embalagens, adubos e rações;
- química, farmacêutica e automobilística, com a tentativa de diversificação da economia; e
- setores tradicionais, como de confecções, calçados e móveis, com objetivo de promover o adensamento de suas cadeias produtivas.

. A configuração espacial e a dinâmica econômica de Goiás, cujas características eram a atividade agropecuária e a concentração da população na zona rural, modificaram-se. A criação de gado e a produção agrícola, de arroz principalmente, foram as principais atividades econômicas que perderam o seu espaço agrário para a soja, que beneficiada por políticas de incentivo, consolida sua cultura na Região, tornando-se a base do complexo da agroindústria de grãos e carnes (IMB/SEGPLAN, 2012).

Assim, o novo padrão agrícola em Goiás nasceu do processo de modernização da agropecuária nacional, tendo como elemento propulsor os Planos de Desenvolvimento Regional planejados pelos governos federal e estadual desde meados de 1970 do século passado.

Os planos deram um grande impulso nas mudanças, na forma e no modo de produzir na microrregião do sudoeste de Goiás. A soja passou a ser o principal produto de exportação do Estado e acarretou a sua inserção como produtor e exportador. Dado o seu desempenho na divisão do trabalho e sua proximidade com o sudeste do País, coube à região sudoeste de Goiás, pelas suas características próprias, produzir os grãos do principal produto exportado: a soja (FALEIRO, 2010).

É a partir daí que a Região Centro-Oeste iniciou seu processo de crescimento em virtude das políticas públicas, tanto em nível de Estado como de Federação. Com o I Plano Nacional de Desenvolvimento (IPND), vigente de 1972 a 1974, no Governo Médici, houve um delineamento da produção agrícola que disponibilizava financiamentos para a implementação de uma infraestrutura logística para o Centro-Oeste. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (IIPND), de 1975 a 1979, teve início no Governo Geisel e se consolidou no Governo Figueiredo, inserindo as áreas já ocupadas e financiamentos para novas áreas (PGPM) (IMB/SEGPLAN, 2010).

O POLOCENTRO, programa de financiamento e incentivo para a incorporação do Centro-Oeste na fronteira agrícola nacional (1975 a 1980) tinha como objetivos fortalecer a infraestrutura básica das áreas, como estradas, eletrificação rural, e servir de polo para o desenvolvimento da agricultura no cerrado.

Entre 1977 e 1979 cerca de 3,7 milhões de hectares foram beneficiados pelo Programa, com investimentos diretos em estradas, armazéns, eletricidade, incentivos fiscais, pesquisa e assistência técnica, viabilizando 2,5 milhões de hectares para a agropecuária. O Programa aparentemente atingiu a maioria das metas, o que não aconteceu de fato, como à criação de empregos. Houve desvio de recursos favorecendo os grandes e médios latifúndios. (ALENCAR, 1975).

O PRODECER I, II e III substituiu o POLOCENTRO, que foi um modelo agroindustrial cooperativo destinado a promover a colonização dos cerrados. Foi feito um intercâmbio com os japoneses para investimentos nos cerrados.

O PRODECER I (1980) incorporou o oeste de Minas Gerais, com 70.000 hectares de terras e programas cooperativos. O PRODECER II (1980) estendeu seus projetos de ocupação aos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Bahia, com 200.000 hectares em projetos atendidos.

Já o PRODECER III, 1993, abrangia as regiões dos estados do Maranhão e Tocantins com mais 40.000 de hectares atendidos pelo Programa, que estimulou a migração e colonização de mais de 300.000 hectares nessas regiões. Direta ou

indiretamente, os cerrados foram ocupados com a finalidade de desenvolver atividades agropecuárias (IMB/SEGPLAN, 2010). Ao mesmo tempo em que os planos do governo federal para a agroindustrialização eram praticados na Região, paralelamente o governo do Estado criou planos para o desenvolvimento local e os implementou.

Na vigência do I PND com volumosos recursos para Goiás, Leonino Caiado assumiu o plano de Ação do Governo do Estado, de 1970 a 1974, com o fortalecimento da agricultura, da pecuária e pesquisa mineral. No II PND, de 1975 a 1979, assumiu Irapuan Costa Jr, com as Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação do Governo voltadas ao desenvolvimento social (IMB/SEGPLAN, 2010).

No governo de Ari Valadão, de 1979 a 1982, criou-se o Plano de Ação do Governo de Goiás, que buscava a modernização e a dinamização da agricultura e pecuária no Estado. De 1983 a 1986, o governo de Iris Rezende criou o Plano Global de Trabalho, que buscava o crescimento econômico com financiamentos externos e do BNDES, construindo estradas estaduais.

Criou-se o Fundo de Participação a Industrialização do estado de Goiás, o FOMENTAR, com o propósito de atrair novos investimentos para o Estado (ALENCAR, 1975). Com os investimentos feitos pelos governos, tanto federal como estadual, houve o incremento na produção agropecuária e junto a industrialização de grãos e carne.

Com os programas FOMENTAR e depois o PRODUZIR foram implantadas as indústrias de soja e seus derivados, como a COMIGO, ADM, e GRANOL, dentre outras, e os frigoríficos como FRIBOI, MARFRIG GROUP, PERDIGÃO, hoje BRASIL FOODS. Com esse crescimento, a Região Centro-Oeste se tornou uma área de produção agroindustrial e não mais fornecedora de matéria-prima, integrando-se na nova dinâmica econômica do País.

Surgiram polos que sustentam tal desenvolvimento e crescem espalhados pela Região, que tem entre as suas principais atividades agropecuárias a produção de soja, algodão, milho, carnes bovina, suína e de frango, e a cana de açúcar (IMB/SEGPLAN, 2012).

O processo de modernização proposto provocou transformações no espaço agrário do Centro-Oeste, especificamente na região do sudoeste de Goiás. Os programas criados para a inserção de novas tecnologias no agronegócio e financiados pelo governo federal proporcionaram ao Estado a industrialização do

campo e a capitalização da agricultura. As políticas públicas para o agronegócio assumiram papel importante para a estruturação do território em desenvolvimento (FERREIRA & FERNANDES FILHO, 1996).

Segundo ainda o (IMB/SEPLAN, 2012), Goiás passou a ser um dos maiores exportadores da produção agropecuária, alavancado pelo rápido processo da sua industrialização. Com um PIB superior a R\$ 112 bilhões em 2012, destaca-se pela localização, clima, relevo, com uma população de 6.154.996 habitantes, densidade demográfica de 18,1 hab./Km², e uma taxa de crescimento em 2000/2010 de 1,74%.

Tais investimentos fizeram com que Goiás se transformasse em um grande produtor de grãos do País, ocupando a quarta posição no *ranking* nacional com uma participação de 9,3%. Tem a soja como seu principal produto agrícola, com 51% dos grãos produzidos, e o quarto rebanho bovino do País, com 10% da participação. É também o quarto colocado na produção de leite, com uma participação de 10,9% no Brasil, o segundo na produção de suínos e o sexto na produção de aves (IMB/SEPLAN, 2013).

Goiás é um estado exportador, com 8% de participação do PIB goiano em 2006, e em 2012 teve uma participação de 13%. O principal produto exportado foi o do complexo soja, com 32,06%; do complexo carne; com 20,47%; do complexo minérios, com 18,5%; e milho e seus derivados com 12,3%. De 2007 a 2011 houve um acréscimo de 84% oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e 30,4% de recursos do FCO, de 2010 para 2011 (IMB/SEGPLAN, 2013).

4.2 AGROINDÚSTRIA EM GOIÁS

Dentre os principais planos de desenvolvimento implantados em Goiás pelo Governo Federal destaca-se o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO, 1975), que tinha como objetivo promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias do Centro-Oeste e do oeste de Minas Gerais mediante a ocupação racional de áreas com características de cerrado e seu aproveitamento em escala empresarial. (CIRCULAR 259/BACEN, 1975, PIRES; RAMOS, 2009).

O artigo 90 do BACEN, circular 295 de 1975, explica que poderão candidatar-se ao Programa aqueles que dispunham a acatar as recomendações do órgão responsável pela assistência técnica e que evidenciem indubitavelmente o ânimo de exploração agropecuária, em bases empresariais. (PIRES; RAMOS, 2009)

Outros programas também fizeram parte desse pacote inicial, como o Programa de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília (1979), Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento do Cerrado (1985) e o Fundo Constitucional de Financiamento para o Centro-Oeste (FCO, 1989). Esses programas de financiamento introduziram um progresso tecnológico, principalmente no Sul e na microrregião do sudoeste de Goiás, aumentando sua produção agropecuária, principalmente aquela voltada à exportação.

A participação do Estado tanto em nível federal como estadual foi fundamental para as mudanças nas atividades agropecuárias e na estrutura da região, proporcionando créditos, custeio, investimentos e assistência técnica para que ocorresse a implementação nas inovações tecnológicas (físico-químicas, biológicas e mecânicas) indispensáveis para a expansão da produção agrícola (PIRES, RAMOS, 2009).

Os principais beneficiários desse crédito agrícola foram os segmentos da agropecuária de médio e grande portes, estimulados pelo Estado no sentido de modernizar suas atividades agropecuárias. Mueller (1990) constata esse fato no caso do POLOCENTRO:

Esses dados refletem uma característica básica do POLOCENTRO. Ele foi na realidade um programa para o estímulo da média e da grande agricultura empresarial nas áreas dos cerrado. Mediante o fortalecimento de créditos altamente subsidiado, de assistência técnica e de remoção de obstáculos ao seu funcionamento. A pequena agricultura das áreas atingidas quase não se beneficiou. Os objetivos do POLOCENTRO, enunciados nos seus documentos básicos foram desvirtuados pela ação de setores influentes, que conseguiram voltar a administração do programa a seu favor. (MUELLER, 1990, p. 55).

Fato que ocorre também para o FCO em Goiás, segundo Barbosa (2005). Pelos dados levantados, podemos concluir que os mini e micro produtores nunca foram efetivamente a prioridade do FCO. Os médios e grandes passam a ser os principais beneficiários (BARBOSA, 2005, p. 37).

Constatam-se esses fatos pela Tabela 7, onde estão os indicadores do processo de modernização da atividade agrícola.

Tabela 7 – Evolução dos indicadores de modernização nos estabelecimentos agrícolas em Goiás nos anos de 1975 e 1985.

Regiões	1975			1985		
	Tratores (un.)	Fertilizantes (ton.)	Defensivos (l)	Tratores (un.)	Fertilizantes (ton.)	Defensivos (l)
Centro-Norte	2.201	3.271	24.582	9.242	17.377	36.023
Centro-Sul	10.882	26.696	60.664	24.284	54.308	72.675
Total	13.083	29.967	85.226	33.526	71.685	108.698

Fonte: IBGE, 1985; Pires, 2009.

Como destaca a Tabela 7, em 1975 a região Centro-Sul foi responsável por 84% do número de estabelecimentos com tratores agrícolas; 90% pelo consumo de fertilizantes; e 72% por consumo de defensivos agrícolas. Já em 1985 foram 70% o número de estabelecimentos que utilizaram tratores e fertilizantes e 65% de defensivos.

Nota-se que os indicadores de modernização da agricultura em Goiás, nessa década, foram responsáveis pela transformação agrícola da Região e que o uso de defensivos e fertilizantes foi o principal difusor de inovações agrícolas. Houve uma penetração do progresso técnico no estado de Goiás, mantendo o desempenho nos indicadores de modernização agrícola, período em que houve um aumento nos investimentos na agropecuária (IBGE, 2006).

Esse novo padrão agrícola também foi impulsionado por pesquisas realizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Empresa Brasileira de Assistência e Extensão Rural (EMBRATER), e pela Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA), com o desenvolvimento de inovações tecnológicas para uma adaptação de culturas que fossem favoráveis ao clima do Estado, principalmente a soja e o milho, em substituição dos produtos da agricultura familiar para a agricultura moderna, correspondendo em 1980 por 82,4% da área colhida no Estado (IMB/SEGPLAN, 2010).

Logo, a agricultura temporária é a principal atividade agrícola do estado de Goiás, como a soja e o milho, produtos que apresentam o maior crescimento tanto em valor monetário quanto em número de contratos, já que em 1995 a soja recebeu 23,6% e o milho 59,5% do valor monetário destinado ao crédito rural para o Estado (LUNAS & ORTEGA, 2003).

No Gráfico 7 está o demonstrativo da estrutural setorial da economia goiana, segundo o IMB/SEPLAN (2012).

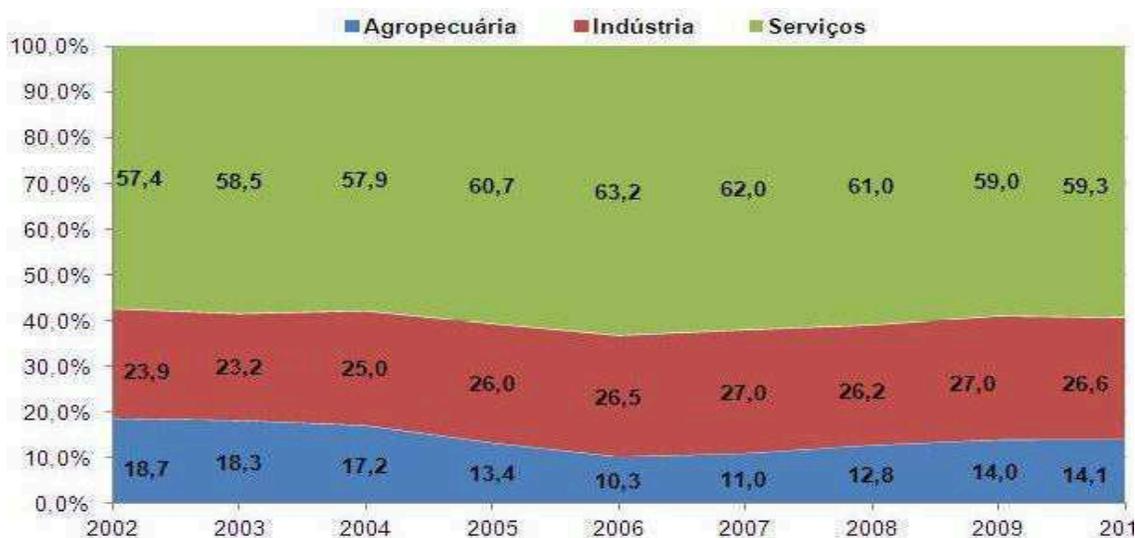


Gráfico 7 - Estrutura Setorial da Economia Goiana - 2002 a 2010 - (%).

Fonte: IBGE/SEPLAN (2012).

Conforme o Gráfico 7, o setor agropecuário foi o que mais perdeu participação na estrutura produtiva estadual, entre 2002 e 2010, passando de 18,7% do valor adicionado, em 2002, para 14,1% em 2010, com perda de 4,6 pontos percentuais.

Embora o setor tenha apresentado oscilação, como demonstra o Gráfico 7, com quedas em 2006 e 2007 em decorrência da crise agrícola, ocorreu uma recuperação a partir de 2008. A indústria ganhou participação no período de 2,7 pontos percentuais, e o setor de serviços ganhou 1,9 pontos percentuais principalmente nas atividades que envolvem administração, saúde, educação pública e comércio (IMB/SEPLAN, 2012),

No período de 2002 a 2010, ainda de acordo com o Gráfico 7 (IMB/SEPLAN, 2012), o maior destaque ficou por conta da indústria que expandiu 13,7%, mesmo tendo reduzido sua participação no valor adicionado do Estado, saindo de 27% em 2009 para 26,6% em 2010, com participação acentuada da indústria de transformação e da construção civil.

O Gráfico 7 aponta que a agropecuária e o setor de serviços obtiveram ganho de participação e crescimento. A agropecuária expandiu 5,4%, aumentando sua participação em 14% em 2009, para 14,1% em 2010.

Na Tabela 8 há um demonstrativo, por setores de atividades, do impacto na taxa global nos setores de atividades 2009 - 2010. A agropecuária e o setor de

serviços obtiveram ganhos de participação e crescimento: a agropecuária com 5,4%, aumentando assim sua participação de 14% em 2009 para 14,1% em 2010.

Tabela 8 – Goiás: Estrutura, Taxas de Crescimento e Impactos na Taxa Global – 2009 – 2010 (%).

Setores de atividades	Estrutura		Taxa de crescimento		Impacto em 2010
	2009	2010	2009	2010	
Agropecuária	14,0	14,1	6,9	5,4	0,8
Indústria	27,0	26,6	-2,7	13,7	3,7
Indústria extrativa mineral	1,3	1,1	7,8	2,6	0,0
Indústria de transformação	15,3	13,9	-0,6	13,2	2,0
Construção Civil	6,4	7,3	1,1	14,0	0,9
Produção e distribuição de eletricidade, gás	4,1	4,4	-15,0	18,6	0,8
Serviços	59,0	59,3	1,3	6,4	3,8
Comércio	15,5	14,1	-2,4	12,2	1,9
Transportes e armazenagem	4,0	4,0	-4,7	11,5	0,5
Serviços de informação	2,7	2,4	7,1	-8,6	-0,2
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	4,3	5,0	9,9	11,7	0,5
Atividades imobiliárias e aluguel	8,0	7,8	1,1	3,6	0,3
Administração, saúde e educação públicas	12,9	13,9	2,4	2,7	0,3
Outros	11,5	12,0	3,0	4,4	0,5
Valor adicionado	100,0	100,0	1,0	8,2	8,2

Fonte: IBGE/IMB/SEGPLAN/Gerência de Contas Regionais e Indicadores (2012).

Pela Tabela 8 observa-se, ainda, que a agropecuária apresentou o melhor desempenho entre os demais setores, com 51% em valor adicionado no período e taxa média de 5,3%. A indústria apresentou o segundo melhor resultado, com 50% no acumulado e crescimento médio de 5,2%, impulsionada pela indústria de transformação e o extrativismo mineral (SEPLAN, 2012).

Ocorreu um aquecimento da economia goiana em 2010, demonstrado na Tabela 9, com um impulso maior para o segmento industrial, por conta de alguns fatores macroeconômicos favoráveis, como a maior facilidade de crédito, a desoneração tributária, e o aumento da demanda externa (IMB/SEGPLAN, 2012).

Tabela 9 – Goiás: Taxas de Crescimento do Valor Adicionado – 2000 – 2010 (%)

Setores de atividades	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Acumulado 02-10	
								Goiás	Brasil
Agropecuária	6,8	7,9	-3,5	6,7	19,1	6,9	5,4	51,0	30,7
Indústria	8,7	2,5	1,3	4,3	5,7	-2,7	13,7	50,0	30,2
Indústria extrativa mineral	16,3	-7,2	-11,1	11,3	16,2	7,8	2,6	56,5	47,0
Indústria de transformação	13,7	2,7	0,7	4,4	6,2	-0,6	13,2	58,1	23,4
Construção Civil	-0,6	5,1	6,5	4,4	8,2	1,1	14,0	54,6	37,7
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água.	6,4	1,6	-0,9	2,8	-1,9	-15,0	18,6	22,8	44,5
Serviços	1,5	3,4	4,7	5,5	6,5	1,3	6,4	41,8	37,2
Comércio	0,9	6,7	7,5	6,3	8,7	-2,4	12,2	53,4	48,1
Transportes e armazenagem	-6,4	1,1	3,4	-0,1	13,5	-4,7	11,5	26,2	28,2
Serviços de informação	7,0	7,7	0,8	6,3	10,8	7,1	-8,6	55,5	42,2
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	-0,6	6,2	7,7	14,1	16,4	9,9	11,7	91,9	73,1
Atividades imobiliárias e aluguel	3,7	3,4	3,0	7,0	2,7	1,1	3,6	35,4	29,0
Administração, saúde e educação públicas	3,1	0,2	3,0	2,9	0,1	2,4	2,7	18,9	21,4
Outros	1,1	1,9	5,2	5,0	6,6	3,0	4,4	45,0	35,8
Valor adicionado	4,2	4,0	2,7	5,3	7,7	1,0	8,2	44,8	34,7

Fonte: IMB/SEGPLAN/Gerência de Contas Regionais e Indicadores (2012).

Conforme a Tabela 9, a agropecuária foi a atividade que teve o maior valor adicionado em relação a outras atividades, como a Indústria Extrativa Mineral, o Comércio, a Construção Civil e a Indústria de Transformação. Segundo o IMB/SEGPLAN, isso ocorreu por que a atividade de agropecuária teve baixa produtividade em 2008 e 2009, caindo a quantidade exportada da produção.

Também estão inseridos os demonstrativos da produção agrícola dos principais produtos no estado de Goiás, conforme a Tabela 10, de 2000 a 2010.

Tabela 10 – Produção Agrícola 2000 – 2010 (ton.)

Produção	2000	2005	2010
Algodão	254.476	432.045	180.404
Arroz	294.629	374.627	201.198
Milho	3.659.475	2.855.538	4.759.013
Soja	4.092.934	6.983.860	7.252.926

Fonte: IMB / SEGPLAN - 2013.

Ao analisar a Tabela 10 é possível observar que as culturas cultivadas em Goiás tiveram uma variação de produção a cada ano. O algodão teve sua melhor

produtividade em 2005, e em 2010 sua produção foi reduzida à metade em função da diminuição das áreas plantadas, segundo o IBGE. O arroz também conseguiu boa produtividade em 2005 e teve seu pior ano em 2010, caindo 50% em função da área plantada em decorrência de preços baixos (IBGE, 2012). O milho manteve a produção em 2010 com relação a 2005. Já a soja teve o seu pior período em 2000 e com a boa competitividade no exterior em 2010 bateu novo recorde em produção.

O Produto Interno Bruto (PIB) de Goiás em 2007 foi de R\$ 65,201 bilhões, a maior taxa desde 2003, resultado influenciado pela pecuária em primeiro lugar, serviços e indústria. Com um PIB *per capita* de R\$ 11.584,00, também em 2007 teve um crescimento real de 7,0%. A agropecuária expandiu 6,68%, serviços 5,4%, e a indústria 4,3%, resultados de uma recuperação do setor agrícola nos anos 2005 e 2006 que foram muito baixos (IMB/SEGPLAN, 2010).

Com a expansão da área plantada e a diversificação de culturas houve um aumento da produção, havendo também um aumento na exportação do complexo soja, carne e minério. No ano de 2006 existiam em Goiás 147.566 estabelecimentos rurais, correspondendo a 15,709 milhões de hectares em área e o quarto maior produtor de grãos do País.

A participação foi de 9,7% em 2009 com volume de produção em 4.980.834 toneladas de milho. A soja foi de 6.808, 587 toneladas e a cana de açúcar de 44.064,470. Um rebanho bovino de 20,466 milhões de cabeças, o quarto lugar no Brasil com 10,1% de participação. A produção de leite foi de 2,873 bilhões de litros, o terceiro lugar nacional, correspondente a 10,4% da produção brasileira.

Nesse cenário o PIB estadual atingiu um valor de R\$ 97,576 bilhões em 2010 com um crescimento real da economia goiana de 8,8%, com a agropecuária atingindo 5,4%, serviços 6,4%, indústria 13,7%, e com um PIB *per capita* de R\$ 16.251,7. Em 2012 o PIB do estado de Goiás foi de R\$ 112,33 bilhões de reais, 2,5% do PIB nacional (IMG/SEGPLAN, 2013).

As exportações totalizaram US\$ 762,233 milhões em 2009, principalmente de produtos básicos, 80,0%, que foram substituídos pela soja, com uma participação de 42,0%, seguida da carne bovina, suína e avícola, com uma participação de 22,9% nas exportações (IMB/SEGPLAN, 2010).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 OCUPAÇÃO E CRESCIMENTO DA MICRORREGIÃO DO SUDOESTE DE GOIÁS

A microrregião do sudoeste de Goiás, Figura 2, é formada por 18 municípios: Aparecida do Rio Doce, Aporé, Caiapônia, Castelândia, Chapadão do Céu, Doverlândia, Jataí, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Palestina de Goiás, Perolândia, Portelândia, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Santa Rita do Araguaia, Santo Antônio da Barra e Serranópolis.

É uma das dezoito microrregiões do Estado, pertencente à mesorregião sulgoiano, formada pelo sudoeste, Vale dos Rios dos Bois, Catalão, Meia Ponte, Pires do Rio e Quirinópolis (IMB/SEPLAN, 2013).

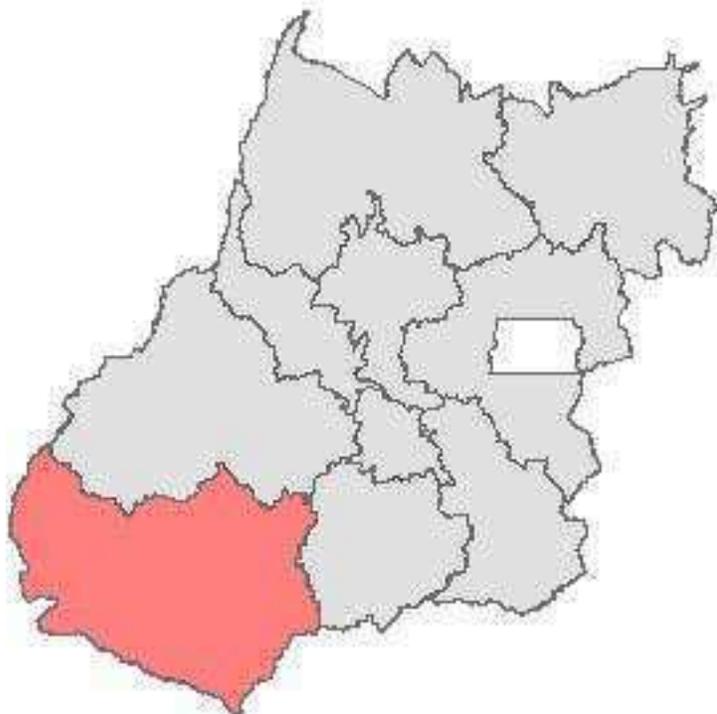


Figura 2 – Microrregião do sudoeste de Goiás.
Fonte: IMB/SEPLAN, 2014.

Segundo o IBGE, de acordo com a Resolução PR nº de 05/06/1990, as outras microrregiões são, pela ordem, São Miguel do Araguaia, Rio Vermelho, Aragarças, Porangatu, Chapada dos Veadeiros, Ceres, Anápolis, Iporá, Anicuns, Goiânia, Vão do Pará, Entorno de Brasília, Sudoeste Goiano, Vale dos Rios dos Bois, Meia Ponte, Pires do Rio, Catalão e Quirinópolis.

A microrregião do sudoeste de Goiás tem uma população de 446.433 habitantes (IBGE/IMB/SEGPLAN/, 2010) dividida em 18 municípios. Possui uma área total de 56.111,874 km². O município mais populoso e mais importante é Rio Verde, com uma população de 202.221 habitantes, seguido por Jataí, Mineiros e São Simão.

Com uma densidade populacional de 7,96 (IMB/SEPLAN), 89,7% da população é urbana e 39,5% dos habitantes residem no município de Rio Verde, o mais populoso. Ainda segundo o IMB/SEPLAN, trata-se de uma microrregião de alta renda: a *per capita* era de R\$ 33,780 por habitante em 2014.

A microrregião do sudoeste de Goiás vem se transformando em uma região com alto grau de crescimento. Com a expansão e modernização da agricultura, com incentivos públicos fornecidos aos produtores rurais, e com investimentos em pesquisas e tecnologia, a Região tornou-se uma das mais produtivas do mundo.

Com uma nova configuração regional do território, que a partir da década de 1970 imprimiu uma nova dinâmica demográfica, a ocupação da Microrregião teve início em meados do século XIX, com os emigrantes vindos de Minas Gerais e São Paulo (IMB/SEGPLAN, 2010).

Até a década de 1960 eram predominantes a pecuária bovina e o arroz. A partir da década de 1970 começou o processo de modernização com uma produção extensiva de grãos até a intensificação da mecanização, com o uso de insumos e equipamentos.

Para Lunas e Ortega (2003), há alguns complexos agroindustriais na Região, como o de frango, suíno e soja. Esses complexos têm encontrado condições de produção, com disponibilidade de grãos, oferta de mão de obra, incentivos fiscais, proximidade do mercado consumidor e clima e infraestrutura propícios para alta produtividade.

Segundo Helfand e Rezende (1998), a tecnologia, novas organização da produção, aspectos organizacionais e políticos estariam fazendo com que houvesse esse deslocamento das atividades industriais para a Região. Fatores como armazenamento, qualidade da matéria-prima, proximidade dos grandes centros, incentivos fiscais e a produção em escala são fatores de atração.

A instalação de agroindústrias provocou vários impactos, como a expansão da construção civil, do comércio, surgimento de cursos técnicos voltados para a

agroindústria, aumento no efetivo de rebanho de aves e suínos, diversificação na agropecuária e atração de novas empresas e instituições financeiras.

Na microrregião do sudoeste de Goiás, as políticas governamentais de incentivo voltadas para o crescimento nas áreas agrícolas, segundo Helfand e Rezende (1998), tinham como objetivo a produção de *commodities*, como a soja e atualmente as *commodities* das agroindústrias de aves, suínos e bovinos.

O objetivo é o equilíbrio da balança comercial, e, ao mesmo tempo, a ocupação do território, mudando uma dinâmica de ocupação e mobilidade do capital nacional associada ao capital internacional com uma infraestrutura necessária aos novos projetos.

Apesar da grande produtividade, dos grandes investimentos na agroindústria e de novas tecnologias, há uma concentração espacial de renda e o subdesenvolvimento econômico em determinadas regiões, atingindo uma grande parcela da população.

O crescimento industrial que surge na Microrregião está relacionado com as políticas de atração de indústrias pelo governo do Estado, por meio de incentivos fiscais (IMB/SEPLAN, 2012). São empresas que foram beneficiadas por programas como:

- FOMENTAR: destinado a fomentar a industrialização do Estado. Criado em 1984, atraiu R\$ 1 bilhão em investimentos.
- PRODUZIR: financiamento de 73% do ICMS por 15 anos até 2020, com juros de 2,4% ao ano.

Além desses programas, as empresas foram beneficiadas pelo Fundo de Constitucional do Centro-Oeste (FCO); pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e também pelas prefeituras, que as isentaram por um determinado tempo dos impostos locais (LUNAS & ORTEGA, 2003).

Na safra 2011/2012, de acordo com a EMATER, houve um aumento de 7% na área colhida de soja, com uma nova safra recorde de 82 milhões de toneladas em termos de Brasil. Goiás, como quarto produtor, teve uma safra de 20 milhões de toneladas e um crescimento em relação à safra anterior de 6,6%. O sudoeste de Goiás teve um aumento de 6% na safra.

É possível identificar, na Tabela 11, os principais produtores de soja na microrregião do sudoeste de Goiás na safra 2011/2012. Os três principais

municípios da microrregião estão entre os quatro maiores produtores de soja da Região.

Tabela 11– Microrregião do Sudoeste de Goiás - Principais Produtores de Soja 2011/2012.

Municípios	Produção (ton.)
Rio Verde	907.500
Jataí	853.200
Montividiu	368.880
Mineiros	290.700

Fonte: IBGE/LSPA-2011/2012.

O município de Rio Verde tem 8500 Km² de área total; Jataí 7100 Km² e Mineiros 9500 Km², perfazendo 45% da área da Microrregião e produziu 30% da soja no estado de Goiás em 2012, conforme a Tabela 11. Montividiu foi o terceiro maior produtor de soja em 2012, não possuindo agroindústrias, apenas plantações de soja e milho.

Na Tabela 12 é possível identificar os principais municípios da microrregião do sudoeste de Goiás com sua produção, rendimento, e valor da produção de soja, um comparativo entre o Brasil, o Centro-Oeste, Goiás, e os principais produtores da microrregião em 2011.

Tabela 12 - Comparativo da produção, rendimento e valor da produção. Brasil, Centro-Oeste, estado de Goiás e municípios: área plantada, área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção de soja – 2011.

Municípios	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento Médio (kg/ha)	Valor da produção (R\$ mil)
Brasil	24.032.410	23.968.663	74.815.447	3.121	50.369.437
Centro-Oeste	10.838.243	10.807.784	33.768.154	3.124	21.782.287
Estado de Goiás	2.565.608	2.560.508	7.703.982	3.008	5.096.662
Jataí	240.000	240.000	864.000	3.600	561.600
Mineiros	85.000	85.000	238.000	2.800	154.700
Rio Verde	265.000	265.000	826.800	3.120	523.364

Fonte: IMB/SEGPLAN/2013

No comparativo da Tabela 12, os principais municípios produtores de soja da microrregião do sudoeste de Goiás compõem mais de 40% da produção, área plantada e com maior média no rendimento por hectare produzido, em função de altas tecnologias utilizadas na produção, qualidade da terra e quantidade de chuvas no período da safra.

É também no sudoeste do Estado que se concentra a grande maioria das destilarias de etanol. Em 2001 já eram produzidos 381.795 m³ de etanol com 11 usinas em funcionamento e em 2012 eram produzidos 2,77 bilhões de litros de etanol (IMB/SEPLAN, 2012). Tal crescimento se dá no setor em função dos incentivos fiscais por parte do governo estadual. Entre 2000 e 2011, 59% dos empréstimos contratados pelo incentivo fiscal PRODUIZIR eram destinados ao setor sucroalcooleiro (Figura 3).

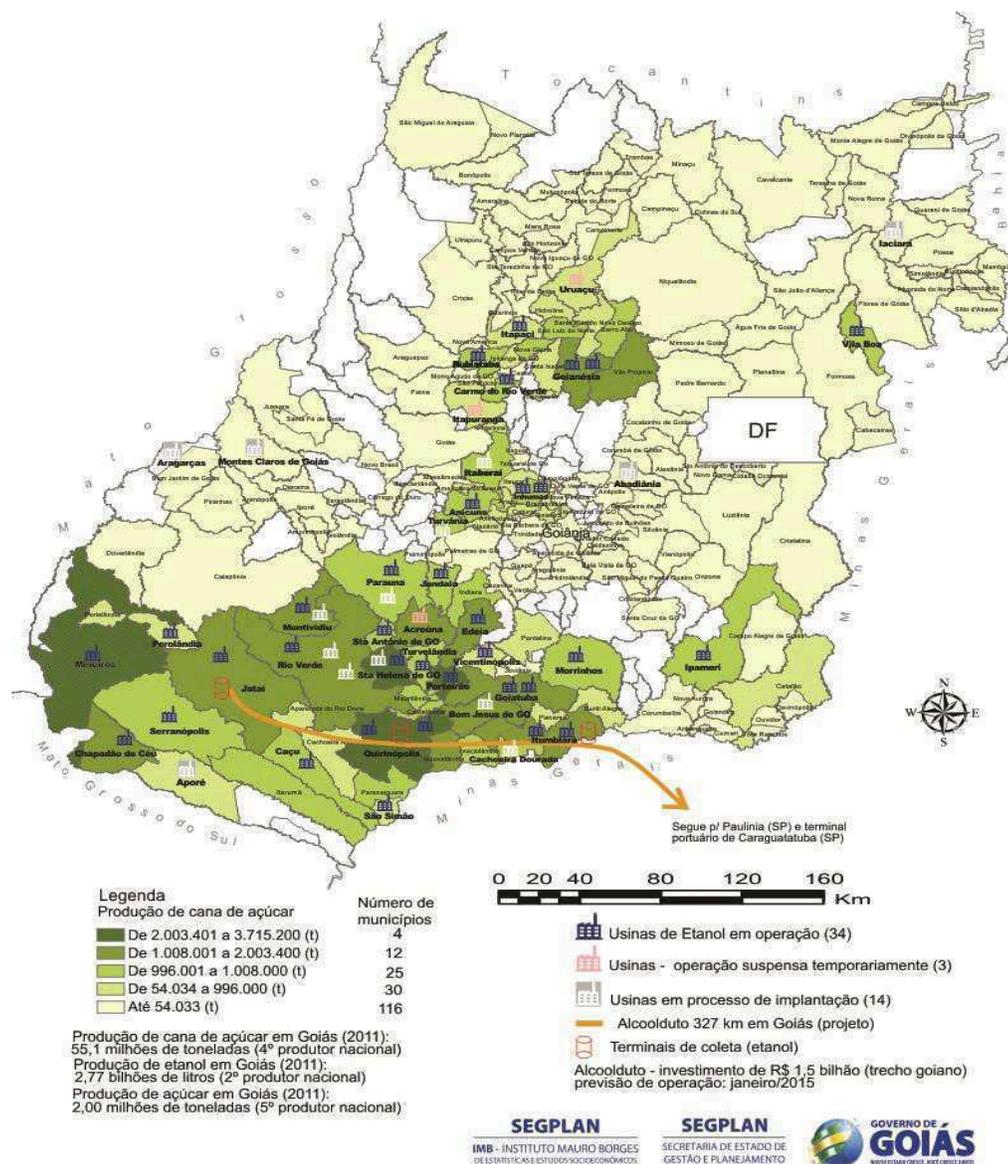


Figura 3 – Região produtora de cana de açúcar.
Fonte: IMB/SEPLAN (2012).

Pela Figura 3 nota-se que em 2011 houve uma produção de 55,1 milhões de toneladas de cana de açúcar (quarto produtor nacional), 2,77 milhões de litros de etanol (segundo maior produtor nacional) e 2,0 milhões de toneladas de açúcar (quinto produtor nacional) (IMB/SEPLAN, 2001). Nesse ano havia 34 usinas em operação, 14 em implantação, 327 km de alcoolduto em implantação, com operação prevista para 2015 com investimento de 1,5 bilhão.

5.2 CONTRIBUIÇÕES DA LOGÍSTICA PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO DA MICRORREGIÃO DO SUDOESTE DE GOIÁS

A logística tem um papel importante para minimizar os custos nos resultados de uma cadeia produtiva. O modal rodoviário é o mais utilizado no Brasil e também no sudoeste de Goiás. Um dos maiores produtores de commodities do Brasil, soja e carnes, enfrenta dificuldades e restrições para o escoamento de sua produção, porque tem sua malha rodoviária em precárias condições (IMB/SEPLAN, 2013).

De acordo com Lunas e Ortega (2003), essa Microrregião tem contribuído para a economia no processo de industrialização da Região, com mudança da exportação de grãos para a constituição de um complexo agroindustrial.

Quanto à extensão da rede hidrográfica, em virtude de fatores físicos, políticos e econômicos, segundo Gonçalves (2008), realiza-se de forma precária e incipiente. A hidrovía Tietê-Paraná-Paranaíba é um meio de transporte alternativo que pode impulsionar o crescimento, a expansão e a integração da microrregião do sudoeste de Goiás, perfazendo uma nova configuração de desenvolvimento regional.

A malha rodoviária existente possibilita a integração entre hidrovía e rodovia, permitindo o escoamento da produção regional pelo porto de São Simão, em Goiás, para os grandes centros consumidores.

Ainda segundo Gonçalves (2008), a baixa densidade das linhas férreas, a má distribuição das já existentes, que excluem os principais polos produtores do Estado, inclusive da microrregião objeto de estudo, falta de terminais, lentidão de tráfego e excessiva imobilização das composições nos pátios e terminais, são fatores que contribuem para a subutilização do sistema, que apresenta capacidade ociosa.

Em relação à logística de transporte rodoviário, há uma infraestrutura para o escoamento da safra: a BR-153, Belém-Brasília, que liga o norte ao sul do País; BR-060, Brasília-Cuiabá, que liga a Microrregião à Brasília; BR-050, Brasília-São Paulo; e BR-040, Brasília-Rio de Janeiro, que liga o Distrito Federal ao Sul do Brasil, além da ferrovia, como a Centro-Atlântica, que corta o sudeste do Estado passando pelo Distrito Federal (Figura 4).

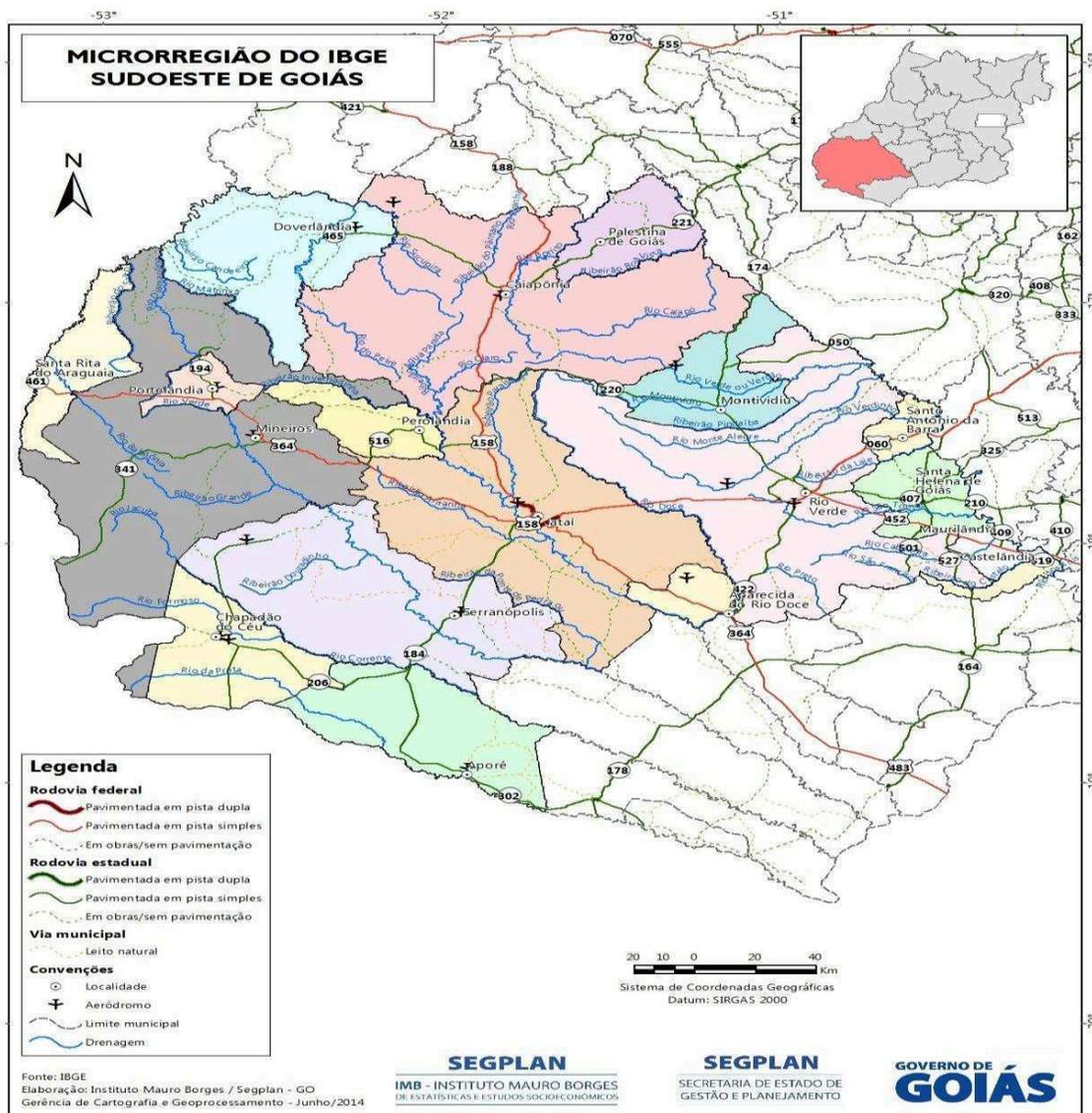


Figura 4 – Logística de transportes na microrregião do sudoeste Goiano.
Fonte: IBGE/IMB/SEGPLAN, 2014.

A Ferrovia Norte-Sul atravessará o Norte, o Sul, e a microrregião do sudoeste de Goiás, e uma alternativa que é a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste, a Transcontinental. A Aduaneira Interior-Porto Seco de Anápolis, em Anápolis (GO),

com fácil acesso tanto rodoviário como ferroviário, interliga todo o mercado do Centro-Oeste aos centros consumidores do País, mas não tem ligação com a Microrregião em estudo.

A plataforma logística multimodal de Goiás, também em Anápolis, terá ligação com duas ferrovias, a Centro-Atlântica e a Norte-Sul, que perfazem a logística de transportes que beneficiam o estado de Goiás e a microrregião sudoeste de Goiás (IMB/SEGPLAN, 2013).

Com o crescimento econômico foram surgindo novos municípios, por desmembramento, em função da alta produtividade e comercialização de seus produtos que propiciou certa influência política, forçando o desmembramento.

Nesses municípios ocorreram inovações na agropecuária e uma dinâmica maior no novo território, que melhorou a administração, desenvolvimento e economia. Houve uma distribuição espacial da população e o rearranjo das atividades econômicas, emancipação que não representa garantia de crescimento ou desenvolvimento social e econômico (IBGE/SEPLAN, 2013).

No Quadro 1 há um demonstrativo da origem dos principais municípios da microrregião do sudoeste de Goiás por desmembramento.

Municípios	Área (km ²)	Lei de criação		Município de origem	Densidade Demográfica hab./km ² (2011)
		Número	Data		
Jataí	7.174,23	668	29/07/1882	Rio Verde	12,53 (110%)
Mineiros	9.060,09	257	23/5/1905	Jataí	6,07 (50%)
Rio Verde	8.379,66	08	06/11/1854	Goiás	22,13 (200%)
Total da região	32.220,30	-	-	-	11,65

Quadro 1 – Área, lei de criação, município de origem e densidade demográfica.

Fonte: IBGE / IMB/SEGPLAN-2013.

Conforme a Quadro 1, verifica-se que os principais municípios da região, Jataí foi oriundo de Rio Verde, Mineiros de Jataí e Rio Verde da Cidade de Goiás, antiga capital do Estado, que se subdividiram em função do surgimento da agroindústria ou lavouras de *commodities* e essas localidades procuravam sua autonomia política e econômica.

Na década de 1970 e 1980 ocorreram outros desmembramentos, como a emancipação de Portelândia de Mineiros, do município de Montividiu de Rio Verde, os municípios de Perolândia e Chapadão do Céu de Jataí. São municípios grandes produtores de grãos, mas não há agroindústrias instaladas (IMB/SEPLAN, 2013).

Em relação à densidade demográfica dos principais municípios do sudoeste de Goiás, conforme Quadro 1, Rio Verde com 22,13%, Jataí com a mesma densidade que o Sudoeste, 12,53%, e Mineiros 6,07%, densidade menor que o da região, de 11,65%. Logo, é uma região com uma densidade baixa e que tem sua área quase que totalmente ocupada por lavouras de grãos.

Na década de 1990 a 2000 a população cresceu com o aumento das atividades industriais na Região e a mão de obra era de emigrantes oriundos dos estados do Nordeste do Brasil, principalmente Piauí, Maranhão, e do norte da Bahia (IBGE, 2010).

Os dados na Tabela 13 confirmam o número da população residente nesse período e a taxa de crescimento anual até 2012.

Tabela 13 - População residente e taxa média geométrica de crescimento anual - 1991, 2000, 2010 dos municípios mais populosos da microrregião do sudoeste de Goiás.

Municípios	População residente			Taxa de crescimento anual (%)		
	1991	2000	2010	91/00	91/10	00/10
Jataí	65.957	75.451	88.006	1,51	1,53	1,55
Mineiros	31.144	39.024	52.935	2,54	2,83	3,10
Rio Verde	96.309	116.552	176.424	2,14	3,24	4,23

Fonte: Adaptada do SEGPLAN, 2013. Tabela adaptada

Pela Tabela 13 verifica-se que a taxa anual de crescimento se mantém constante em Jataí; em Mineiros ela cresce apenas 0,5%; e em Rio Verde cresce 100% nas décadas consideradas, de 1991 a 2010.

Isso em decorrência da oferta de empregos ter caído e os emigrantes voltarem para sua região de origem, como em Mineiros e Jataí, ocorrendo o oposto com Rio Verde (SEGPLAN, 2013). A população que mais cresceu, nessa década, foi a de Rio Verde, por ter sido a cidade com o maior volume de investimentos na agropecuária em função de sua proximidade com grandes centros e ter vias de transportes de grãos em melhores condições.

5.3 COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS DA MICRORREGIÃO DO SUDOESTE DE GOIÁS

5.3.1 Complexo agroindustrial da soja no sudoeste de Goiás

Com pesquisas desenvolvidas pela EMBRAPA, com semente adaptadas ao cerrado, o Centro-Oeste se transforma como um dos maiores produtores de grãos, principalmente o estado do Mato Grosso, que é hoje o maior produtor de soja do País.

Em Goiás a maior produção se concentra no sudoeste e sul do Estado, onde se instalaram as grandes empresas da produção de carne para a exportação, como frango, suínos e bovinos. A partir dos anos 1990/2000 as plantações de soja se expandiram para os estados da Bahia, principalmente em função do polo agroindustrial de Barreiras, Maranhão, em Balsas, Piauí e Tocantins, nova fronteira agrícola na produção do grão com novas cultivares. (CONAB, 2012).

Com uma safra recorde em 2010/2011, com 75,32 milhões de toneladas, houve um aumento de 2,8% em relação à safra anterior e um cultivo de 24 milhões de hectares em todo o Brasil, com um aumento em 7% na área a ser produzida e um incremento de 1,75 milhões de hectares em áreas plantados (CONAB, 2011).

Houve um aumento gradativo na produção do farelo de soja pela indústria no sudoeste de Goiás, segundo o IMB/SEGPLAN (2012), de aproximadamente 6% ao ano e 3% na produção do óleo, com um volume de exportação na ordem de 12 milhões de toneladas.

Com o uso da soja na produção de ração para a avicultura e a suinocultura, aumento no esmagamento do grão para a produção do óleo, e sua exportação em crescimento, a demanda tende a crescer e os números aumentarem. O complexo soja no Brasil, o grão, o farelo e o óleo lideram as exportações do agronegócio brasileiro com 24% de uma receita de 71 bilhões de dólares/ano. (CONAB, 2012).

Segundo Vieira (2012), os programas federais de desenvolvimento agrícola que inseriram a soja no cerrado foram feitos pelas condições favoráveis ao seu cultivo e terras mais baratas. A cultura da soja na microrregião do sudoeste de Goiás foi viabilizada por técnicas geradas ou adaptas ao clima e ao solo da Região, cuja responsável foi a Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA) com

modernas técnicas no preparo do solo, plantio e tratos da cultura no plantio mecânico.

Ao analisar os dados da Tabela 14 pode-se verificar o crescimento da área colhida em hectares de soja até 2006, e uma queda em 2007 em consequência dos baixos preços, da grande produtividade nos EUA (IMB/SEGPLAN), e do novo crescimento na área plantada até 2010, tanto no Estado como na microrregião do sudoeste de Goiás.

Tabela 14 – Área colhida de soja em Goiás e na microrregião do sudoeste de Goiás de 2000 a 2010, em hectares.

Ano	Goiás	Sudoeste de Goiás	% de Goiás
2000	1.491.066	744.328	49%
2001	1.538.988	754.054	49,5%
2002	1.902.950	904.208	47%
2003	2.176.720	956.017	43,9%
2004	2.591.084	1.083.600	45%
2005	2.663.380	1.126.138	48%
2006	2.492.760	1.055.046	47%
2007	2.168.441	917.296	41%
2008	2.180.471	940.200	41%
2009	2.247.381	963.254	49%
2010	2.315.888	985.770	49%

Fonte: EMBRAPA (2011).

De acordo com IMB/SEGPLAN, a Região tem uma grande produtividade em função das altas tecnologias usadas no plantio de grãos. Como demonstra a Tabela 14, a produtividade do sudoeste de Goiás abrange aproximadamente 50% da soja colhida em todo o Estado. A soja foi inserida em Goiás pelo sudoeste do Estado, por programas governamentais, pela disponibilidade de terras, condições climáticas e vocação para a monocultura (ESTEVAM, 2004).

Conforme Lunas e Ortega (2003), a contribuição da Microrregião para a economia goiana vem se destacando em razão do intenso processo de agroindustrialização. Ocorreu uma mudança no perfil de uma região exportadora de grãos para a constituição de um complexo agroindustrial da soja e seu processamento.

A Microrregião produziu 3.024.745 toneladas em 2014, segundo a SEPLAN. O estado de Goiás, segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (2010), foi o segundo colocado na capacidade de envase (14,8%), o terceiro no refino (15,6%), e o quarto lugar no processamento (12 %).

De acordo com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, o complexo de soja (grãos, farelo e óleo) gerou aproximadamente U\$\$ 1,2 bilhão para Goiás, correspondendo a 54,9% de todas as exportações do Estado, com 62% de grãos, 36% de farelo e 2% de óleos (MINISTÉRIO da AGRICULTURA, MAPA, 2014).

Em 1974, a microrregião do sudoeste de Goiás produzia 12.060 toneladas de soja; em 2000 1.782. 243; e em 2014 chegou a 3.024.745 toneladas, duplicando a quantidade em uma década. Em função do reflexo do alto padrão tecnológico que é utilizado no cultivo da soja (SEPLAN, 2014) há o predomínio de propriedades com grandes extensões.

Houve um crescimento substancial no número de tratores no Estado entre 1970 e 1995, de 80,1%. Em 1995 havia 51 mil tratores no estado de Goiás, e 16% pertenciam à microrregião do sudoeste de Goiás. Hoje são 63 mil tratores no Estado (IBGE, 2010) com 18% deles na Microrregião (IMB/SEPLAN, 2013).

O estado de Goiás detém 8% da capacidade de processamento de soja instaladas no Brasil, segundo a ABIOVE, e é quinto colocado no *ranking* com cinco indústrias esmagadoras de soja que refinam o óleo: Caramuru, Granol, Ceval, Coimbra e a Comigo.

Goiás tem a maior capacidade de armazenamento do Centro-Oeste, com 5,8% milhões de toneladas e 43,5% da capacidade da Região. Segundo a FAEG, há uma concentração de armazéns na microrregião do sudoeste de Goiás, principalmente em Rio Verde, Jataí e Mineiros, maiores regiões produtoras do Estado, com armazéns que estão nas mãos da iniciativa privada.

O custo de transporte da safra da soja acaba onerando porque envolve algumas etapas, como a transferência do grão aos armazéns ou às indústrias esmagadoras, ou aos portos para exportação, afetando a competitividade do produto (IMB/SEPLAN, 2014).

A maior parte do transporte de soja do Estado é feito por rodovias, mas há também hidrovia e ferrovias. Segundo a SEPLAN, as rodovias federais que cortam Goiás e a microrregião do sudoeste do Estado são: a BR 020, que liga Brasília (DF) a Salvador (BA); BR 040, que liga Brasília (DF) ao Rio de Janeiro (RJ); e a BR 050, que faz conexão de Brasília (DF) a Uberaba (MG).

A ligação entre Uberaba (MG), Rio Verde (GO) e Jataí (GO) é realizada pelas BRs 365, 060 e pela GO 164. A ligação entre Belém (PA) e Brasília (DF) é feita

pelas BRs 010, 153, 226, 316, e entre Jataí (GO), Rio Verde (GO) e Vitória (ES) pelas BRs 153, 262, 386 e 452. A BR 364 liga Mineiros (GO), Jataí (GO) e São Simão (GO) com Santos (SP).

O corredor hidroviário da Microrregião objeto de estudo, que a liga aos portos da região Sudeste do País, é o Parnaíba-Tiete-Paraná, que faz a integração com os estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, sul de Goiás e Triângulo Mineiro (IMB/SEPLAN, 2014).

A ligação da Região feita por ferrovias envolve a linha Norte-Sul, que liga o sul de Goiás ao porto de Santos (SP); a Centro-Atlântica, que passa por Goiânia (GO) e Brasília (DF) ligando ao porto de Santos (SP) (IMB/SEPLAN, 2014).

5.2.1 Complexo agroindustrial da cana de açúcar no sudoeste de Goiás

Foi a partir da década de 1970, com incentivo ao consumo do álcool etílico, dado pela política macroeconômica do governo federal, que a cana ganhou força. O Programa contribuiu para a expansão da cana em todo o território brasileiro e mais especificamente no sul e sudeste do Brasil.

Em 2000 Goiás representava 2,9% da área plantada de cana de açúcar e a participação nacional era de 3,1%. Já em 2009 a área plantada passou a representar 6,0% da área nacional, com uma participação na produção nacional de 6,9% (CONAB, 2010). A cana de açúcar está espalhada por 193 municípios goianos, com maior área plantada no sul do Estado, que em 2010 detinha 77,4% da produção. O centro do Estado produz 17,9%, e as duas regiões representam 95,3% da produção estadual.

Em 2010 os municípios que mais apresentaram crescimento na produção estavam na microrregião do sudoeste de Goiás, Quirinópolis com 7,7%, Santa Helena com 6,7%, Porteirão com 4,6%, e Mineiros com 4,2%. (IMB/SEGPLAN/2012). No Gráfico 8 há um demonstrativo da cana de açúcar produzida na microrregião do sudoeste de Goiás de 2000 a 2010.

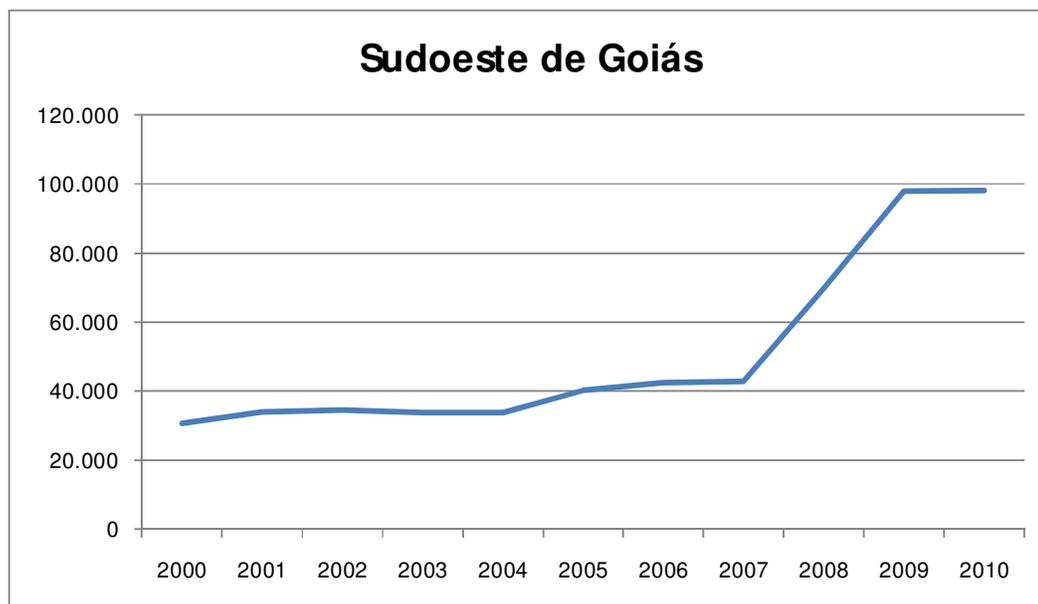


Gráfico 8 – Área plantada de cana de açúcar no sudoeste de Goiás entre 2000 e 2010, em hectare.
Fonte: Ministério da Agricultura/IPEA (2011).

Houve um incremento na área plantada em função do número de usinas que aumentaram significativamente (IMB/SEGPLAN, 2011) a partir de 2007 até 2010, com o incremento dos carros flex. Nos preços na exportação ocorreu um aumento significativo na área plantada, que se estabiliza a partir de 2010.

A plantação da cana de açúcar em Goiás tem seu início na década de 1980, incentivada pelo clima e solo favoráveis, além da logística e de políticas públicas. A expansão da área plantada dá-se principalmente a partir de 2002, com um salto de 176.328 hectares para aproximadamente 655.200 hectares no período 2010/2011, com 6,8% da produção nacional, produzindo 47,7 milhões de toneladas de açúcar e 2,7 bilhões de litros de etanol na safra 2010.

Para Goiás, até 2013 foram destinados R\$ 33,2 bilhões de investimentos para 995 projetos, 73 destinados ao setor canavieiro, perfazendo 51% do total dos investimentos, todos no sudoeste e sul do Estado, mesorregião Sul, com substituição de culturas como a soja, o milho e pastagens pela cana. Em 1990 havia três fábricas em funcionamento na microrregião do sudoeste de Goiás e 15 em Goiás (IMB/SEGPLAN, 2014).

Em 2004 eram quatro usinas e em 2009 havia 30 na Microrregião (IMB/SEGPLAN, 2010), representadas na Figura 5. Goiás era o quarto produtor de cana de açúcar e o segundo em etanol (CONAB, 2010).

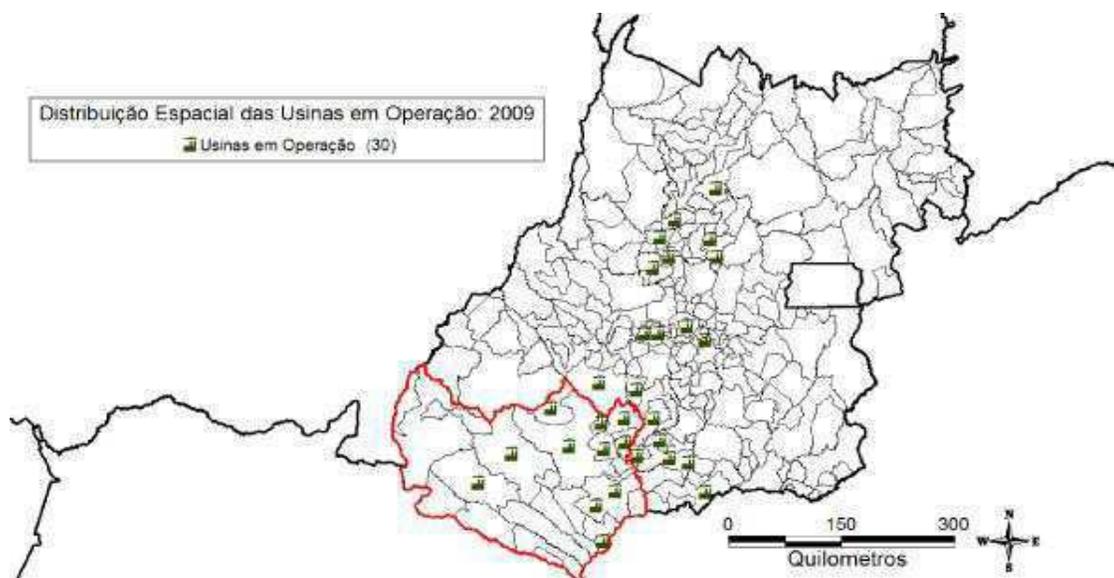


Figura 5 – Usinas em operação em 2009
Fonte: SEPLAN, 2010.

Com a entrada da cana de açúcar na Microrregião houve uma reorganização do território, principalmente nos municípios de Rio Verde, Jataí, Mineiros e Quirinópolis, onde há a maior concentração na plantação de cana de açúcar, além de outras atividades como a pecuária de corte e leiteira. A cana vem substituindo na região as áreas degradadas da pecuária e algumas culturas como a soja e o milho, segundo a SEPLAN (2010).

Na Figura 6 observa-se a produção de cana de açúcar em 1990, que é comparada à área plantada em 2007, apresentada na Figura 7.

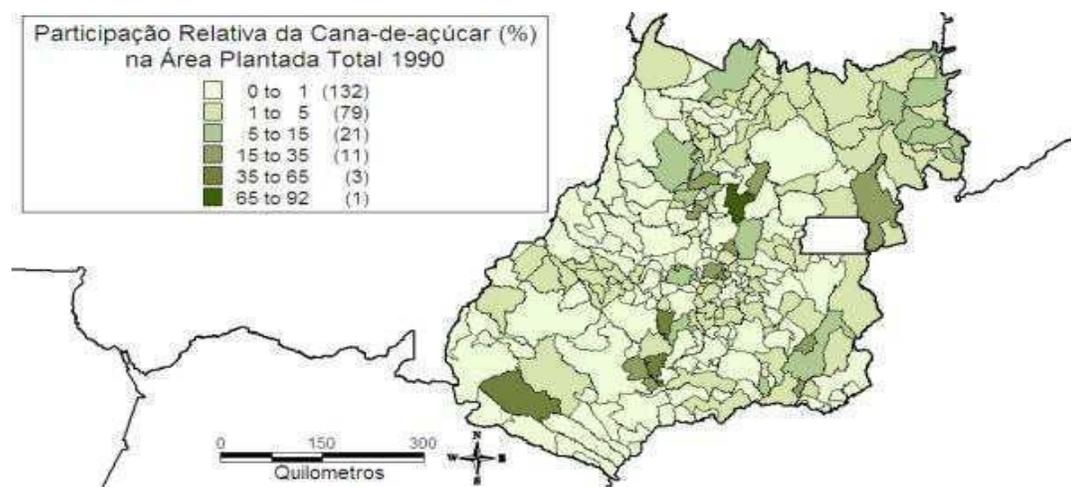


Figura 6 – Área plantada de cana de açúcar em 1990 no sudoeste do Estado
Fonte: IBGE/SIDRA – 2011.

Segundo a IMB/SEPLAN (2010), a atividade era ainda incipiente porque os projetos de incentivos à produção do etanol estavam em gestação.

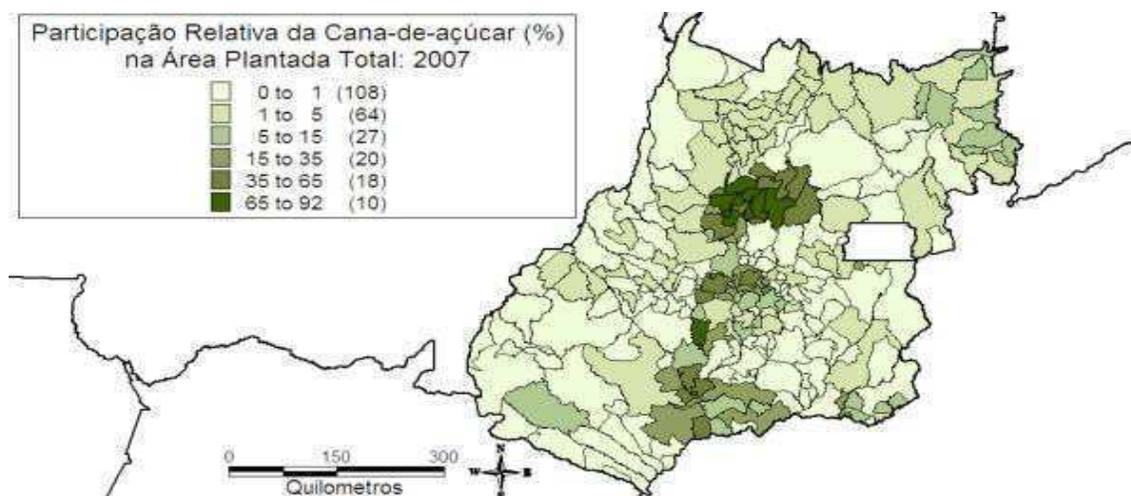


Figura 7 – Área plantada de cana de açúcar em 2007 no sudoeste do Estado
Fonte: IBGE/SIDRA (2011).

Ao comparar os dados da Figura 6, em relação à produção da cana de açúcar, aos da Figura 7, verifica-se que há um crescimento na área de produção em função dos incentivos e financiamentos à indústria via BNDES e também dos carros flex, surgindo assim os principais municípios produtores do sudoeste de Goiás, com destaque para Quirinópolis. Em relação às áreas houve um aumento na quantidade de áreas de maior extensão, que aumentaram a produção.

A Tabela 5 apresenta um demonstrativo da produtividade da cana de açúcar nos principais municípios da Microrregião entre 2000 e 2010.

Tabela 15 – Produção de cana de açúcar nos principais Municípios da microrregião do sudoeste de Goiás (ton.).

Municípios	Ano/Safra		
	2000	2005	2010
Rio Verde	250.000	200.000	800.000
Jataí	000000	000000	700.000
Quirinópolis	000000	000000	2.000.000
Mineiros	000000	000000	100.000

Fonte: IBGE/SIDRA, 2010.

De acordo com a Tabela 15, a partir de 2005 houve mudança do cenário na área colhida na Região em função da produtividade da cana. Ocorreu um aumento considerável, principalmente em Quirinópolis. Municípios como Jataí e Mineiros em uma década saíram da produção zero para quase um milhão de toneladas de cana

de açúcar. Já Quirinópolis está chegando a dois milhões na mesma década, graças aos incentivos fiscais oferecidos ao Município.

O sul-goiano, composto pela microrregião do sudoeste de Goiás e microrregião de Quirinópolis, em 2010 foi responsável por 77,4% da produção da cana de açúcar do Estado, com o município de Quirinópolis produzindo 7,7%, Santa Helena 6,7%, e Mineiros 4,2% (IMB/SEPLAN, 2013).

A evolução da área colhida nos municípios maiores produtores de etanol em hectares estão na Tabela 16. Pode-se observar que o município que mais colheu foi Quirinópolis, em função dos incentivos feitos pelo poder público municipal, como ocorreu em todos os outros municípios da Região beneficiados pela isenção de impostos (IMB/SEGPLAN, 2013).

Tabela 16 – Evolução área colhida em milhares de hectares.

Municípios	Ano/Hectares (Milhares)		
	2000	2005	2010
Rio Verde	4	3	10
Jataí	0	0	7.5
Quirinópolis	0	0	40
Mineiros	0	0	2

Fonte: IMB/SEGPLAN, 2010. (Elaborada pelo autor a partir dos dados do IMB).

Ocorreu a expansão de áreas que foram plantadas com a cana de açúcar, conforme a Tabela 16, sem se observar o meio ambiente, já que o momento é bom para o setor. Houve uma ocupação, ocorrendo principalmente em áreas de pastagens e desmatamento de áreas virgens antes não utilizadas pela lavoura da cana de açúcar com ameaças à biodiversidade (IMB/SEPLAN, 2010).

A cana de açúcar vem dinamizando o agronegócio de Goiás, representando 18,5% do valor da produção agrícola; a soja representa 48,4% e o milho 13,7%. Juntos representam 79,6% das lavouras temporárias no Estado (IMB/SEGPLAN, 2012), como apresenta a Tabela 17.

Tabela 17 – Área colhida, produção e rendimento médio -2000 – 2010.

Ano	Área Colhida	(ha)	Produção	(t)	Rendimento
	Brasil	Goiás	Brasil	Goiás	Br/GO (t/ha)
2000	5.100.405	145.069	364.389.416	11.674.140	71,4/80,
2003	5.371.020	164.861	396.012.158	12.907.592	73,7/78,3
2004	5.631.741	176.328	415.205.835	14.001.079	73,7/79,4
2005	5.805.518	196.596	22.956.646	15.642.125	72,9/79,6
2006	6.355.498	232.577	477.410.655	19.049.550	75,1/81,9
2007	7.080.920	278.000	549.707.314	22.387.847	77,6/80,5
2008	8.140.089	401.100	645.300.182	33.112.209	79,3/82,6
2009	8.617.555	523.808	691.606.147	43.666.585	80,3/83,4
2010	9.076.706	578.666	717.462.101	48.000.163	79,0/82,9

Fonte: IBGE/Produção Agrícola Municipal, 2010.

Observa-se, na Tabela 17, que o rendimento da produção de soja na década de 2000 foi superada pelo estado de Goiás em relação ao Brasil, em função do sul e sudoeste de Goiás serem grandes produtores e terem altos rendimentos na produtividade.

Da produção brasileira de cana de açúcar, 50% são transformados em açúcar e 50% em álcool. Da cana processada no Brasil, 95,9% ocorrem em nove estados, e o maior produtor é São Paulo, com 60,9% do processamento. Goiás representa 5,2% do processamento brasileiro, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A produção de álcool em Goiás é superior à da cana de açúcar. O álcool representa 6,3% da produção goiana e o açúcar representa 3,1%. Conforme o mesmo Instituto, em 2011 havia 33 usinas de álcool e açúcar em operação no Estado (IBGE, 2011).

A indústria canieira teve seu início em Goiás na década de 1950, tendo seu crescimento na década de 1980 após a implantação do Proálcool. Fatores como disponibilidade hídrica e topografia permitem a mecanização e boa produtividade, com uma média de 15 e 16 ton./ha. O baixo preço das terras atraiu grandes grupos para a Região.

Atualmente há 38 usinas em operação, das quais 21 produzem exclusivamente álcool e 19 produzem também açúcar, com uma concentração no sudoeste de Goiás onde estão as maiores áreas plantadas. O estado de Goiás

possui 725.910 hectares plantados com cana de açúcar, e foi o segundo colocado em produção na safra 2013/2014 com uma produtividade de 72,6 ton/ha (IMBSEPLAN, 2014).

Segundo a CONAB, Goiás em 2004/2005 produziu 14.121.200 toneladas de cana e em 2012/2013 a produção foi de 52.727.200 toneladas com um crescimento de 273% em 2004. A área plantada era de 179.300 hectares, chegando a 725.900 em 2013.

Na Tabela 18 encontra-se um demonstrativo da produção, produtividade, área e preço da cana em Goiás entre 2004 e 2013, segundo a CONAB.

Tabela 18 – Produção, produtividade, área e preço da cana em Goiás de 2004 a 2013.

Ano	Produção (mil ton.)	Produtividade (kg/ha)	Área (mil ha)	Preço (R\$ ton.)
2004/2005	14.121,2	78.744	179,3	30,30
2005/2006	15.547,9	76.744	202,5	27,19
2006/2007	18.723,4	79.725	234,9	27,01
2007/2008	23.137,4	82.1	281,9	33,97
2008/2009	29.645,2	73.781	401,8	37,46
2009/2010	40.092,5	84.96	471,9	38,06
2010/2011	52.417,4	87.188	601,2	36,50
2011/2012	45.220,1	66.655	678,4	66,00
2012/2013	52.727,2	72.636	725,9	70,50

Fonte: Conab (2013).

A Tabela 18 aponta que a produtividade sempre foi alta, apenas na safra 2011/2012 houve uma queda compensada pelo preço, um dos mais altos, segundo a CONAB, que garantiram o rendimento médio para o produtor e as indústrias.

Em 2012 foram cultivados 263.549 ha na microrregião do sudoeste de Goiás, com 6% da área cultivada no Estado, e os maiores produtores da Região são Chapadão do Céu 13,7%, Mineiros 19,7%, Rio Verde 6,2%, Santa Helena 24%, Jataí 5,2% e Serranópolis 6,7% (IMB/SEPLAN, 2013).

Ainda segundo o IMB/SEPLAN, houve uma substituição das áreas de agricultura pela cana de açúcar na Microrregião. Em Chapadão do Céu foi de 88,2%, em Portelândia 80,2% e Mineiros de 37,8%, localidades onde mais ocorreu essa substituição. Na área de pastagens em Mineiros a substituição foi de 58,9%, Chapadão do Céu de 8,8% e em Portelândia 14,3%.

O consumo é de 60% da produção de álcool em Goiás e o excedente é exportado, o mesmo ocorrendo com o açúcar, o sexto produto na pauta de exportação do Estado (IMB/SEPLAN, 2013).

O excedente da produção é transportado quase exclusivamente por rodovias e o restante pela hidrovia Paranaíba-Tietê-Paraná, em São Simão, que possui acesso pelas rodovias BR 364 e 365. A capacidade de armazenagem é de 89.000 toneladas, com capacidade operacional de 2.100 ton./hora (SEINFRA, 2010).

Há o projeto de construção do alcoolduto que interligará Senador Canedo (GO) e São Simão (GO), passando por Uberaba (MG), Ribeirão Preto (SP), Paulínia (SP) até o Porto de São Sebastião (SP) e Terminal da Ilha D'água, com 682 km de extensão e capacidade de 12 milhões de metro cúbicos de litros de álcool por ano.

Um segundo projeto é a implantação de um alcoolduto com 100 km ligando a hidrovia Paranaíba-Tietê-Paraná a Santa Maria da Serra (SP) e Paulínia (SP), daí escoando para o porto de São Sebastião (SP) (IMB/SEPLAN, 2013).

Observa-se, na Figura 8, o sistema dutoviário que interliga os municípios de Jataí, Quirinópolis e da Microrregião aos portos de São Sebastião (SP), Rio de Janeiro e à Ilha D'água.



Figura 8 – Sistema dutoviário.
Fonte: Agroerg (2015).

Outra alternativa é o transporte pela Ferrovia Norte-Sul, possibilitando o escoamento para São Paulo e nordeste do Brasil, com embarque em Santa Helena (GO) e Goianira (GO) e um pátio em Quirinópolis (GO). O trecho sairá de Ouro

Verde de Goiás (GO), sentido Santa Bárbara D'Oeste (SP), com as cargas seguindo pela Ferrovia América Latina Logística (ALL) ou rodovia SP 320, até os portos. O trecho que segue para o nordeste saíra de Santa Barbara D'Oeste passando por Estreito e Açailândia (MA), seguindo para o porto de Itaguaí.

Há também a Ferrovia Centro Atlântica, que parte da microrregião do sudeste de Goiás com capacidade de escoamento de 150 milhões de litros de álcool e 180 mil toneladas de açúcar por ano, indo até Santa Juliana (MG). Outra possibilidade é o transporte pela Ferronorte, utilizando os terminais de Chapadão do Sul (GO), Alto Taquari (MT) e Alto Araguaia (MT) (IMB/SEPLAN, 2013).

Na Figura 9 está demonstrada a malha das redes ferroviárias em operação e as que serão ou estão sendo construídas em Goiás e na microrregião do sudoeste goiano.

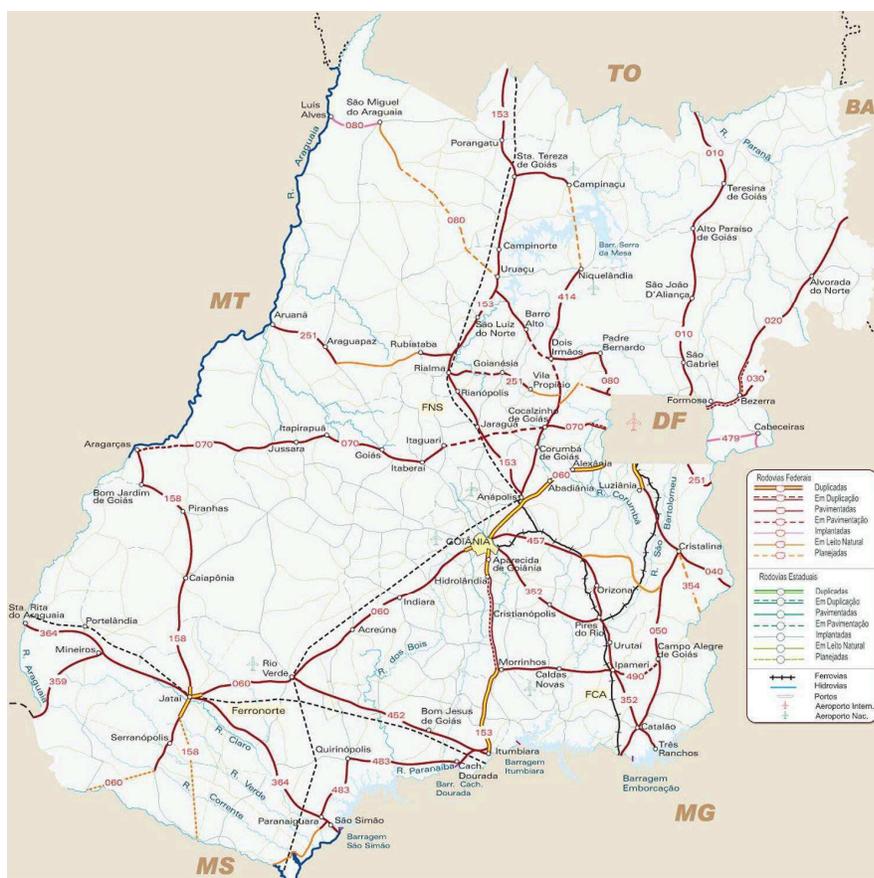


Figura 9 – Malha da rede ferroviária na microrregião do sudoeste de Goiás.
Fonte: Ministério dos Transportes/SEPLAN (2013).

Observa-se, pela Figura 9, que a rede ferroviária interliga as principais áreas produtoras a outras regiões do Brasil, e que ligará aos principais portos que

favorecerão a exportação de produtos. As redes ferroviárias que interligam o estado de Goiás e as outras regiões têm a iniciativa dos governos federal e estadual no sentido de integrar a Região ao resto do território brasileiro, o que demonstra a importância da microrregião do estado de Goiás para a economia do País.

5.2.2 Complexo da agropecuária na microrregião do sudoeste de Goiás

É a partir do II Plano de Desenvolvimento Econômico (PND), de 1974-1979, que ocorreram as transformações na estrutura e nas atividades agropecuárias em Goiás. A agropecuária tradicional foi substituída por uma agropecuária empresarial, capitalista, com inovações tecnológicas oriundas do setor industrial, fazendo surgir e constituindo os complexos agroindustriais no Brasil.

A modernização da agropecuária na microrregião do sudoeste de Goiás foi potencializada pelas políticas de desenvolvimento, a partir da década de 1970, pelo POLOCENTRO, fazendo surgir uma nova estrutura agropecuária no centro-sul do Estado, modernizando as grandes e médias propriedades rurais sem alterar sua estrutura fundiária.

Foi com o Fundo Constitucional de Financiamento para o Centro-Oeste (FCO) que houve um aprofundamento das relações entre a agropecuária e o setor industrial no estado de Goiás, dando condições para que a agropecuária avançasse cada vez mais na modernização conservadora, com progresso técnico de exploração agrícola pelo Governo Federal (IMB/SEPLAN, 2012).

O Programa descartava quaisquer atividades agropecuárias que se baseassem em atividades de cunho e base tradicional familiar: a pequena propriedade, sem tecnologia.

A atividade que nasceu com o POLOCENTRO objetivava estimular uma agropecuária com base totalmente capitalista, estimulada a estabelecer um forte vínculo com o setor industrial responsável pelo desenvolvimento e difusão de inovações tecnológicas mecânicas, químicas e biológicas.

Segundo Estevam (2004), em 1970 a agropecuária goiana representava 28% da composição percentual da renda agregada do Estado, ao passo que a indústria detinha 9%. Já em 1985 a agropecuária era responsável por 19,7%, enquanto a indústria detinha 26,5%.

No *ranking* dos dez municípios do valor adicionado da agropecuária de Goiás, os maiores nesse quesito são da microrregião sudoeste, conforme Tabela 19. O município de Rio Verde lidera o *ranking* com o VA em constante crescimento, seguido por Jataí, Chapadão do Sul e Mineiros. Dos outros municípios da Microrregião ainda se têm Montividiu, Santa Helena e Quirinópolis.

Entre os dez com maior VA, em 2002 aparecem seis no *ranking*. Em 2011 também seis municípios ocupam posições diferentes no *ranking* e em 2012 são cinco os municípios. A liderança de Rio Verde se deve à quantidade de indústrias localizadas no Município voltado para a agroindústria de alta tecnologia.

Tabela 19 – Os dez maiores municípios em relação ao Valor Adicionado (VA) da Agropecuária – Goiás – 2002/2012.

Ranking	2002		2012	
	Município	Valor (R\$ Mil)	Município	Valor (R\$ Mil)
1	Rio Verde	528.522	Rio Verde	951.809
2	Jataí	309.276	Cristalina	775.057
3	Cristalina	269.714	Jataí	698.941
4	Montividiu	215.373	Chapadão do Céu	393.673
5	Mineiros	196.218	Ipameri	302.416
6	Chapadão do Céu	152.724	Catalão	287.862
7	Catalão	140.389	Luziânia	281.513
8	Ipameri	120.243	Quirinópolis	279.501
9	Santa Helena de Goiás	118.653	Goiatuba	278.244
10	Luziânia	116.620	Mineiros	276.116
Total		2.167.732	4.525.131	
Participação em relação ao Estado		34,9%	31,8%	
Estado de Goiás		6.202.445	14.217.104	

Fonte: IBGE/IMB/SEPLAN (2014).

A Tabela 19 aponta mudanças nas posições do *ranking* no comparativo entre 2002 e 2012. Rio Verde continua sendo o município com maior valor adicionado da agropecuária nos três períodos considerados. Jataí e Cristalina mudam a posição; Cristalina melhora o seu VA em 2012, enquanto Jataí perde uma posição; Chapadão do Céu não aparecia em 2002, já aparece em 2012 com o quarto maior VA; e Mineiros fica em último lugar em 2012.

Essa queda para o último lugar no *ranking* pode ser atribuída ao crescimento de outros setores, como o da cana de açúcar e da soja. Alguns municípios que não faziam parte do *ranking* aparecem e outros perdem sua colocação entre os dez, como é o caso de Montividiu.

O agronegócio é um dos principais setores da economia brasileira. Mesmo reduzindo sua parcela de participação do PIB nos últimos anos, representa 22% da renda gerada no País. Em 2012, o PIB do agronegócio foi de R\$ 988 bilhões com R\$ 697 milhões da agricultura (70%) e R\$ 292 milhões da pecuária (30%). De 1994 a 2012, o PIB do agronegócio cresceu 2,04 % ao ano e a economia uma média de 3% ao ano, uma perda de 1% na participação do agronegócio no mesmo período (CEPEA, 2012).

O estado de Goiás é o terceiro maior produtor, em valor bruto (VBT) de soja, bovino, cana de açúcar, milho, leite e frango, totalizando um valor na produção agropecuária de R\$ 21,2 bilhões, que representam 82% do total do Estado.

Ainda segundo a CEPEA, em 2012, em Goiás, o valor bruto da agropecuária foi de R\$ 25,9 bilhões, 8% do valor bruto da agropecuária brasileira. Em 2012, o Estado exportou U\$\$ 7,3 bilhões e o agronegócio teve participação de 78,4% desse montante, mostrando a importância do agronegócio (CEPEA, 2012).

Na Tabela 20 observa-se o valor bruto da produção agropecuária em Goiás e no Brasil em 2012, em milhões.

Tabela 20 – Valor bruto da produção agropecuária total e para produtos selecionados no estado de Goiás e Brasil em 2012, em milhões de Reais (R\$)

Cultura/Produção	Valor Bruto/Goiás	Proporção %	Ranking	Valor Bruto/Brasil
Soja (em grãos)	6.240	12,37	30	50.466
Bovinos	4.527	9,78	40	46.280
Cana-de-açúcar	3.174	7,85	30	40.451
Milho (em grão)	3.025	11,28	30	26.825
Leite	2.784	10,39	40	26.797
Frango	1.476	6,29	60	3.478
Feijão (em grão)	855	13,75	30	6.217
Suínos	836	6,87	50	12.175
Tomate	462	13,77	30	3.356
Algodão (em caroço)	449	5,52	30	8.135
Sorgo (em grão)	212	38,14	10	556
Alho	206	32,40	10	637
Melancia	136	13,62	10	998
Girassol (em grão)	16	17,62	20	90
Outros	1.529	-	-	74.303
VBT Total	25.927,71	8,08	-	320,762,90

Fonte: IBGE 2012 - Produção Pecuária Municipal.

Na Tabela 20 está relacionado o VBT de Goiás em comparação ao do Brasil, destacando que a média do Estado é 30% do VBT do Brasil para todos os produtos. A carne e o couro bovino (CEPEA, 2012), são os principais produtos da cadeia em geração de emprego no setor. A participação desses produtos é de 52% na

confeção de calçados, 14% na produção de móveis, e 10,2% para estofamentos de automóveis. O vestuário tem participação de 10% e as luvas 4%. A maior parte da carne é consumida *in natura*. Em 2012, os produtos dessa cadeia foram responsáveis por U\$\$ 1bilhão em exportação.

Segundo o IBGE (2013), há em Goiás 51 estabelecimentos prestadores de serviços veterinários, 53 representantes de insumos, 2.454 prestadoras de serviços em transportes, sendo três ferroviários, quatro hidroviários, um aeroviário, e os demais rodoviários. Há ainda 986 estabelecimentos que prestam apoio: 138 de alimentos para animais, 26 fábricas de embalagens, 44 fábricas de fertilizantes, 11 fábricas de medicamentos veterinários e 89 estabelecimentos de comércio de máquinas e equipamentos.

Quanto à estrutura de sua cadeia no Estado, possui a maior capacidade estática do confinamento do Brasil. São dez frigoríficos com inspeção federal com uma capacidade de abate de 19 mil cabeças por dia, 70 com inspeção estadual, um polo coureiro em Senador Canedo (GO), com mais de 200 frigoríficos em um raio de 200 km, e o polo calçadista de Goianira.

O Estado conta com 10 plantas frigoríficas habilitadas à exportação. É o terceiro maior exportador de carnes do Brasil, com 30% das exportações para a Rússia e 21% para o Irã. Do total de produção, 90% das exportações são escoadas via porto de Santos (SP) (IBGE, 2013).

O Brasil é o 6º maior produtor mundial de leite e Goiás o 4º maior do Brasil, segundo o IBGE (2013), com 932 estabelecimentos prestadores de serviço para a agropecuária: 169 fábricas de ração; 11 de medicamentos veterinários; 14 extratoras de minerais para a fabricação de fertilizantes; 48 fábricas de fertilizantes; 188 estabelecimentos de comércio atacadista de defensivo agrícola e fertilizante; e 36 atacadistas de animais vivos.

Das propriedades, apenas 3,5% utilizam a ordenha mecânica no Estado; 2% fazem inseminação artificial; e 11,5% possuem tanques de resfriamento. Já as indústrias são responsáveis por 70% da captação de leite no Estado, segundo o IBGE (2012). Na Tabela 21 observa-se a distribuição dos estabelecimentos de leite de acordo com a capacidade instalada, em um comparativo entre Goiás e o Brasil.

Tabela 21– Distribuição dos estabelecimentos de leite de acordo com a capacidade instalada.

Capacidade Instalada	Goiás	Brasil
Mais de 500 litros/dia	3	23
Entre 300 e 500 mil litros/dia	2	21
Entre 100 e 300 mil litros/dia	4	63
Entre 50 e 100 mil litros/dia	4	87
Entre 20 e 50 mil litros/dia	24	209
Entre 10 e 20 mil litros/dia	24	265
Entre 5 e 10 mil litros/dia	22	413
Até 5 mil litros/dia	23	391
Total	106	1472

Fonte: MAPA (Ministério da Agricultura, 2013).

Pela Tabela 21 nota-se que a capacidade instalada de estabelecimentos aumenta em quantidade à medida que diminui a capacidade de armazenagem, em Goiás e no Brasil. Segundo o IBGE (2012), em Goiás existem 28 estabelecimentos atacadistas de leite e laticínios e 1.110 de comércio varejista de laticínios.

Em relação à soja e ao milho, Goiás é o 4^o maior produtor, com duas safras anuais. Com o crescimento das novas cadeias produtivas houve investimentos em infraestrutura que intensificou o processo de industrialização e o dinamismo na economia regional, pelo consumo desse grão para a indústria de aves, porco e bovinos.

Existem 2.728 estabelecimentos produtores de soja e 14 comerciais atacadistas produtores de milho. Em 2011, as exportações do complexo soja geraram 1.8 bilhões de dólares, 7,5% de toda a exportação do País, e o milho gerou 304 milhões de dólares: 11% na participação brasileira (IBGE, 2012).

5.3 INDICADORES DE CRESCIMENTO DA MICRORREGIÃO DO SUDOESTE DE GOIÁS

Em 2013 o PIB de Goiás cresceu 3,1% segundo o IMB/SEGPLAN, indicando uma desaceleração do crescimento se comparado com 2012, que foi de 4,4%. Na Tabela 22 está um demonstrativo do PIB dos municípios da microrregião do sudoeste de Goiás, comparado com a Região, com o Estado e com o Brasil, de 2000 a 2010.

Tabela 22 – PIB dos municípios da microrregião do sudoeste de Goiás selecionados, comparado com a situação regional, estadual e nacional e a variação de 2000 a 2010, com preços do ano 2000.

Município	2000	2010	Varição de 2000/2010
Jataí	658.975,23	955.804,25	45,04
Mineiros	278.424,99	472.545,76	69,72
Rio Verde	987.518,92	1.856.411,48	87,99
Sudoeste de Goiás	3.273.428,96	5.202.646,50	58,94
Goiás	26.249.030,74	43.538.289,56	65,87
Brasil	1.179.482.000,00	1.682.195.000,50	42,62

Fonte: IPEADATA (2015).

Observa-se, na Tabela 22, que na década de 2000 a economia da Microrregião, mesmo com a expansão do agronegócio, teve um desempenho inferior à média estadual, porém superior à média nacional. O destaque foi o ótimo desempenho do município de Rio Verde (87,9%), maior economia da Região, que cresceu mais do que o dobro da média nacional (42,6%) e superior à média estadual (65,8%).

No outro extremo, entre os três municípios selecionados, destaca-se o fraco desempenho da cidade de Mineiros (45,0%), próximo da média nacional e bem abaixo do desempenho do estado de Goiás. Ainda na Tabela 22 observa-se um crescimento contínuo no PIB.

A economia apresenta um bom desempenho, que se deve aos investimentos na cadeia produtiva da agropecuária e diversificação da estrutura produtiva, segundo a SEGPLAN (2013). A agropecuária criou 850 novos empregos e a criação de bovinos 520 empregos formais. As atividades de apoio à agricultura fecharam 270 vagas, mas teve um saldo positivo no período de 3.046 vagas.

A taxa de crescimento do número de empregos formais na microrregião do sudoeste de Goiás cresceu em média 7,4% entre 2006 e 2011, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), média acima do estado de Goiás que foi de 6,5%. Rio Verde contribuiu para esse crescimento com 31,4% na agropecuária, 54,1% na indústria e 47,6% nos serviços, seguido por Jataí com 11,9%, 15,3%, 20,2% e Mineiros com 17,4%, 11,5%, 12,2% respectivamente.

De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, em Goiás das 3.178.254 pessoas economicamente ativas com mais de 14 anos 239.701 (8%) estavam na microrregião sudoeste, e dessas 95% estavam ocupadas. Das 9.016 vagas geradas nessa Microrregião, em 2013 IMB/SEGPLAN (2014), Rio Verde contribuiu com a criação de 3.210 (35%).

Há uma concentração espacial do emprego no Estado. Em 2013 as cinco microrregiões com maior participação concentravam 83% dos empregos formais, e os dez municípios em número de habitantes concentravam 64,1% das vagas. A Tabela 23 destaca a flutuação no número de empregos no sudoeste de Goiás, de 2000 a 2012, em função do tipo de atividade que ocorre na Região.

Tabela 23 – Flutuação do nível de emprego em 2000, 2010, 2012 na microrregião do sudoeste de Goiás.

Sudoeste de Goiás	Flutuação do emprego					
	Admitidos			Desligados		
	2000	2010	2012	2000	2010	2012
Total da Região	25.404	76.117	88.066	23.191	70.760	82.801

Fonte: IMB/SEGPLAN, 2013. (Elaboração do autor a partir dos dados do IMB)

Verifica-se, pela Tabela 23, que apesar de haver um grande número de admitidos, há um grande número de desligados, pois são empregos na sua maioria temporários em função do tipo de mão de obra empregado na agroindústria da Região. São empregos sazonais, que não refletem a realidade da oferta de empregos para o crescimento ou mesmo para o desenvolvimento da Região (IMB/SEGPLAN, 2013).

Ainda segundo o mesmo Instituto, a microrregião do sudoeste de Goiás teve um bom desempenho na geração de empregos, em termos absolutos, de 3.842 postos em 2012. De 2000 a 2012 o saldo de admitidos foi de 60.662 e o de demitidos 59.610, com um saldo positivo de 1.000 empregados que mantiveram seus empregos no período.

Na Tabela 24 estão os principais setores de atividades em 2012 na Microrregião objeto de estudo. Os setores que mais concentraram empregos foram os serviços, depois a indústria seguida do comércio. Segundo o IBGE (2010), em comparação com o Brasil e Goiás destaca-se a agropecuária, que em porcentagem tem a maior concentração na microrregião. Também em comparação com o Brasil e Goiás, a concentração de trabalhadores no setor de serviços é menor e na indústria é maior (IBGE, 2010).

Tabela 24 – Empregos e Estabelecimentos por Setores de Atividades na microrregião do sudoeste de Goiás em 2012.

	Emprego				Estabelecimentos	
	Quantidade	%	Remuneração Média (SM)	Jornada de Trabalho (Horas/Semana)	Quantidade	%
Indústria	26.254	23,6	2,6	43,8	723	5,5
Serviços	38.175	34,3	2,6	40,2	3.122	23,7
Agropecuária	20.047	18,0	2,5	43,8	4.585	34,9
Total	111.406	100,0	2,4	42,5	13.149	100,0

Fonte: IBGE/TEM (2012).

Na Tabela 24, segundo IMB/SEGPLAN (2014), o emprego formal cresceu 4,8% em 2013 em comparação com 2012, um incremento de 70.054 novos empregos com um aumento real de 2,7% no rendimento médio dos trabalhadores em Goiás. Os setores que mais sofreram perda foram o extrativista mineral, com 475 (-5,1%) e o da construção civil com 6.981 (7.6%). Todos os demais tiveram alta no número de empregos.

Da Tabela 25 pode-se observar a distribuição dos empregos formais para a agroindústria na Microrregião, enquanto a tendência geral (MTE, 2010) é o aumento da concentração do salário entre um e dois mínimos, com redução nas faixas mais altas. A tendência é um aumento na faixa de cinco a dez salários mínimos.

Tabela 25 – Distribuição dos Empregos Formais (em Salários Mínimos) na microrregião do sudoeste de Goiás por Faixa de Remuneração (%) entre 2005 e 2011.

Ano/Remuneração	2005	2007	2009	2011
Até 0,50	0,6	0,5	0,5	0,5
0,51 a 1,00	9,9	8,4	8,3	7,4
1,01 a 1,50	21,5	25,7	24,7	23,3
1,51 a 2,00	21,0	23,3	20,7	20,7
2,01 a 3,00	22,5	20,3	20,8	21,8
3,01 a 4,00	8,4	7,5	8,1	8,9
4,01 a 5,00	3,9	3,3	4,2	4,9
5,01 a 7,00	3,5	3,4	3,9	4,7
7,01 a 10,00	2,0	2,0	1,9	2,4
10,01 a 15,00	1,3	0,9	1,0	1,0
15,01 a 20,00	0,5	0,3	0,3	0,3
Mais de 20,00	0,4	0,2	0,2	0,2
Não classificado	4,8	4,0	5,2	3,9
Total	100	100	100	100

Fonte: IBGE/TEM (2010).

Na microrregião, a concentração de trabalhadores na faixa salarial de até cinco salários mínimos foi relativamente alta, conforme informações da Tabela 25, para depois cair e oscilar. Essa concentração do salário nessa faixa se deve à qualificação do trabalhador, pois com o aumento das agroindústrias houve um aumento nos cursos para a qualificação da mão de obra (IBGE, 2010).

Quando se considera a faixa etária, a renda na Microrregião é maior com a idade (MTE, 2010), mas é menor do que as médias do País e do Estado com o aumento da faixa etária (Tabela 26).

Tabela 26 – Renda média no Brasil, em Goiás e na microrregião do sudoeste de Goiás por faixa etária 2011 (S/M).

	15 a 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 64	65 ou mais	Média
Brasil	1,05	1,76	2,55	3,22	3,87	4,56	4,78	3,18
Goiás	0,92	1,62	2,28	2,75	3,24	3,83	4,21	2,69
Sudoeste de Goiás	1,0	1,8	2,4	2,8	2,9	2,8	2,6	2,5

Fonte: IBGE/TEM (2010).

A Tabela 26 aponta um bom desempenho em relação à renda salarial média entre 15 e 39 anos. A partir dos 40 anos a média salarial começa a decair, e é menor que a do Brasil e até do estado de Goiás.

Segundo a RAIS (2013), houve um aumento no rendimento médio dos trabalhadores em Goiás (2,7%), menor que de 2012 (4,6%): uma redução na renda no Estado, mas com ganhos superiores aos do Brasil.

Em 2012, a renda média na microrregião sudoeste foi de R\$ 1.573,95 e em 2013 de R\$ 1.728.11, com um aumento real de 4,0%. Houve aumento real na renda do trabalhador, para homens foi de R\$ 1.785,02 para 1.953,99 (3,7%) e para as mulheres de 1.594,62 para 1.712,53 (1,7%), demonstrando uma tendência de aumento real na renda da Região (RAIS, 2013).

O setor que apresentou aumento na renda em 2013 foi a agropecuária, com ganho real de 7,3%. O setor de serviços apresentou um aumento de 5,4%; a administração técnica profissional 8,4%, a indústria de transformação teve um ganho real na remuneração de 4,8%. Segundo IMB/SEGPLAN (2014), os dados confirmam a tendência de ganhos na renda salarial.

Segundo o IPEA (2012), há uma desigualdade em relação à distribuição da riqueza. Enquanto 1% da parcela da população mais rica possui 13,0% da renda

total do Estado, os 40% mais pobres da população possuem 12,3%. Ainda, os 10% mais ricos se apropriam de 41,3% da renda, enquanto que os 50% mais pobres se apropriam de 17,9%.

Na renda *per capita* da população do estado de Goiás há também um grau de desigualdade. De modo geral, a renda *per capita* da população em 2010 era de R\$ 697,19, e 1% da população mais rica tinha uma renda *per capita* de R\$ 9.091,94; a da parcela pobre era R\$ 98,09; e da extremamente pobre R\$ 31,33, mostrando as disparidades da renda da população (IPEA, 2012).

O Produto Interno Bruto também mostra má distribuição, com concentração da renda que é gerada no Estado. O PIB municipal para 2010 registrado, em média, foi de R\$ 968,65 milhões, com 34 municípios acima da média e 212 abaixo, o que caracteriza uma concentração de renda, já que o PIB total foi de R\$ 97,6 bilhões para uma população de aproximadamente seis milhões de habitantes (IMB/SEGPLAN, 2012).

O Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM) revelou que entre 2000 e 2010 Goiás esteve estagnado em função do mau desempenho da saúde, segurança e habitação, mesmo com ganhos na renda e trabalho, uma taxa de formalização entre os empregados que passou de 54,2% para 68,49% com um ganho de 66% no salário mínimo desde 2002, segundo a Fundação Getúlio Vargas e Dieese (ASCOM/UFG/2012).

Apesar da renda *per capita* familiar ter crescido 35,5% na década, bem acima da nacional que foi de 23,5% no mesmo período, a erradicação da pobreza extrema ainda está longe de acontecer em Goiás, pois em 2010 viviam nessas condições 3,2% pessoas. Dos idosos, com mais de 60 anos, 32%, não tinham cobertura da Previdência Social (IPEA, 2012).

A renda familiar cresceu quase 53% no meio rural. O rendimento médio do trabalhador no Estado passou de R\$ 917,50 em 2000 para R\$ 1.104,60 em 2010, um avanço de 20,3%, reduzindo pela metade a parcela da população que vivia em extrema pobreza: de 6,5% para 3,2% (IPEA, 2012). Em Goiás, a parcela da renda que corresponde à seguridade subiu de 12,1% para 14,6% entre 2001 e 2006, índice bem abaixo do nacional que foi de 20,7%.

O percentual da população, segundo o IPEA, com idade acima de 60 anos, com benefícios previdenciários e assistenciais caiu no período de 2001 a 2010 de 70,6% para 68%. No Brasil essa taxa chega a 77,4%. Já na seguridade social do

Estado essa cobertura chega a 74,2%, considerada baixa, pois não há a obrigatoriedade de contribuição previdenciária, havendo uma maior redução de desigualdade, que segundo o índice de Gini caiu de 56,5 para 50,4 entre 2000 e 2010. No Brasil esse índice é de 54% (IPEA, 2012).

O setor que mais cresceu foi o de serviços, segundo a Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN), em função do grande contingente de migrantes que chegam à procura de emprego. A indústria de transformação cresceu 5% em Goiás, no País foi apenas de 1,6%. O comércio no Estado cresceu a uma média anual de 4%, contra 3,3% do País. A renda agropecuária cresceu 5,7% por ano no Estado contra 3,7% de média nacional. (IPEA, 2012).

A agropecuária do sudoeste de Goiás tem uma representatividade em dobro em relação ao Estado, demonstrando a importância da Região. Quanto à indústria e aos serviços, são notadamente atividades localizadas mais próximas dos grandes centros (IMB/SEGPLAN, 2012). O PIB municipal por classe do sudoeste de Goiás está apresentado na Figura 10.

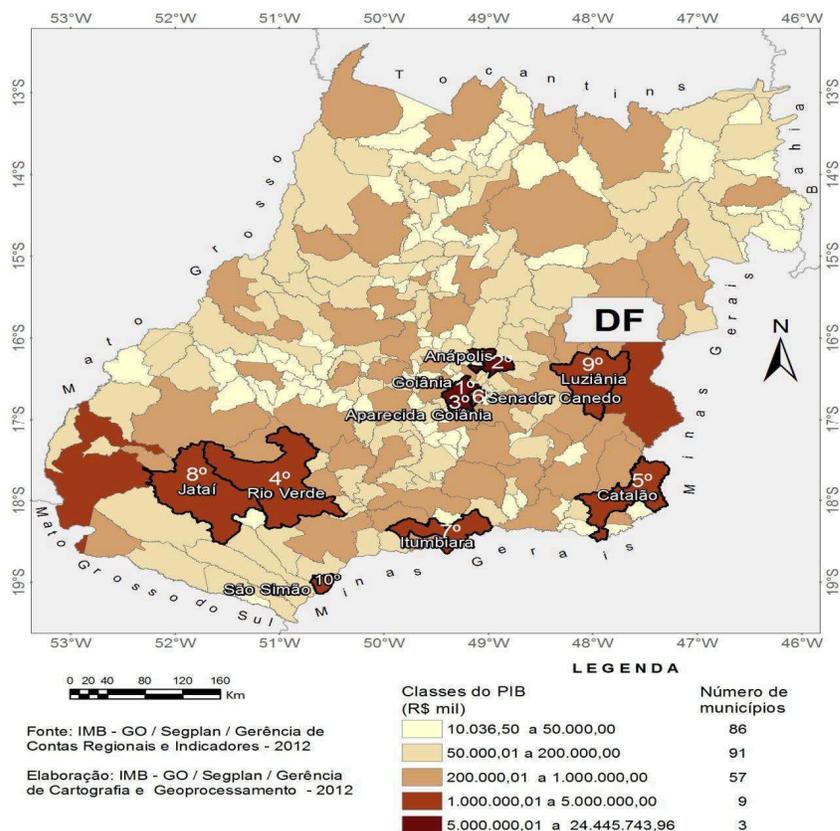


Figura 10 – PIB Municipal por classe 2010.
Fonte: IMB/SEGPLAN (2012).

Observa-se, na Figura 10, que entre os dez maiores do PIB no estado de Goiás três são da região sudoeste: Rio Verde com 4,3%, Jataí com 2,2% e São Simão com 1,4% (SEGPLAN, 2012).

Entre os três municípios selecionados, segundo a SEGPLAN, Rio Verde é o segundo município mais competitivo do Estado, só perdendo para Goiânia. Tem o segundo lugar no valor adicionado agropecuário com 4,3%; o quarto na área industrial, com 6,85% em 2007, e um PIB de R\$ 3.083 bilhões.

Jataí tem sua economia fundamentada na agropecuária e um PIB de 2.416,424 mil reais. Já Mineiros tem um PIB de 1.163,204 mil reais e sua economia é fundamentada na agropecuária e indústrias de carne bovina e aves (IMB/GODADOS/2012).

5.4 INDICADORES SOCIAIS DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SUDOESTE DE GOIÁS

Segundo os indicadores sociais do SEGPLAN, a média de anos de estudo cresceu entre 2001 e 2009 no Estado, apesar da média da população passar menos tempo na escola. No meio urbano o analfabetismo em Goiás aumentou, passando de 7,7% para 7,8%. No Estado de Goiás a queda foi de 11,6% para 8,6%.

Em relação ao Centro-Oeste o Estado não avançou, já que em 2000 a média de analfabetismo daquela região foi 10,2% e em 2010 esse número foi reduzido para 8%, média bem inferior à de Goiás. Também melhorou, segundo o Instituto, a taxa de analfabetismo, que caiu 35,7% no período mencionado, sofrendo uma queda maior no Estado do que a média do Centro-Oeste e do Brasil.

Em 2010, da população residente na microrregião 27,6% frequentavam alguma modalidade de ensino: 48,7% o ensino fundamental, 17,5% o ensino médio, 12,75% o superior e 9,0% a pré-escola. A proporção de jovens frequentando ou concluintes no ensino superior em Goiás chegou a 94,3% em média (IBGE, 2010).

Em 2011, quase metade dos trabalhadores empregados possuíam escolaridade de nível médio e ensino superior completo (SEPLAN, 2012). Na microrregião objeto de estudo há sete unidades de instituições de ensino superior públicas, distribuídas nos seguintes municípios (IMB/SEPLAN, 2013):

- Rio Verde: Instituto Federal Goiano, Universidade de Rio Verde, e Fesurv (Municipal);
- Jataí: Instituto Federal de Goiás, Universidade Federal de Goiás e Universidade Estadual de Goiás; e
- Mineiros: Universidade Estadual de Goiás e Unifimes (Municipal)

Com relação aos estabelecimentos de ensino de nível pré-escolar ao médio, a Microrregião apresentou um decréscimo de 10 unidades entre 2000 e 2011. Rio Verde possuía 33,6%; Jataí 19,1%; e Mineiros 42,6% desses estabelecimentos.

Apesar de a microrregião ter apresentado redução do número de estabelecimentos de ensino e de docentes, houve uma elevação de 31,4% no número de salas, com ampliação das instalações físicas de determinados estabelecimentos (IMB/SEPLAN 2013).

Ainda segundo o IMB/SEPLAN (2013), a taxa de alfabetização nesse período aumentou 13,9%, mas houve uma queda do número de matrículas. O total em 2012 alcançou 92,4% em relação ao obtido em 2000, com Rio Verde contribuindo com 39,4%, Jataí com 20,2% e Mineiros 12,2% no total de matrículas. O número de alunos matriculados no ensino médio teve um ligeiro aumento ao longo da década de 2000 a 2012, correspondendo a 14,6%.

Entre 2000 e 2010 houve um crescimento de 104,3% no total de matrículas em instituições públicas na Microrregião. No setor privado esse aumento foi de 156,1%, com predominância de matrículas nos cursos de bacharelado, seguido dos cursos de licenciatura, e, por último, cursos superiores de tecnologia (IMB/SEPLAN, 2012).

O índice do IDH de Goiás era 0,735 em 2010 (IMB/2014), o sétimo colocado no *ranking* nacional. Das principais cidades que compõem a Microrregião, Jataí apresentou IDH de 0,757; Rio Verde foi de 0,754 e Mineiros com 0,718. O município de Jataí é o quinto colocado no Estado; Rio Verde o sexto; e Mineiros está na sexagésima terceira colocação.

Segundo o IBGE, o sudoeste de Goiás tem um IDH de 0,728, menor que o do Estado, que é de 0,776, e um índice GINI de 0,40, o que demonstra que na Região a desigualdade social é menor que no restante do Estado, com um PIB de 4.996,652 milhões e um PIB *per capita* de 31.052. Desse PIB, 39% vêm da agropecuária; 16% da indústria; e 37% dos serviços (IMB/GODADOS/2012).

Os dados comparativos, quanto ao IDH, dos municípios do sudoeste de Goiás entre 2000 e 2010 estão apresentados na Tabela 27.

Tabela 27 – Índice de Desenvolvimento Humano nos municípios da microrregião do sudoeste de Goiás e do Estado em 2000 e 2010.

Municípios	IDH 2000	IDH 2010
Acreúna	0.571	0.686
Chapadão do Céu	0.618	0.742
Jataí	0.627	0.757
Mineiros	0.590	0.718
Montividiu	0.578	0.733
Perolândia	0.551	0.676
Portelândia	0.613	0.654
Quirinópolis	0.633	0.740
Rio Verde	0.582	0.754
Santa Helena de Goiás	0.596	0.724
São Simão	0.571	0.720
Estado	0,615	0,735

Fonte: Atlas Brasil (2013).

Verifica-se, pela Tabela 27, que há um crescimento no IDH nos municípios entre 2000 e 2010. O crescimento da agroindústria pode ter contribuído na melhoria na qualidade de vida da população.

Na Tabela 28, a seguir, há um comparativo do IDH desses municípios e do estado de Goiás, entre 2000 e 2010, em relação à renda, longevidade e educação. Houve melhoria nos três itens avaliados, demonstrando a influência do IDH na Região.

Tabela 28 – Índice de Desenvolvimento Humano nos três municípios mais populosos da microrregião do sudoeste de Goiás e do Estado em 2000 e 2010 por dimensões.

Municípios e estado	IDH - 2000			IDH - 2010		
	Renda	Longevidade	Educação	Renda	Longevidade	Educação
Jataí	0.627	0.696	0.656	0.774	0.856	0.816
Mineiros	0.590	0.687	0.584	0.753	0.840	0.792
Rio Verde	0.582	0.642	0.656	0.765	0.853	0.766
Goiás	0,615	0,686	0,646	0,742	0,827	0,773

Fonte: Atlas Brasil (2013).

O índice Firjan de desenvolvimento municipal também mostra a boa colocação dos municípios da Microrregião, como Chapadão do Céu, segundo do *ranking* em Goiás com um índice de 0,8302; Mineiros o sétimo, com um índice de 0,7979; Jataí na nona colocação no *ranking* do Estado, com 0,7935; Rio Verde é o

15º, com o índice de 0,7821; Quirinópolis o 26º, com um índice de 0,7495; e São Simão ocupa o 40º lugar no *ranking*, com índice de 0,7256.

Mineiros e Jataí foram impulsionados na década pelo bom desempenho em emprego e renda, Chapadão do Céu no item educação, Rio Verde também na educação. Já em São Simão, os índices saúde, emprego e renda apresentaram o pior patamar dos principais municípios do sudoeste goiano, com 0,4140. Esses municípios da Região são os que avançaram em termos socioeconômicos, principalmente Jataí e Mineiros. (IFDM/FIRJAN, 2012).

No Gráfico 8 estão apresentados os três setores da economia do sudoeste de Goiás em relação ao índice de Gini do Produto Interno Bruto e Valor Adicionado da Agropecuária, Indústria e dos Serviços entre 2002 e 2012.

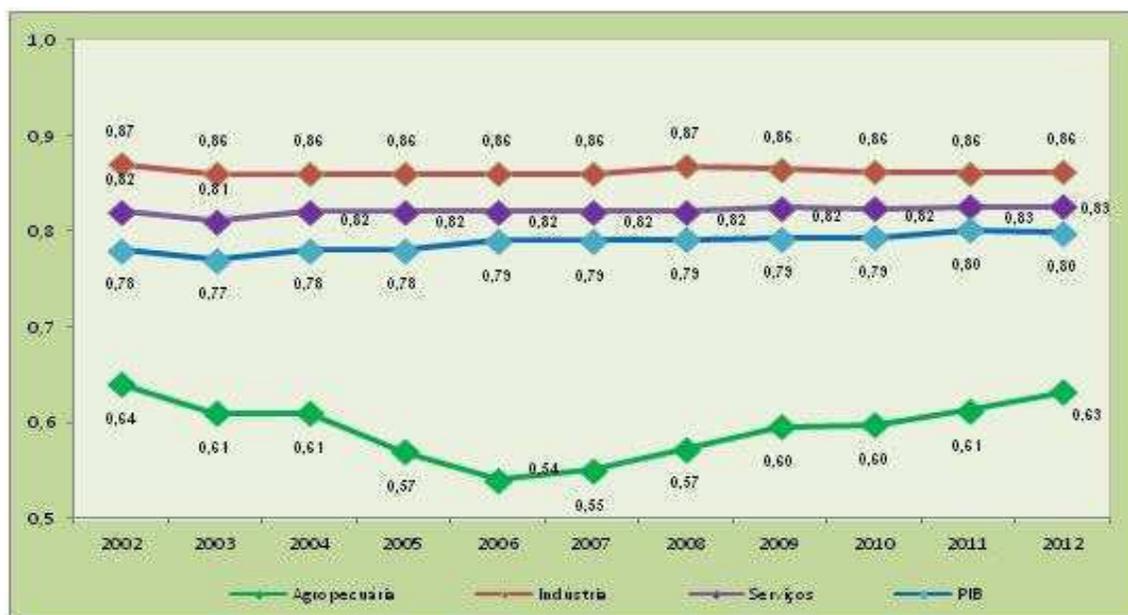


Gráfico 8 – Índice de Gini do Produto Interno Bruto e o Valor Adicionado da Agropecuária, Indústria e dos Serviços no Sudoeste de Goiás de 2002 a 2012.

Fonte: IBGE/IMB/SEGPLAN (2012).

O Gráfico 8 mostra que a Indústria e os Serviços tiveram seu índice de Gini em relação ao VA no período bem elevados e constantes, demonstrando que em relação a esses dois componentes a qualidade de vida da população era baixa. Em relação à agropecuária, o índice melhorou no ano de 2006 e foi decaindo no decorrer da década até chegar a 0,63, o mesmo índice de 2002, mas demonstrando que esse é o setor que oferece melhor qualidade de vida.

Apesar do índice de Gini ser baixo, a proporção de pobres e extremamente pobres, na distribuição de renda, não coloca Goiás em uma boa situação. Em 2010 a renda de 17% da população mais pobre somada era igual a renda de 1% dos mais ricos. A renda total apropriada pela parcela de 1% mais rica da população era maior que a renda apropriada de 40% mais pobres IPEA (2012).

Pode-se notar, pelo Gráfico 8, que entre 2005 e 2008 houve uma melhoria no índice de Gini, mas logo após ele volta a crescer, com uma recaída na qualidade de vida na Região. Quanto à população residente por gênero e situação familiar, na Tabela 29 estão os dados das principais cidades do sudoeste goiano em 2010.

Tabela 29 – População residente por gênero e situação do domicílio – 2010.

Municípios	População residente				
	Total	Sexo		Situação do domicílio	
		Homens	Mulheres	Urbana	Rural
Jataí	88.048	43.998	44.050	81.044	7.004
Mineiros	52.964	27.199	25.765	48.327	4.637
Rio Verde	176.502	90.021	86.481	163.621	12.881
Total da região	554.094	283.229	270.865	496.625	57.469
Total do estado	6.004.045	2.981.542	3.022.503	5.421.069	582.976
Região/estado (%)	9,23	9,50	8,96	9,16	9,86

Fonte: BGE/SEPLAN, 2010.

A Tabela 29 mostra que a população rural é baixa, em uma região agrícola e de alta tecnologia a mão de obra utilizada na atividade agropecuária reside nos centros urbanos.

Em 2000, em termos nacionais, Goiás respondia por 2,9% de toda a população do Brasil. Em 2010 essa representatividade passou para 3,1%. De 2000 a 2010 o crescimento anual do Brasil foi de 1,1%, enquanto o de Goiás foi de 1,84%, com a população do Estado tendo um crescimento de 20%. Esse crescimento está relacionado à taxa de natalidade e à migração (IBGE, 2012).

Na Tabela 30 pode-se observar a participação da população no sudoeste de Goiás de 2000 a 2010.

Tabela 30 – Distribuição/Participação da população no sudoeste de Goiás entre 2000 e 2010 (%).

Microrregião	2000	2002	2004	2006	2008	2010	Diferença 2010-2000
Sudoeste de Goiás	6,9	6,8	6,8	6,7	7,1	7,4	0,5

Fonte: IBGE (2012).

A Tabela 30 aponta um acréscimo populacional na década, porém o ganho foi de apenas 0,5% em função da baixa natalidade e diminuição do fluxo emigratório para a Região.

No ano 2000, quanto à saúde e saneamento, 33% da população do Estado era atendida por redes de esgoto e 91% por rede de água, segundo IMB/SEGPLAN (2012). No abastecimento de água, 79% dos domicílios estão ligados à rede de distribuição de água tratada, enquanto a média do Brasil é de 82%. A rede geral de esgoto beneficia 41% da população, e a média do Brasil de 55%.

Na microrregião sudoeste de Goiás, 95,3% são atendidos por água tratada e 51% em esgoto, dados apresentados na Tabela 31, que apresenta o demonstrativo das principais cidades da Região.

Tabela 31 – População atendida de água, esgoto e destino do lixo: 2010 – 2013.

Municípios	População atendida (%) - 2013		Destino do lixo (%) - 2010	
	Água	Esgoto	Coletado	Outro destino
Jataí	99,49	64,80	92,83	7,17
Mineiros	98,87	63,53	91,48	8,52
Rio Verde	94,45	45,60	92,93	7,07
TOTAL DA REGIÃO	95,34	51,03	90,28	9,72
TOTAL DO ESTADO	93,69	45,03	91,02	8,98

Fonte: Saneamento de Goiás S.A / IBGE (2013).

Em todos os municípios, conforme Tabela 31, a população é bem atendida com água, próximo de 100%. Em relação ao esgoto, na maioria dos municípios o atendimento deixa a desejar. A coleta de lixo está próxima de 100%.

Quanto à expectativa de vida, houve uma melhora já que em 2000 a mortalidade infantil era de 24,4 e passou para 17 em 2012. Segundo o Ministério da Saúde (2010), esse índice está distante do exigido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que é dez por mil.

A melhora na mortalidade infantil ocorreu por que há um acompanhamento das gestantes com consultas de pré-natal, de 54,7% em 2000 para 63,4% em 2010. A esperança de vida passou de 68,8 para 73,9 anos entre 2000 e 2010, segundo o IBGE (2010).

O IDH do Brasil para a década 2000 (IPEA, 2010), saiu de 0,612 em 2000 para 0.727 em 2010. Ainda segundo o IPEA, educação é a dimensão que mais

avançou nos 20 anos, de 0,279 em 1991 para 0,637 em 2010, mas foi a que menos contribuiu para o IDH do Brasil. O que mais contribuiu foi a longevidade em função da queda da fecundidade e mortalidade infantil. Já a renda teve um crescimento de 14,2% no mesmo período e 73% dos municípios cresceram acima da média nacional.

O IDH de Goiás na década 2000 (IPEA, 2010) saiu de 0,615 em 2000 para 0,735 em 2010. A longevidade passou de 0,773 para 0,827, ocorrendo o mesmo no País. O que menos cresceu em porcentagem, em função também do controle da natalidade, foi a mortalidade infantil. Já a renda aumentou de 0,686 para 0,724, com um crescimento maior que a do Brasil. O índice que cresceu abaixo da média para Goiás na década também foi a educação, que aumentou de 0,439 para 0,646.

Em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000, uma parceria entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento no intuito de criar um clima que conduza ao desenvolvimento e a eliminação da pobreza (ONU, 2010), foram estabelecidas algumas metas:

- Meta 1 - Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população com renda abaixo da linha da pobreza.
- Meta 2 - Reduzir pela metade, até 2015 a proporção da população que sofre de fome.
- Meta 3 - Garantir que até 2015 todas as crianças terminem o ensino fundamental.
- Meta 4 - Eliminar a disparidade entre os gêneros no ensino fundamental e médio até 2015.
- Meta 5 - Reduzir em $\frac{2}{3}$, até 2015, a mortalidade de crianças menores de cinco anos.
- Meta 6 - Reduzir em $\frac{3}{4}$, até 2015, a taxa de mortalidade materna.
- Meta 7 - Até 2015 ter detido e começado a reverter a propagação do HIV/AIDS.
- Meta 8 - Até 2015 ter detido e começado a reverter a propagação da malária e de outras doenças.
- Meta 10 - Reduzir à metade, até 2015, a proporção da população sem acesso sustentável à água potável segura.

- Meta 11 - Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso a saneamento e serviços essenciais.

Os três municípios da microrregião do sudoeste de Goiás selecionados foram Jataí, Mineiros e Rio Verde em relação às metas do desenvolvimento do milênio, por serem os mais populosos da Região e mais representativos quanto aos impostos que percebem via governo federal e arrecadação municipal.

No Gráfico 9 estão relacionadas as metas, propostas pela ONU, que deveriam ser cumpridas pelo município de Jataí na década.

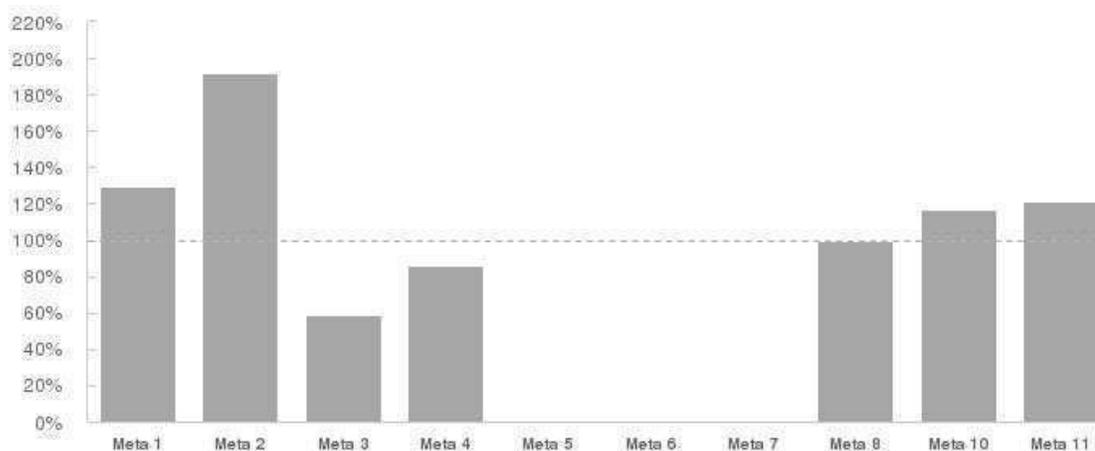


Gráfico 9 – Metas quanto ao ODM do município de Jataí.

Fonte: IBGE (2010).

No Gráfico 9, em relação ao desenvolvimento na sua dimensão econômica ligada à pobreza, o município de Jataí teve um bom desempenho. Esse resultado pode estar diretamente ligado aos programas nacionais como o aumento real no valor do salário mínimo e programas de transferências de renda, como o Bolsa Família.

Já em relação à dimensão do desenvolvimento nas áreas sociais de educação e saúde, o município de Jataí não cumpriu as metas seguintes:

Meta 5 - mortalidade infantil até cinco anos.

Meta 6 - mortalidade materna.

Meta 7 - propagação do vírus do HIV, na área da saúde.

Meta 2 - população com fome.

A meta 2 está bem acima da média proposta e as demais estão dentro da média. A saúde é sem dúvida o maior desafio para o desenvolvimento em todo o

País, e também no município de Jataí. Além disso, há problemas na área de educação (meta 3) e na desigualdade entre os gêneros (meta 4), conforme o Gráfico 9.

O Gráfico 10 aponta que o município de Mineiros, em relação desenvolvimento na sua dimensão econômica, ligada à pobreza, teve um bom desempenho, assim como Jataí. Destaca-se a redução da população que sofre fome nos dois municípios (GRÁFICO 9). No Gráfico 10 estão às metas da ONU para a ODM do município de Mineiros.

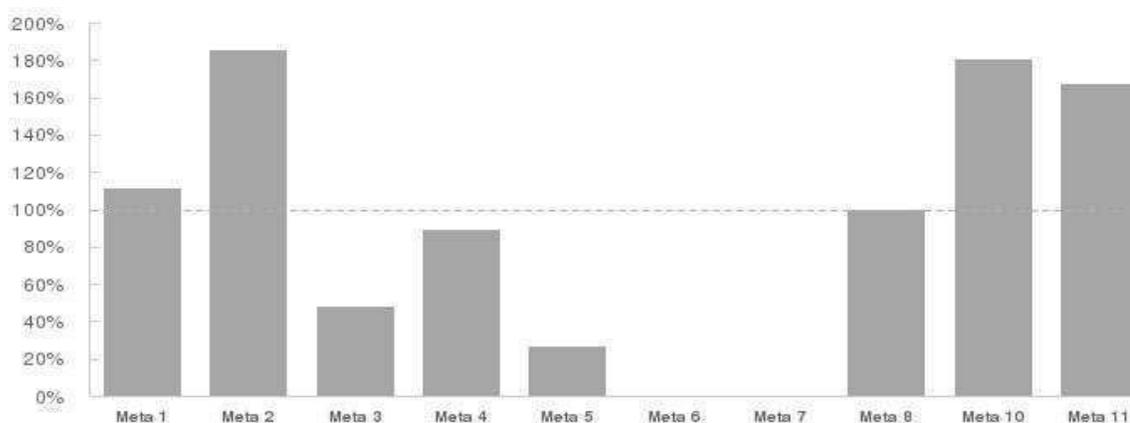


Gráfico 10 – Metas quanto ao ODM do município de Mineiros.

Fonte: IBGE (2010).

Quanto à dimensão social do desenvolvimento nas áreas de saúde e educação, os dados são também muitos semelhantes aos de Jataí, portanto não foram cumpridas as metas de desenvolvimento do milênio nessas áreas. Os planos de governo do Município não foram cumpridos a tempo e não houve a aplicação total dos valores alocados para tal função.

Já em relação às dimensões ambientais de acesso à água e saneamento, as metas foram cumpridas. O aumento no percentual de urbanização do município de Mineiros pode ter contribuído para a melhora no acesso à água e ao saneamento que raramente são atendidos na zona rural.

No município de Rio Verde, Gráfico 11, também foram observados dados semelhantes aos dos dois municípios anteriores, Jataí e Mineiros. Apesar do município de Rio Verde ter o maior PIB da microrregião, também não cumpriu os objetivos propostos pela ONU para seu desenvolvimento e o da Região, como meio ambiente (meta 7), e saúde (meta 8).

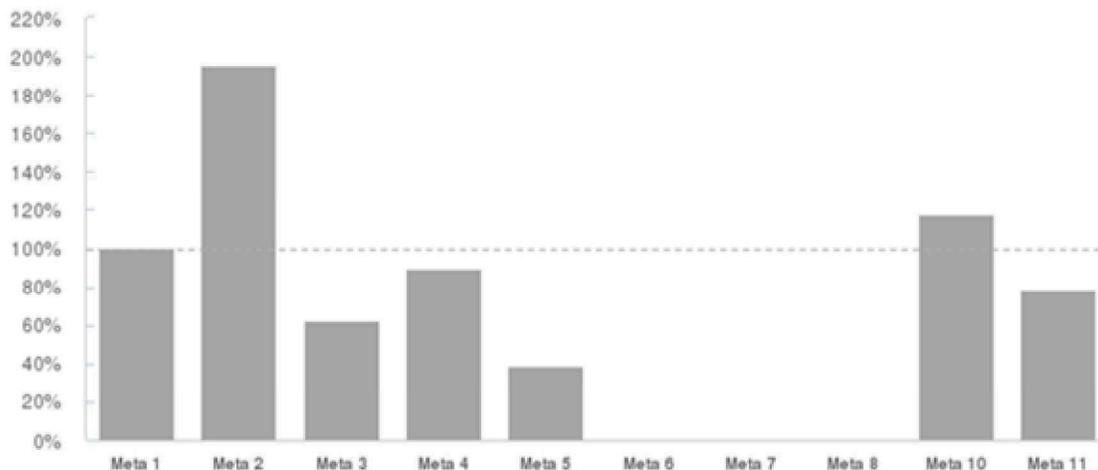


Gráfico 11– Metas quanto ao ODM do município de Rio Verde.
Fonte: IBGE (2012).

Na dimensão econômica, em relação à pobreza houve redução da miséria absoluta, alcançada pelo ótimo desempenho das metas 1 e 2. Nas áreas de educação e saúde não foram atingidas as metas estabelecidos pelo PNUD, em função do não cumprimento dos programas municipais de governo em relação à aplicação dos recursos alocados para as metas propostas.

Na área ambiental também foram verificados problemas no atendimento da população, como a rede de esgoto sanitário. Essa situação é diferente dos outros dois municípios. Apesar do município de Rio Verde ter o maior PIB da Microrregião, também não cumpriu os objetivos proposto pela ONU para seu desenvolvimento e o da Região, como o referente ao meio ambiente, meta 7. Como o Município é um grande produtor de grão, é difícil para o poder público fiscalizar e conscientizar o produtor quanto ao desmatamento de novas áreas.

Em relação ao esgoto sanitário, até 2020 o governo do Município pretende cobrir 100% da cidade. Já na saúde, meta 8, os investimentos destinados para cobrir tal função não foram totalmente liberados pelo governo federal, pois algumas metas anteriores não foram cumpridas e o valor está retido.

Os Gráficos mostram que as metas não cumpridas pelos municípios da Microrregião foram saúde, educação e meio ambiente. Essa última não foi cumprida pelo município de Rio Verde. As demais ou foram cumpridas totalmente ou em parte, mas de maneira satisfatória, demonstrada pelos índices.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações na forma e no modo de produção da exploração agrícola do sudoeste de Goiás ocorreram, primeiramente, no período do II PND (1974 – 1979) com os planos de desenvolvimento regional instituídos pelo governo militar, com maior destaque para o POLOCENTRO e o FCO.

O POLOCENTRO estimulou e ampliou a formação de uma agropecuária empresarial e capitalista e o FCO como órgão financiador do governo federal na região sudoeste de Goiás. Os incentivos criados pela política de crédito desse órgão e o crédito do FCO incentivaram os médios e grandes produtores rurais a inserirem inovações tecnológicas em seus setores de produção, que desempenharam um papel importante para o incremento e a produtividade agrícola dessa região do cerrado.

Os trabalhos da EMBRAPA e EMGOPA, que introduzem novas tecnologias em pesquisa para a Região, foram fundamentais para adaptar as culturas como a soja, o milho e a cana de açúcar às condições do clima e do solo do cerrado, difundindo as ideias de modernização entre os produtores rurais com o aumento dos polos de agroindustrialização.

Os complexos agroindustriais foram responsáveis pelas mudanças que estão ocorrendo na microrregião sudoeste de Goiás. Essas mudanças desencadearam o crescimento e desenvolvimento econômico regional e suas contradições, geradas pelo processo que ocorre no local com os impactos causados pelas atividades agropecuárias, que implicaram em mudanças na paisagem e destruíram grande parte do cerrado.

O CAI fez com que a microrregião do sudoeste de Goiás se tornasse produtora de grãos e de carne com destaque nacional. Municípios que compõem essa microrregião vêm se transformando em agropólos, com ênfase na inovação tecnológica.

Em relação à industrialização, sobretudo os municípios de Jataí, Mineiros e Rio Verde têm apresentado um bom crescimento das atividades econômicas, com crescimento do PIB maior que a média nacional e estadual.

No levantamento dos indicadores de saúde, educação, emprego e meio ambiente é possível verificar que há forte desigualdade entre os municípios, que

podem ser justificadas pelo seu tempo de existência e poucos investimentos feitos pelos governos estadual e federal.

Municípios como Rio Verde, Mineiros e Jataí apresentam evolução nos seus indicadores socioeconômicos, mostrando que houve evolução na qualidade de vida da população. Os municípios apontados e a Região apresentam melhorias significativas na evolução dos índices de desenvolvimento, em especial no IDH, mas os resultados em relação aos objetivos do milênio apontam que as metas do desenvolvimento nas dimensões sociais de educação e, principalmente, saúde não foi atingida.

A diversificação da produção agropecuária, atração de novas empresas, geração de empregos, aumento do rebanho suíno e de aves, expansão da construção civil, criação de novos cursos técnicos voltados à qualificação profissional são pontos do processo agroindustrial na Microrregião.

A geração de empregos proporcionada pela agroindústria gerou um processo de expansão urbana que interferiu no atendimento das necessidades básicas da população, como água tratada e esgoto, acesso à educação, moradia, saúde, transporte público e lazer, que são negadas à grande parcela da população. Logo, o polo de crescimento não alcançou a qualidade de vida exigida para ser considerado também um polo de desenvolvimento.

A industrialização da microrregião do sudoeste de Goiás, que ainda está em fase de crescimento, já se apresenta como uma excelente alternativa para o desenvolvimento do Estado, influenciando positivamente não só a economia local como também a melhoria na qualidade de vida de toda a população.

No levantamento efetuado dos indicadores de educação e saúde foi possível perceber que ainda há forte desigualdade entre os municípios. São diferenças podem ser justificados pelo histórico de cada um deles, alguns mais jovens, outros com mais tempo de existência, mas essa não é a regra geral.

As administrações municipais procuram justificar a falta de investimentos com a precariedade das verbas que lhes são destinadas pelos governos federal e estadual, o que é uma realidade em boa parte dos municípios brasileiros. Não é o caso, entretanto, dos municípios do sudoeste de Goiás, porque a circulação de bens e serviços e os investimentos diretos realizados pela iniciativa privada têm oferecido condições econômicas favoráveis para o trabalho dos prefeitos.

Municípios como Rio Verde, Jataí e Mineiros, apesar de terem sofrido uma redução em sua área pelo desmembramento de seus territórios em novos municípios, com a conseqüente redução na distribuição dos fundos de participação, apresentam uma evolução histórica dos indicadores socioeconômicos mais homogêneos, mostrando que essa variação não foi suficiente para reduzir os investimentos realizados pelos administradores.

Os dados levantados neste estudo mostram que o desenvolvimento dessa Microrregião aparenta ser autossustentável, já que as atividades econômicas, que dão suporte a esse crescimento, são modernas e diversificadas, caminhando de acordo com as tendências verificadas no Brasil.

Para os especialistas, a agroindústria a partir de fontes renováveis, apesar de ainda sujeita às flutuações de oferta e demanda do mercado mundial, é a que apresenta as melhores condições de desenvolvimento.

Como a Região ainda possui grandes áreas com potencial de aproveitamento superior ao atual, um planejamento adequado poderá torná-la mais importante sob o ponto de vista econômico, tanto para o Centro-Oeste quanto para o País.

Os projetos de incentivos fiscais para a atração de investimentos têm produzido resultados positivos na economia goiana, especialmente no desenvolvimento da microrregião do sudoeste de Goiás. Muitos benefícios já foram oferecidos à população, mas esse crescimento ainda carece de homogeneidade.

Os governos procuraram estimular o potencial natural da Região, sua vocação agropecuária, estabelecer condições favoráveis para um melhor aproveitamento da produção, atraindo agroindústrias para agregar valor à agricultura e à pecuária locais.

Como os resultados desses incentivos mostraram-se positivos, é importante que os governos se dediquem ao planejamento e à implementação de projetos que mantenham essas condições favoráveis, garantindo a continuidade desse progresso.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Geraldo de. O POLOCENTRO no Contexto do II PND. In: **O II PND e os Programas de Desenvolvimento do Distrito Federal e do Centro-Oeste**. Brasília: ME, 1975.

ASCOM/UFG. **Associação de Comunicação da UFG/2012**. Disponível em: <<http://www.ascom.ufg.br>> Acesso em: 10 jan. 2014.

ASP. NET. AgroErg. **Agroenergia**. Disponível em: <www://agroerg.com.br> Acesso em: 27 mar. 2015.

ATLASBRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2010. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>> Acesso em: 12 abr. 2015.

BALSAN, Rosane. CAMPO-TERRITÓRIO. **Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, In: Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira, ago.2006.

BARBOSA, Hellen Ferreira. **Análise do direcionamento dos recursos dos fundos constitucionais – um estudo do FCO, FNO e FNE**. Uberlândia: UFU, 2005. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, Mestrado em Economia)

BORGES, Ronan Eustáquio. Modernização, agroindustrialização e transformação do espaço no Sudoeste de Goiás: da criação de gado aos complexos agroindustriais de soja e de carnes. **Ateliê Geográfico**, v. 7, n 2, p. 139-163, agosto de 2013, Goiânia-GO.

BORGES, Barsanulfo Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930 – 1960**. Goiânia: UFG, 2005.

_____. **A Economia Agrária Goiana (1930-1960)**. In: Congresso Brasileiro de História Econômica, 1999, Belo Horizonte. **G&DR** • v. 8, n. 2, p. 344-369, mai-ago /2012, Taubaté, SP, Brasil.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pesca e Meio Ambiente. **Relatório de Gestão 2010**. Brasília: MAPA, 2010. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Acesso_a_informacoes/RELAT%C3%93RIO%20DE%20GESTAO%20-%202010.pdf> Acesso em: 01 set. 2013.

_____. Ministério da Agricultura, Pesca e Meio Ambiente. **Relatório de Gestão 2013**. Brasília: MAPA, 2012. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/imagens/Docs/Acesso_a_informacoes/RELAT%C3%93RIO%2DE%20GESTAO%20-%202012-SEPOP.pdf> Acesso em: 20 ago. 2013.

CASTRO, A. C.; FONSECA, M. da G. D. **A dinâmica agroindustrial do centro-oeste**. Brasília: IPEA, 1995.

CASTRO, C. N. **A agropecuária na região Centro-Oeste: limitações ao desenvolvimento e desafios futuros**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. (Texto para Discussão, n. 1.923).

CEPEA. **Relatório PIB Agro Brasil**. Bases Estatísticas. ESALQ/USP. Dez 2012. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicação/Cepea_PIB_BR_dez12.pdef> Acesso em: 15 mar. 2015.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: UFG, 1997.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Perfil do Setor do Açúcar e do Álcool no Brasil**. Brasília: MAPA/CONAB, 2010. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/.../13_10_02_11_28_41_perfil_sucro2012.pdf> Acesso em: 09 out. 2013.

_____. **Perfil do Setor do Açúcar e do Álcool no Brasil**. Brasília: MAPA/CONAB, 2012. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/.../13_04_30_11_58_18_perfil_setor_sucroalco_edicao_10-11.pdf> Acesso em: 10 out. 2013.

_____. **Estudos de Prospecção de Mercado**. Brasília: MAPA/CONAB, 2012/2013. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos?11_09_22_14_05_58_prospeccao_safra_2001-1012.pdf> Acesso em: 22 jul. 2013.

DELGADO, Guilherme C., Mudança Técnica na Agricultura, Constituição do Complexo Agroindustrial e Política Tecnológica Recente. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília: EMBRAPA, Vol. 2, nº 1- pg. 79-97, jan./abr. 1985.

EMBRAPA. **Tecnologias de Produção de Soja Região Central do Brasil 2004**. Disponível em: <www.cnpso.embrapa.br/download/publicacao/central_2004.pdf> Acesso em: 02 nov. 2013.

_____. **Modernização da Agricultura no Sudoeste de Goiás**. Rio de Janeiro: IBGE, 1982. Disponível em: <<http://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/busca?=&ad&biblioteca=vazio&busca=autoria:MESQUITA,%20%20V>> Acesso em: 13 fev. 2013.

_____. O Programa de Desenvolvimento da Região dos Cerrados. In: **Cerrado: Uso e Manejo: Simpósio Sobre o Cerrado**. Brasília: EMBRAPA-CPAC, 1979.

ESTEVAM, Luís. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. 2. ed. Goiânia: UCG, 2004.

FALEIRO, Nilton Antônio. **Estudos sobre os efeitos socioeconômicos da industrialização na região Sudoeste de Goiás-1980 a 2007**. Goiânia: UFG, 2010. (Dissertação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia. Curso de Mestrado em Economia UFG).

FERREIRA, D. F.; FERNANDES FILHO, J. F. **Análise das transformações Recentes na Atividade Agrícola da Região de Goiás**. Goiânia: UFG, 1996.

FIRJAN. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, ano base 2010**. Disponível em:

<<http://www.firjan.org.br/lfdm/versaoimpressa/files/assets/common/downloads/publication.pdf>> Acesso em: 26 jul. 2013.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

GOIÁS (Estado). Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. **Goiás em Dados 2003**. Goiânia, 2013. Disponível em:

<<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pubview.asp?imagem=1208&caderno=Goi%E1s%20em%20Dados%20-%202013>> Acesso em: 02 out. 2013.

GONÇALES, C. A. **As Políticas públicas, a modernização dos cerrados e o complexo soja no sul goiano: 1970-2005**. 245 p. (Tese apresentada ao Programa de Doutorado, apresentada ao Curso de Doutorado em Geografia Agrícola pela Universidade Federal de Uberlândia, em 2008).

GODADOS. Instituto Mauro Borges. **Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas**. Goiânia: SEPLAN, 2013. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/Godados/2013/htm>> Acesso em: 02 out. 2013.

HADDAD, P. R. A concepção de desenvolvimento regional. In: **HADDAD, P. R. et al. (Org.). A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil: estudos de clusters**. Brasília: CNPq; Embrapa, 1999.

HELFAND, S. M. e REZENDE, G. C. **Mudanças na distribuição espacial da produção de grãos, aves e suínos no Brasil: o papel do Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal – 1979**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/66/pam_1979_v6_t1_ro_ac_am_rr_pa_ap.pdf> Acesso em: 22 mar. 2013.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal – SIDRA–2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2010/PAM2010_Publicacao_completa.pdf. Acesso em 22 mar. 2013.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal – SIDRA-2011**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2011/>> Acesso em: 22 mar. 2013.

IGLIORI, Danilo Camargo. **Economia dos Clusters Industriais e Desenvolvimento**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2010.

IMB/SEGPLAN. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Conjuntura Econômica Goiana, Dezembro/2012**, nº 23-Governo de Goiás. Goiânia: IMB: SEGPLAN, 2012. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/down/conjuntura23.pdf>> Acesso em: 07 jul. 2013.

_____. **Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2012**. Goiânia: IMB/SEGPLAN, 2012. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/pib/pibgotrimestral/pibgo2tri2012.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2013.

_____. **Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2013**. Goiânia: IMB/SEGPLAN, 2013. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/pib/pibgotrimestral/pibgo1tri2013.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2013.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-2011. **Economia 2011**. São Paulo: IPEA, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?searchword=economia+2011>> Acesso em: 01 jul. 2013.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Situação Social nos Estados – Goiás**. Brasília: IPEA, 2012. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13174> Acesso em: 02 jul. 2013.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Situação Social nos Estados – Goiás-2015**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>> Acesso em: 12 abr. 2015.

JAGUARIBE, Hélio. **Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S.A., 1962.

LUNAS, D. A. L. ORTEGA, A. C. A Constituição do Complexo Agroindustrial da Soja no do Sudoeste Goiano. In: _____ PEREIRA, S.L.; XAVIER, C. L. (Org.). **O agronegócio nas terras de Goiás**. Uberlândia: EDUFU, 2003.

MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Col. Os Economistas).

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; JÚNIOR, Antônio Thomaz. Investigaciones Geográficas, **Boletín del Instituto de Geografía**, UNAM, Núm. 55, 2004.

MESQUITA, Livia Aparecida Pires de; MENDES, Estevane de Paula Pontes. **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**. São Paulo: USP, 2009.

MILL, John Stuart. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Col. Os Economistas).

TEM. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília: MTE, 2012. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/imprensa/rais-2012>> Acesso em: 20 set. 2013.

MUELLER, Charles Curt. Políticas governamentais e a expansão recente da agropecuária no Centro Oeste. **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, nº 3, junho de 1990.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Economia**. São Paulo: ONU, 2010. Disponível em: <<http://www.onu.org.br>> Acesso em: 13 abr. 2015.

PAULA, Sérgio Roberto de, FILHO, Paulo Faveret. **Panorama do Complexo Soja**. Brasília: BNDES, 1998.

PEREIRA, Armantino Alves (Org.). **Agricultura de Goiás-Análise & Dinâmica**. Goiânia: UCG, 2004.

PERDIGÃO. **Revista Perdigão Hoje**, n. 53, set/out. São Paulo, 2005.

PIETREFASA, José Paulo, SILVA, Sandro Dutra (Orgs.). **Transformações no cerrado: progresso, consumo e natureza**. Goiânia: PUC Goiás, 2001.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. **Implicações do processo de modernização na estrutura e nas atividades agropecuárias da região Centro-Sul do estado de Goiás**. Goiânia: Sober: UNICAMP, 2009.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação. Os Economistas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RICCI, Judá (coord.). **Mercado de Trabalho do setor sucroalcooleiro no Brasil**. Brasília: IPEA, 1994.

GOIÁS. Secretaria de Infraestrutura do Estado de Goiás. **Plano de Desenvolvimento dos Sistemas de Transportes do Estado de Goiás**. Goiânia: SIEEG, 2015. Disponível em: <<http://www.seinfra.goias.gov.br>> Acesso em: 25 mar. 2015.

SANTOS, Moacir José dos & CARNIELLO, Monica Franchi. Por uma história do desenvolvimento. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 7, n 3. 2011.

SANTOS, Elinaldo Leal; et. al. Desenvolvimento: Um conceito multidimensional. Mafra: UnC, 2012. **DRd – Desenvolvimento Regional em Debate**. Ano 2, n. 1, 2012.

SEVERINO, Antônio José. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Companhia das Letras: São Paulo, 1999.

SILVA, José Graziano da. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Unicamp, 1998.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações. Os Economistas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (, vol. I e II).

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

UDOP, **União dos Produtores de Bioenergia**, 2012. Disponível em: <http://www.udop.com.br/index.php?item=cana>. Acesso em: 20 set. 2013.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. Desenvolvimento Econômico – uma revisão histórica e teórica. **G&DR**, v. 8, p. 344-369, mai-ago/2012, Taubaté, SP, Brasil.

VIEIRA, Edson Trajano. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX**. São Paulo: USP, 2009. (Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia pela Universidade de São Paulo).

VIEIRA, Maria Cecília Azeredo; et al. **Setor Sucro Alcooleiro Brasileiro: Evolução e Perspectivas**. Brasília: BNDES, 2007.

WWF Brasil. **Relatório anual de economia. WWF Brasil**. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/informacoes/biblioteca/relatorioanual/?19660/Relatrio-Anual-WWW-Brasil-2008>> Acesso em: 28 out. 2013.

AUTORIZAÇÃO PARA REPRODUÇÃO

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial desta obra, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada à fonte.

João Charlesdan Amorim Silva

Taubaté, junho de 2015.